

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

JOSÉ MANUEL MARCOLINO

**SEGURANÇA NACIONAL COMO CONDIÇÃO PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO: O CASO DE ANGOLA NO PERÍODO DE 1975 ATÉ 2013**

Porto Alegre

2014

JOSÉ MANUEL MARCOLINO

**SEGURANÇA NACIONAL COMO CONDIÇÃO PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO: O CASO DE ANGOLA NO PERÍODO DE 1975 ATÉ 2013**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutor em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Marcolino, José Manuel

Segurança nacional como condição para o crescimento econômico : o caso de Angola no período de 1975 até 2013 / José Manuel Marcolino. -- 2014.
120 f.

Orientador: Sérgio Marley Modesto Monteiro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. África Subsaariana. 2. Angola. 3. Crescimento econômico. 4. Economia da defesa. 5. Segurança nacional. I. Monteiro, Sérgio Marley Modesto, orient. II. Título.

**SEGURANÇA NACIONAL COMO CONDIÇÃO PARA O CRESCIMENTO
ECONÔMICO: O CASO DE ANGOLA NO PERÍODO DE 1975 ATÉ 2013**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutor em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de maio de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Bouzid Izerrougene
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Cassandro Maria da Veiga Mendes
Universidade de Cabo Verde – Uni-CV

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Dedico este trabalho a Deus, pelo amor, fé e persistência concedidos a mim. Por dar-me a coragem necessária para continuar a enfrentar os Lobos, mesmo quando pareçam “homens”.

Aos meus filhos, Ana Elizabeth P. Marcolino e João Manoel Escobar Marcolino.

Aos meus pais, Josefa Pedro Marcolino e José Marcolino.

Aos meus irmãos. Teresa Marcolino, Anamaria Marcolino, Maria da Conceição Marcolino, António Marcolino, Domingos Marcolino, salvador Marcolino, Anabela Marcolino e a Paula Cristina Marcolino. À minha madrinha Conceição Jacinto da Cunha e a Filomena Pinto.

A Ticha, ao Ivandro, Margareth, Belinha, Sophia Helena, Isabel, Doriana, Leonete, Naomi, Stefani, Ruth, Núria, Madalena, Márcia, Baptista, Eliseu, Luiana; meus filhos de amor e de verdades.

A Sara Valentim, minha anjinha, por ter me dado o amor necessário em horas de tamanhas agruras e azáfama. Por sua simplicidade e beleza.

A Márcia Monteiro, uma amiga, guerreira e companheira honesta. Que me ensinou novas estratégias para derrotar Lobos. À Miriam, Lisandro, Paulo, Yona.

Ao Marcolino José Neto (Mano) – (in memoriam) –, meu pai, meu irmão de sempre.

Dedico ao meu bairro Sambizanga e ao meu país Angola.

AGRADECIMENTOS

Desde miúdo, os meus pais ensinaram-me a ser magnânimo com os outros como a mim mesmo; ensinaram-me a ser persistente nos objetivos; a entender que só se alcança a vitória quando são usados os detalhes; ensinaram-me a transformar-me em água quando jogado ao fogo, em ar quando enterrado ao abismo, em aço quando jogado em lanças; ensinaram-me a não sentir dor, fome, sede, frio, calor, enquanto a vitória não for alcançada; ensinaram-me a manter-se vigilante mesmo após a vitória e a não temer o homem, pois “homo homini lupus”.

Portanto, agradeço a vida, ao ar, a Terra, ao Sol, as árvores, a Lua, ao dia, à noite, a todos os elementares do Universo, portanto, a Deus. Ao meu Deus interior pelas proezas alcançadas, pela misericórdia, e por saber manter-me no caminho certo, vigilante, no caminho da perseverança, da prosperidade sustentada pela caridade, pelo amor, pela absortividade.

Agradeço aos meus ancestrais. Aos meus avôs e minhas avós agradeço pela vida e proteção de cada dia, desde miúdo, lá no muceque Sambizanga.

Agradeço a Meuri, minha filha; ao João Manoel, meu filho; a Tizefa, minha mãe e; ao Zé, meu pai, por todo o amor dedicado a mim. A Sara Valentim por seu amor e coragem.

Agradeço a todos os meus irmãos: Teresa Marcolino, Ana Maria Marcolino, Maria da Conceição Marcolino, António Marcolino, Domingos Marcolino, Salvador Marcolino, Anabela Marcolino (Yona), a minha caçula Paula Cristina Marcolino e ao Marcolino José Neto (in memoriam). Agradeço à mana N’gana, minha madrinha e irmã por direito. Agradeço por vossa existência e familiaridade. A Ticha, pelo apoio. Agradeço aos meus afilhados Isabel Rocha (Belinha) e Sophia Helena. Aos meus cunhados e manos Carlos Santos e Zeca Serrote pelo carinho. Agradeço a todos os meus sobrinhos, por sua existência.

Agradeço aqueles que se fizeram meus filhos por amor: Ivandro Marcolino, Margareth Martinho, Ayatson Marcolino, Isabel Rocha, Isabel Lima, Luci Rocha, Denise Correia, Doriana Barros, Leonete Inácio, Naomi Inácio, Ruth Damba, Núria Mateus, Madalena Zau, Márcia Menezes, Luiana Francisco, Baptista António, Eliseu Kumiku. Vocês são a prova de que ser filho e família vai além do que, apenas ter o mesmo sangue. Agradeço pelas orações.

Agradeço à Márcia Gonçalves, por seus conselhos de toda à hora, sua energia e força espiritual, por ser minha melhor amiga. Ao amor da Rosângela Santos. À avó Maria, Jorge e a dona Mu, por estarem comigo em todos os momentos, por seus conselhos, força e proteção. A Regina Escobar pelo apoio. A minha mãe branca Mirian Costa Oliveira pelo apoio e carinho. A Filomena Pinto, pelo amor. Agradeço a família Oliveira, em especial a minha bebé Stefani e a família Silva.

Aos professores e amigos da Faculdade de Engenharia e da Faculdade de Matemática da PUCRS e da UFRGS, especialmente Claudio Frankenberg, Rubem Mário Figueiró Vargas, Rubem Reis, Paulo Winterle, António Sales, agradeço por ensinarem-me a compreender as Equações Diferenciais, Geometria Analítica e a amar a Estatística, disciplinas indispensáveis para quem trabalha com Métodos Quantitativos.

Agradeço as Forças Armadas Angolanas (FAA), a Marinha de Guerra de Angola e ao Ministério da Defesa de Angola, pela dispensa da atividade militar e pela ordem, disciplina e persistência. Aos Excelentíssimos Senhores Generais e Almirantes das FAA: Nunda, Wambu, Gugú, Moisés, Dany, Domingos Sebastião (Dodó), Miguel Júnior, Machado. As senhoras Silvina Abraão, Emília Licumbi Abraão, pela ajuda e por me reconfortarem com palavras de esperanças de que tudo vai dar certo amanhã. A família Damba um agradecimento especial.

A todos os meus colegas, da UFRGS e do ISPTEC, especialmente ao Lito Fernandes, Paulino Tavares, ao Luiz, a Tanara, Mônica, Diogo Del Fiori, Joyce, Mandume Licumbi Peliganga, Rogério Apolinário, Leopoldina Paz, Bebiane Sousa, Graça Pereira, Walter

Pedro, Evelize Salvaterra, Maria Estrela Matondo, Danilson Conceição, Paulo Kaminda; eu agradeço por vossa companhia, amizade e troca de experiências. Um especial agradecimento ao senhor Baltazar Miguel, Diretor do ISPTEC, por sua pronta intervenção em momentos de grande azáfama e pelo grande esforço em transformar a nossa instituição de ensino num modelo para Angola. Ao Vicente, a Salvaterra e aos Bibliotecários da UFRGS, agradeço por colaborarem nas correções deste trabalho. Ao Eduardo Martini, dona Namor Kim, senhor Miro, agradeço pela ajuda em momentos difíceis. A Igreja Kimbanguista e ao Centro de Oração Rainha dos Anjos, pelo apoio espiritual.

A todos os alunos do ISPTEC e da UFRGS agradeço por serem meus companheiros de aprendizado, por suas orações e, por darem-me forças para continuar a ser um bom angolano e, a acreditar que ainda vale a pena continuar a lutar por uma Angola melhor e para todos.

Ao Paulo Camargo e ao Lisandro Silva, meus melhores amigos, meus irmão no Brasil, agradeço por toda a vossa ajuda e por não permitirem que eu percesse de fome, de frio, nem que eu dormisse nas ruas de Porto Alegre, quando eu não tinha nem o que comer nem onde morar, durante a minha Graduação. A vós, meus irmãos, a Yona, a Márcia Gonçalves, a Miriam, ao Coutinho, a Eunice, dona Dorzília, este agradecimento não tem limites, pois sem vossa ajuda eu não seria hoje, o Doutor, o Especialista em Métodos Quantitativos, o Engenheiro Químico.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Economia e da Escola de Administração da UFRGS que participaram do meu processo de formação. Um especial agradecimento às moças e moços da Secretaria do PPGE, por sua disposição, eficiência e sorrisos. Agradeço aos professores Doutores que estiveram na minha Banca do Projeto e da Defesa da tese, por suas indagações e sugestões. Ao professor Doutor Marco Cepik um agradecimento especial, por ter me incentivado a trabalhar com a análise dos efeitos da segurança no crescimento econômico dos países e, por permitir-me fazer parte do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Portanto, a todos os colegas do NERINT da UFRGS, um agradecimento especial.

Agradeço a CAPES pela bolsa cedida, cuja ajuda facilitou a elaboração desta tese.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro, por suas aulas de microeconomia e econometria; por ajudar-me a suportar algumas dificuldades, nesta caminhada; por sua confiança e disposição, mas principalmente por sua metodologia e exigência como docente. Agradeço-te Sérgio, do fundo de minha alma.

“NÃO FUI EU QUE ORDENEI A VOCÊ? SEJA FORTE E CORAJOSO! NÃO SE APAVORE NEM DESANIME, POIS O SENHOR, O SEU DEUS, ESTARÁ COM VOCÊ POR ONDE VOCÊ ANDAR”. (JOSUÉ 1:8).

“SE A SABEDORIA ENTRAR NO TEU CORAÇÃO, E A CIÊNCIA AGRADAR A TUA ALMA; O CAMINHO TE GUARDARÁ E A PRUDÊNCIA TE CONSERVARÁ, A FIM DE SERES LIVRE DO CAMINHO MAU E DO HOMEM QUE FALA COISAS PERVERSAS; DOS QUE DEIXAM O CAMINHO DIREITO E ANDAM POR CAMINHOS TENEBROSOS; QUE SE ALEGAM DEPOIS DE TEREM FEITO O MAL E TRIUFAM DE PRAZER NAS PIORES COISAS, CUJOS CAMINHOS SÃO TODOS CORROMPIDOS E, CUJOS PASSOS SÃO INFAMES!”. (PROVÉRBIOS, 1:10 -15).

“COMPADECE-TE DE MIM, Ó DEUS, POIS HOMENS ME CALCAM AOS PÉS E PELEJANDO, ME AFLIGEM O DIA TODO. OS MEUS INIMIGOS ME CALCAM AOS PÉS O DIA TODO, POIS SÃO MUITOS OS QUE INSOLENTAMENTE PELEJAM CONTRA MIM. NO DIA EM QUE EU TEMER, HEI DE CONFIAR EM TI. EM DEUS, CUJA PALAVRA EU LOUVO, EM DEUS PONHO A MINHA CONFIANÇA E NÃO TEREI MEDO. TODOS OS DIAS TORCEM AS MINHAS PALAVRAS; TODOS OS SEUS PENSAMENTOS SÃO CONTRA MIM PARA O MAL. AJUNTAM-SE, ESCONDEM-SE, ESPIAM OS MEUS PASSOS, COMO QUE AGUARDANDO A MINHA MORTE. ESCAPARÃO ELES POR MEIO DA SUA INIQUIDADE? Ó DEUS, DERRUBA OS POVOS NA TUA IRA! TU CONTASTE AS MINHAS AFLIÇÕES; PÔE AS MINHAS LÁGRIMAS NO TEU ODRE; NÃO ESTÃO ELAS NO TEU LIVRO? NO DIA EM QUE EU TE INVOCAR RETROCEDERÃO OS MEUS INIMIGOS; ISTO EU SEI, QUE DEUS ESTÁ COMIGO. EM DEUS, CUJA PALAVRA EU LOUVO, NO SENHOR, CUJA PALAVRA EU LOUVO. EM DEUS EU PONHO A MINHA CONFIANÇA, E NÃO TEREI MEDO; QUE ME PODE FAZER O HOMEM? SOBRE MIM ESTÃO OS VOTOS QUE TE FIZ, Ó DEUS; EU TE OFERECEREI AÇÕES DE GRAÇAS. POIS TU LIVRASTE A MINHA ALMA DA MORTE; NÃO LIVRASTE TAMBÉM OS MEUS PÉS DE TROPEÇAREM, PARA QUE EU ANDE DIANTE DE DEUS NA LUZ DA VIDA?”. (SALMO 56:1-13).

“O MEU POVO SE CALOU PORQUE NÃO TEVE CIÊNCIA. E PORQUE VÓS REJEITASTES A CIÊNCIA, TAMBÉM EU TE REJEITAREI A TI”. OS MEUS FILHOS ESTÃO A PERDER A GUERRA, PORQUE LHES FALTA CONHECIMENTO. (LIVRO DE OSEAS).

“PONHAM EM PRÁTICA TUDO O QUE VOCÊS APRENDERAM, RECEBERAM, OUVIRAM E VIRAM EM MIM. E DEUS DA PAZ ESTARÁ COM VOCÊS”. (FILIPENSES, 4:9).

Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: a doutrina, o tempo, o espaço, o comando, a disciplina (SUN TZU, em: A Arte da Guerra).

RESUMO

O objetivo desta tese é avaliar como os investimentos ou gastos militares para a segurança nacional influenciaram o crescimento econômico de Angola, desde 1975 até 2013. Dividimo-la em três ensaios, tendo como foco principal as consequências econômicas dos conflitos armados (intra-angolana e com beligerantes externos) que aconteceram no país, principalmente depois da independência em 1975. Estes conflitos armados estão inseridos num contexto africano subsaariano, como extensão da Guerra Fria entre as Grandes potências mundiais da época: EUA e URSS. Trouxemos aqui não só as associações da participação dos três principais movimentos (MPLA, FNLA, UNITA) que participaram da luta de libertação contra o colonialismo português, mas também relatos de como estes três se enfrentaram em vários conflitos armados, essencialmente entre o MPLA e a UNITA, depois da derrota da FNLA em 1975 e o exílio do seu líder. Também focamos a Batalha do Cuito Cuanavale, num contexto de conflito “mundial”, da qual participaram, além das duas forças intervenientes (Angola e África do Sul), também os Estados Unidos da América (EUA), Cuba e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), e cujos custos foram altos, tanto materiais, quanto humanos. Para dar fundamento e responder a pergunta da tese “se os gastos militares para a segurança do país são fatores determinantes para o crescimento ou estagnação econômica de Angola, no período de 1975 até 2013?” fizemos uma regressão não-paramétrica (Regressões de Kernel), com o uso do Bootstrap, num enfoque da economia da defesa, sendo que encontramos significância no período de 1975 até 2001 e não-significância no período de 2002 até 2013, ao analisarmos os efeitos dos gastos militares no crescimento econômico de Angola, aproximando-o a partir de estimações de 32 países da África subsaariana.

PALAVRAS-CHAVE: África Subsaariana. Angola. Crescimento Econômico. Economia da Defesa. Segurança Nacional. Gastos Militares. Estimção não-paramétrica.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to evaluate how investment and military spending for homeland security influenced the economic growth of Angola, from 1975 to 2013. We divided it into three essays, focusing primarily on the economic consequences of armed conflict (intra-Angolan belligerents and external) that happened in the country, especially after independence in 1975. These armed conflicts are housed in sub-Saharan African context, as an extension of the Cold War between the major world powers at the time: U.S.A and USSR. We bring here not only the associations of the participation of three major movements that participated in the liberation struggle against Portuguese colonialism, but also reports at how these three clashed in several armed conflicts, primarily between the MPLA and UNITA, after the defeat of the FNLA in 1975 and the exile of its leader. We also focus on the Battle of Cuito Cuanavale, in a context of "global" conflict, which was attended, besides the two intervening forces (Angola and South Africa), by the United States of America (USA), Cuba and the former Union of Soviet Socialist Republic (ex - USSR). The costs were high, both material and human. To give plea and answer the thesis question "whether the military spending to the country's security is crucial to the development of economic stagnation in Angola, from 1975 until 2013?" We made a non-parametric regression (kernel regressions), using the Bootstrap, and found significance in the period from 1975 to 2001 and not significance from 2002 until 2013, when analyzing the effects of military spending on economic development of Angola, approaching it from estimates of 32 sub-Saharan countries.

KEYWORDS: sub-Saharan Africa. Angola. Economic Growth. Defence Economics. National Security. Military Spending. Nonparametric Estimation.

RÉSUMÉ

Cette thèse a comme objectif d'évaluer comment les investissements et les dépenses militaires de la sécurité intérieure a influencé la croissance économique de l'Angola, de 1975 à 2013. Divisée en trois essais, en se concentrant principalement sur les conséquences économiques des conflits armés (des belligérants intra-angolaises et externe) qui est arrivé dans le pays, surtout après l'indépendance en 1975. Tout cela bien encadré dans le contexte de l'Afrique sub-saharienne et au milieu de la guerre froide entre les puissances mondiales majeures de l'époque: États-Unis et l'URSS. Nous avons apporté ici les appréciations de la participation de trois grands mouvements qui ont participé à la lutte de libération contre le colonialisme portugais, et comment ces trois se sont affrontés dans plusieurs conflits armés, tout particulièrement entre le MPLA et l'UNITA après la défaite du FNLA en 1975 et l'exil de son leader. Aussi nous nous sommes concentrés sur la bataille de Cuito Cuanavale, dans un contexte de conflit "global", à laquelle ont participé, entre autres forces intervenants (Angola et Afrique du Sud), les États-Unis, Cuba et l'ex-URSS, dont les coûts furent élevés, aussi matériels, qu' humains. Pour donner fondation et répondre aux questions on fait une régression non-paramétrique (régressions du Kernel) en utilisant le Bootstrap, pour trouver une réponse significative dans la période 1975-2001 et une autre non significative à partir de 2002 jusqu'à 2013, avec l'analyse des effets dépenses militaires dans le développement économique de l'Angola, approchant des estimations de 32 pays d'Afrique subsaharienne.

MOTS-CLÉS: Afrique sub-Saharienne. Angola. Croissance Économique. Économie de la Défense. Sécurité Nationale. Dépenses Militaires. Estimation non Paramétrique.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es evaluar cómo la inversión y el gasto militar para la seguridad nacional influyeron en el crecimiento económico de Angola de 1975 a 2013. Nos dividimos en tres ensayos, centrándose principalmente en las consecuencias económicas de los conflictos armados (beligerantes intra Angola y externo) que sucedió en el país, sobre todo después de la independencia en el año 1975. Los conflictos armados están alojados en contexto africano al sur del Sahara, como una extensión de la guerra fría entre las grandes potencias mundiales de la época: EUA y la URSS. Traemos aquí no sólo las asociaciones de la participación de los tres grandes movimientos que participaron en la lucha de liberación contra el colonialismo portugués, pero también informa de cómo estos tres se enfrentaron en varios conflictos armados, sobre todo entre el MPLA y la UNITA, después de la derrota del FNLA en 1975 y el exilio de su líder. También nos enfocamos en la batalla de Cuito Cuanavale, en un contexto de conflicto "global", al que asistieron, además de las dos fuerzas que intervienen (Angola y Sudáfrica), por los Estados Unidos de América (EE.UU.), Cuba y la antigua Unión de la República Socialista Soviética (ex - URSS). Los costos eran altos, tanto materiales como humanos. Para dar declaración y responder a la pregunta de la tesis "si el gasto militar para la seguridad del país es crucial para el desarrollo de un estancamiento económico en Angola, desde 1975 hasta el año 2013?" Hicimos una regresión no paramétrica (regresiones del kernel), utilizando el Bootstrap, y encontramos significado en el período de 1975 a 2001, y no importancia desde 2002 hasta 2013, cuando se analizan los efectos de los gastos militares en el desarrollo económico de Angola,, acercarse a ella de las estimaciones de 32 países del África subsahariana.

PALABRAS CLAVES: África Sub-Sahariana. Angola. Crecimiento Económico. Economía Defensa. De Seguridad Nacional. Gasto Militar. Estimación no paramétrica.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Angola e principais regiões da Guerra de Libertação Nacional 1961 – 1974.....	31
Mapa 2 – Principais localidades da Batalha de Quifangondo.	34
Mapa 3 – Guerra em Angola, de 1976 até 2002.....	40
Mapa 4 – Mapa da África.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comportamento da inflação com relação ao PIB de Angola,	59
Gráfico 2 – Comparação do crescimento médio do PIB em relação à China, Brasil, Índia,...	60
Gráfico 3 – PIB per capita de Angola entre 1975 até 2013.	61
Gráfico 4 – IDE de Angola no período de 1993-2010.	64
Gráfico 5 – Resultados do <i>Bootstrap</i> , para o período 1975 a 2001	91
Gráfico 6 – Resultados do <i>Bootstrap</i> , para o período 2002 a 2013.	92
Gráfico 7 – Comportamento dos gastos militares em relação ao PIB per capita (1991–2013)	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento demográfico em Angola (Branços e Negros)	29
Tabela 2 – Impacto das reformas macroeconômicas em Angola (%)	56
Tabela 3 – Países com maior crescimento anual médio	58
Tabela 4 – Estimação para o período de 1975 – 2001	91
Tabela 5 – Estimação para o período de 2002 – 2013.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Caracterização do problema	16
1.2	Hipótese de trabalho	17
1.3	Justificativa	18
1.4	Metodologia.....	18
2	CONTEXTO HISTÓRICO ANGOLANO	20
2.1	O período antigo	20
2.2	O Período pré-colonial	22
2.3	O período de contatos iniciais com os portugueses	25
2.4	O período colonial	27
2.5	O período pós-independência	30
2.5.1	A batalha de Quifangondo.....	33
2.5.2	A operação Savannah	35
2.5.3	A Batalha do Cuito Cuanavale	39
2.5.4	O período após Cuito Cuanavale.....	45
2.6	Considerações Finais.....	48
3	SISTEMA ECONÔMICO DE ANGOLA	49
3.1	Evidências das reformas econômicas no período da paz contemporânea (de 2002 até 2013).....	57
3.2	Os recursos naturais de Angola	61
3.3	Os investimentos externos em Angola	63
3.4	Os investimentos de Angola no exterior	65
3.5	China e Estados Unidos na economia de Angola.....	67
3.6	Considerações Finais.....	73
4	GASTOS MILITARES NA ÁFRICA SUBSAARIANA.....	74
4.1	A geopolítica da África subsaariana.....	74
4.2	Economia da defesa e crescimento econômico	77
4.3	Modelos econômicos dos gastos militares.....	81
4.3.1	Modelo de Feder-Ram.....	82
4.3.2	Modelo de Solow Aumentado.....	83
4.3.3	Modelo de Aizenman e Glick.....	85
4.4	Estimação não-paramétrica para os gastos militares de 32 países da África Subsaariana.....	87
4.4.1	Metodologia.....	88
4.4.2	Especificação do modelo e resultados.....	90
4.4.2.1	Período de 1975 até 2001	91
4.4.2.2	Período de 2002 até 2013	92
4.5	Considerações Finais	94
5	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	98
	ANEXO A – CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS GUERRAS DE ANGOLA DE 1956 ATÉ 1991.....	106
	ANEXO B – FAX/DCIDEPES/SESU/MEC. ITAMARATY.....	119
	ANEXO C – PIB PER CAPITA (DÓLARES DOS EUA) E GASTOS MILITARES MÉDIOS (MILHÕES DE DÓLARES DOS EUA), PARA 32 PAÍSES DA ÁFRICA SUBSAARIANA, NO PERÍODO DE 1975 ATÉ 2013. 120	

1 INTRODUÇÃO

Estudar o crescimento de países africanos não é um processo simples, principalmente quando o foco é um dos países situados na região subsaariana do continente. A dificuldade é maior quando se quer analisar tal crescimento com base nas implicações da segurança nacional. No caso angolano, os gastos para a segurança militar ou em defesa, no período contemporâneo da história (pós-independência).

Analisar esses dois contextos, ou seja, o crescimento econômico e sua relação com os gastos em segurança nacional obriga-nos a fazer uma digressão histórica sobre Angola. Neste caso, destacam-se dois períodos fundamentais: **o período da guerra, que vai de 1975 até 2001; e, o segundo, o período de paz, que vai de 2002 até os dias de hoje (neste caso até 2013)**. Esta contextualização nos permitirá fazer uma melhor explicação sobre a história econômica e militar deste território, um país situado numa região com enormes recursos naturais. Sabe-se que estes recursos são motivos relevantes para muitas guerras que aconteceram durante, aproximadamente, três décadas. E é justamente nessa região que nas últimas décadas tem se observado um crescimento econômico significativo, com exceção de 2008, devido à crise financeira internacional.

A África Subsaariana teve na primeira década de 2000 um crescimento de forma continuada. Muitos países, inclusive, cresceram acima da média mundial, com taxas que rondavam os 7% ao ano, considerado como milagroso para tentar tirar esta região africana da miséria. Um dos países da região que mais tem impulsionado este crescimento é Angola. Depois do conflito armado que assolou o país em três décadas, incluindo contra a África do Sul “racista”, que teve o seu fim em 2002 com a morte de Jonas Savimbi, o país alcançou a paz e continuou com o multipartidarismo. Esta condição de paz, unida aos recursos naturais que o país possui, permitiu-lhe receber enormes quantidades de investimentos estrangeiros e aumentar o seu produto interno bruto (PIB), no intuito de consolidar o seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Mesmo que a paz seja um fato, por ser um fenômeno ainda recente faz-se necessário que o governo efetue políticas sociais que possam melhorar a situação econômica dos cidadãos do país, em especial daqueles que se dedicaram à atividade militar, em tempos de guerra. Sabendo-se que Angola situa-se numa região cujas instituições políticas costumam ser fracas, há a necessidade de uma continuação dos investimentos na área de segurança militar, devido às ameaças externas que podem fomentar alguma instabilidade interna, o que pode afetar o seu crescimento econômico.

Estas políticas de estabilidade nacional devem ter como foco o crescimento econômico do país, para que se possa colocar Angola, em seu devido lugar, tanto regional, como globalmente. A discussão sobre o papel dos Estados Unidos da América (EUA) e, hoje, principalmente, da China torna-se relevante, pois se tratam dos atuais principais jogadores econômicos e consumidores mundiais. Estes dois países, juntamente com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), Cuba e a República da África do Sul, foram os principais jogadores das guerras no território angolano. Porém, este estudo não estaria completo se não trouxéssemos para observação alguns investimentos externos que o governo de Angola tem feito no exterior, principalmente nos países de língua oficial portuguesa.

1.1 Caracterização do problema

A história econômica de Angola não deve ser analisada sem levar-se em conta a evolução da sociedade angolana, principalmente após a independência. A análise do contexto histórico e social em cada um dos dois períodos citados anteriormente – **o período da guerra e o período de paz** – permitir-nos-á uma melhor explanação sobre a história econômica e militar de Angola.

Desta forma, poder-se-á observar quais os saltos que houve durante esta evolução histórica, principalmente ao se analisarem as nuances dos desdobramentos militares contra a invasão sul-africana no Sul e a guerra armada intra-angolana que se prolongou desde 1975 até abril de 2002, além das mudanças econômicas, como fatores importantes para o crescimento econômico de Angola. Neste contexto, o fator guerra e, conseqüentemente, os gastos militares, deverão ser considerados como variáveis importantes no avanço do crescimento econômico do país, visto que ele pode impactar de forma negativa o nível da infraestrutura do país, o nível de pobreza, a qualidade do capital humano, a produção agrícola, e a execução de políticas públicas.

Analisando estes aspectos poderemos responder a muitas perguntas feitas sobre este país africano. Como ele surgiu? Como era sua organização política e administrativa durante os tempos de guerra e nos dias de hoje? Qual o real interesse das grandes potências mundiais por este território durante a sua evolução histórica contemporânea, principalmente China, Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), incluindo as estratégias que levaram à independência? Quais foram as razões que motivaram as guerras armadas após a sua independência? Que fatores levaram este país a permanecer atrasado sob o ponto de vista industrial? Qual sua importância na inserção do contexto histórico regional?

Estas são questões que serão tratadas neste trabalho, na descrição do processo de crescimento econômico de Angola, de 1975 até 2013. Serão analisados fatores como riquezas naturais, a orientação política dos grupos que lutaram para a independência de Angola a partir da década de 1950 e a influência da ex-URSS, da China e dos EUA na guerra armada de Angola, tanto entre grupos angolanos como contra grupos externos (principalmente com a participação de Cuba e do ex-regime do apartheid da África do Sul), investimentos externos que são feitos em Angola, em particular pela China e os investimentos que o governo de Angola tem efetuado no exterior.

Partindo do pressuposto de que a guerra é a variável nuclear, a pergunta principal que este trabalho responde é: **os gastos militares para a segurança do país são fatores determinantes para o crescimento ou estagnação econômica de Angola, no período de 1975 até 2013?**

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é: **avaliar como os investimentos ou gastos militares para a segurança nacional influenciaram o crescimento econômico de Angola, desde 1975 até 2013.** Para tanto, teremos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever os períodos históricos de Angola, situando-nos essencialmente no período da guerra que vai de 1975 até 2001; e, o segundo período (ou de paz), que vai desde 2002 até 2013;
- b) Analisar que fatores levaram Angola, a mergulhar numa guerra armada, após a proclamação da independência em 11 de novembro de 1975;
- c) Analisar que fatores geopolíticos estavam por trás do conflito armado entre Angola e o regime racista da África do Sul, tendo culminado com a guerra do Cuito Cuanavale, e;
- d) Analisar a relação, principalmente econômica entre China e os EUA com o governo angolano, no contexto atual.

1.2 Hipótese de trabalho

As constantes tensões regionais e o processo de estabilidade militar vividos por Angola, são fatores que dão-nos o fundamento para que este trabalho possa partir da seguinte hipótese: **os gastos militares que culminaram com a paz alcançada por Angola, em 2002, foram preponderantes para o seu crescimento econômico.** Assim sendo, a hipótese do trabalho está articulada sobre os seguintes eixos:

- a) As mudanças institucionais feitas desde a década de 1980, mas principalmente após os acordos de paz de 1990, têm influenciado o crescimento econômico de Angola.
- b) Os gastos militares ou em segurança durante o período de guerra (de 1975 até 2001) influenciaram positivamente no crescimento econômico de Angola.

- c) O fim da guerra armada que ocorreu em 2002 permitiu que houvesse a ramificação dos investimentos na economia que outrora iam para a segurança do país.

1.3 Justificativa

Os recursos naturais de Angola, principalmente petróleo, produzidos em grande parte nas províncias de Cabinda e do Zaire, e diamantes, produzidos principalmente nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, desde o período colonial sempre fizeram parte de muitas disputas comerciais e militares: portugueses, alemães, holandeses, belgas, franceses, britânicos, sul-africanos, congoleses, soviéticos, cubanos e brasileiros são só alguns dos envolvidos nestas disputas. Hoje, existe uma espécie de “guerra energética e comercial” entre a China e os EUA, entre a China e os países europeus, entre as grandes potências e os chamados países emergentes (incluindo o Brasil), dentro do território angolano.

Considerando que Angola pertence a uma região periférica – África Subsaariana – com suas tensões sociais, sua segurança militar, suas questões políticas mais instáveis, faz-se necessário analisar que medidas o país tem tomado para que não enverede outra vez em conflitos armados.

Poucos são os estudos que tratam de fazer uma panorâmica do crescimento econômico e sua relação com a segurança militar em países africanos. Assim sendo, justifica-se este estudo, visto que se pode inserir Angola, como país importante para a segurança regional e como exemplo de que a paz e as mudanças institucionais podem trazer crescimento econômico para os países.

1.4 Metodologia

A discussão sobre os impactos dos gastos militares no crescimento econômico é de extrema importância quando se analisam as dinâmicas de países como os situados na região da África subsaariana. Por este fato, no aspecto qualitativo, foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica envolvendo os temas de crescimento econômico, enfatizando o arcabouço teórico da economia da defesa (envolvendo essencialmente a questão da segurança militar, isto é, dos gastos militares). Fizemos comparações com outros modelos que usam o fator guerra ou estabilidade política como variáveis importantes para o crescimento. Como fontes, foram utilizadas teses, dissertações, livros, monografias, publicações avulsas, revistas e periódicos em geral, nacionais e internacionais, assim como publicações de instituições que tratam deste assunto, tais como o Banco Nacional de Angola (BNA), a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL), o Fundo Monetário Internacional (FMI), Stokolm International Peace Research Institute (SIPRI), o PENNWORD, entre outros.

Foi feita também uma breve pesquisa sobre os períodos históricos econômicos de Angola, tendo como foco o período de 1975 até 2013, com o objetivo de analisar como este processo ocorreu e que agentes mais importantes tiveram impacto na evolução social, política e econômica do país neste período, cujo núcleo duro foi a guerra armada.

Em busca da resposta para a pergunta macro, ou seja, se os investimentos ou gastos militares para a segurança nacional (interna) foram ou não determinantes para o crescimento econômico de Angola, no período de 1975 até 2013, usamos a abordagem do modelo de estimações não-paramétricas, especificamente as regressões de Kernel, mais conhecidas como estimações Nadaraya-Watson, baseando-nos em estudos que têm usado este arcabouço teórico, procurando as respostas com maior robustez na nossa análise. No entanto, para a elaboração do modelo de estimação, devido à limitação nos dados e pelo tipo de abordagem feita neste trabalho usamos um conjunto de 32 países da África subsaariana.

Como estrutura básica da tese elaboramos três ensaios, tendo como foco principal as consequências econômicas dos conflitos armados (intra-angolanos e com beligerantes externos) que aconteceram no país, principalmente depois da independência em 1975. Esta divisão é justificada pelo tipo de discussão envolvida na tese, cujo objetivo é mostrar que as partes estão relacionadas em paralelo. Assim, no primeiro ensaio (**Contexto histórico angolano**), tratando-se de um país periférico, faz-se necessário apresentar este objeto de estudo (Angola) para que possamos entender o contexto econômico, social e militar, buscando realçar os cinco períodos, com enfoque em dois períodos fundamentais: o período colonial, com a sua forma de escravatura desumana, e o período pós-independência, com os conflitos armados internos e externos contra a África do Sul. No segundo ensaio (**Sistema econômico de Angola**), fizemos uma breve revisão sobre o contexto econômico angolano e sobre os programas macroeconômicos implementados pelo governo de Angola que se inicia de uma gestão centralizada. No terceiro ensaio (**Gastos militares na África subsaariana**), trouxemos as mais relevantes teorias sobre a questão dos gastos militares e seu impacto sobre o crescimento dos países e regiões. Argumentamos que a segurança é o fator relevante para os gastos militares que afetaram os países, tanto positiva quanto negativamente. Por último, elaboramos um modelo de regressão não-paramétrica (Kernel), usando a ferramenta de Bootstrap, que capturou a significância dos gastos militares.

2 CONTEXTO HISTÓRICO ANGOLANO

Este ensaio objetiva mostrar o contexto histórico angolano, desde o período antigo até o período atual, para que possamos compreender e contextualizar o objeto de estudo e dar embasamento às conclusões da tese.

2.1 O período antigo

Falar sobre o período antigo de Angola é de fundamental importância, pois é uma das premissas para explicarmos o contexto socioeconômico, político e militar atual. Com efeito, não se pode desligar a história antiga de Angola da história do continente africano ou pelo menos parte dele; não porque existiu ou exista uma história siamesa no continente, como muitos hoje acreditam, mas porque existe uma interligação entre os contextos dos territórios que hoje compõem o continente africano, principalmente na região abaixo do Saara. Podemos fazer uma comparação entre o reino do Kongo – *nsi ya Kongo* – (parte do atual território da República de Angola) e o *reino de Danxome* (atual República do Benin). No caso do *nsi a Kongo* o rei nomeado era o mais velho descendente materno do local, ou seja, o mais velho entre os anciãos ou o tio mais velho, por parte da mãe. Assim, o rei do Kongo, isto é, o soberano, não governava um Estado, no sentido ocidental, já que teria que haver uma homogeneidade linguística, étnica e cultural. Neste tipo de reino as fronteiras não eram densas, pois dependiam das dispersões dos clãs e dos subgrupos do reino. Assim, o reino do Kongo era um sistema de governo constituído de pequenas chefias locais.

Já no caso do reino de Danxome, ele parecia-se mais com o tipo de monarquia absoluta, no qual o rei significa o próprio poder, cuja chefia era um modo de descentralização administrativa. Para Obenga (2010), este tipo de governo foi desastrosamente encarnado, na França, pelos reinados de Henrique IV a Luís XVI. Portanto, é possível afirmar-se que existe diferença entre o reino do Kongo (parte de Angola) e o reino do Danxome (Benin). Para Obenga (2010), não se pode designar o reino do Kongo como um Estado governado por um rei, no sentido ocidental – isto é, num sentido espúrio, tardio, inadequado, caso particular de passagem para um Estado nacional através da monarquia absoluta – como acontecera, por exemplo, com o reino de Luís XIV na França.

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África, ou seja, as sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. (OBENGA, 2010). É como se este continente existisse por si só, como se fosse um objeto inerte; como se a ordem divina para a evolução do contexto humano fosse

excludente para os africanos; como se as transformações socioeconômicas e políticas, inerentes a qualquer sociedade não ocorressem neste grande continente.

Neste sentido, tal como qualquer sociedade, a África possui uma história, e esta história pode ser encontrada desde que o homem começou a existir. E não é novidade, pelo menos para os pesquisadores mais sérios que, “durante séculos, na costa ocidental e na oriental floresceram civilizações africanas que, sob muitos aspectos, se equiparavam às suas contemporâneas da Europa e Ásia”. (BOAVIDA, 1981, p.1). Por exemplo, “[...] a mais antiga indústria lítica conhecida no mundo de *Olduvaiense* – referindo-se à garganta de *Olduvai* – encontrava-se na Tanzânia e os exemplares mais antigos da África oriental datam de 2,6 milhões de anos atrás”. (CLARK, 2010, p. 606). Ou seja, não reconhecer as civilizações africanas ou até mesmo mistificá-las, com um sentido quase euro-centrista ou – na maior parte das vezes – totalmente euro-centrista, como acontece no caso da história do antigo Egito, por exemplo, é um equívoco grave, principalmente quando assentada em bases acadêmicas viesadas. Assim, para Obenga (2010, p. 125), “[...] o egípcio não pode ser isolado do seu contexto africano e o semítico não dá conta de seu surgimento, sendo legítimo, portanto, encontrar seus pais ou primos na África”. É provável que este procedimento seja com a intenção de fazer com que as populações da África e seus descendentes vivam (continuem a viver) na via do obscurantismo sobre o seu passado histórico; história essa que influenciou toda a humanidade civilizada. Afinal, povo que não conhece sua própria história, a história econômica, política, social é povo que jamais terá ponto de chegada, pois quem não sabe de onde vem, como pode saber onde quer chegar? Não é em vão que até pouco tempo muitos pesquisadores, principalmente europeus:

[...] Ao escreverem a história de grande parte da África, recorriam somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser, tomando frequentemente a “Idade Média” e os modos de produção europeia como ponto de referência. As relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidas, senão em referência ao passado da Europa. (M’BOW, 2010, p. XXI, PREFÁCIO).

Neste sentido, discutir a história antiga de Angola – mesmo que de forma resumida – faz-se necessário, não só para descrição dos períodos que serão estudados nos pontos posteriores, mas também para dar essência ao objetivo geral deste trabalho, ou seja, avaliar como os investimentos ou gastos militares para a segurança nacional influenciaram o crescimento econômico de Angola, de 1975 até 2013.

A atual capital do país – Luanda – foi um dos centros mais importantes da economia dos reinos de Angola, com a produção de moeda, uma atividade pesqueira de relevância considerável, com barcos movidos a remo e a vela que permitiam a pesca da baleia, cujo óleo também era usado nas embarcações. A atividade manufatureira artesanal nesta região era sobremodo desenvolvida. A atividade agropecuária já se fazia sentir no V milênio antes da era cristã: o cultivo do sorgo (muitas vezes usado no preparo da cerveja de milhete), galinha-d'angola, carneiro, gado bovino. Mabogunje (2010, p. 429), descreve claramente algumas atividades econômicas neste período:

[...] Os primeiros pastores ‘neolíticos’ apareceram no Saara no decorrer do V milênio antes da Era Cristã, ou talvez ainda mais cedo. Conduziam rebanhos de gado de chifres longos ou curtos, cabras e carneiros. As indústrias já poderiam ser encontradas no nordeste de Angola, na localidade de Mufo, aproximadamente 38 mil anos antes do nosso tempo¹, apresentando uma grande quantidade de utensílios pesados, quais sejam: picões, bifaces, pedras de arremesso, seixos lascados e raspadores nucleiformes [...].

Estas indústrias não surgiram ao acaso, ou seja, elas foram fruto de uma intencionalidade econômica cuja criação tem a ver com a melhoria de vida destas sociedades. Foram estes objetos que permitiram a fabricação dos barcos para a atividade pesqueira, para a caça, para a agropecuária. As flechas de pontas trapezoidais, triangulares, losangulares, ovais, foliáceas, gomos de laranja e ainda as facas com dorso, eventualmente, foram usados para a atividade militar. A arte é outra grande característica dos povos antigos da África. Em Angola podem-se encontrar gravuras rupestres em Cacola – uma arte esquemática e não a naturalista, como as encontrados na África do Sul – com apresentações essencialmente geométricas, cujos círculos e arcos podem ser distinguidos, ora isolados, ora em grupos.

Portanto, partindo-se dessa pequena digressão da história econômica e social do período antigo da África, podemos agora fixar-nos no período posterior, cuja atividade industrial, agrícola, da elaboração e transformação dos minerais é mais relevante. Esta é uma fase, na qual se pode observar trocas comerciais e atividade política com a Ásia, antes da invasão portuguesa em Angola.

2.2 O Período pré-colonial

Tal como no período antigo, este também teve suas transformações socioeconômicas e políticas importantes, havendo considerável crescimento, comparando-se com as economias

¹ Antes do presente, tomando o ano de 1950 como ponto de referência, pois foi nesse ano que se usou pela primeira vez o método do carbono 14.

das regiões mais avançadas da época: cidades como Melinde, Songo Mnara, Quiloa, Brava, Kua poderiam ser comparadas com muitas cidades da Europa renascentista. Delimita-se este período até 1499 da Era Cristã.

Havia no continente africano, edifícios construídos de pedras, e portos repletos de barcos. As relações comerciais com a Índia e a China já existiam havia séculos, chegando mesmo a ser enviada pelo rei de Melinde (atual Moçambique) uma embaixada em 1415 ao Imperador da China e, por outro lado o envio à África da armada do almirante Tcheng Ho, no início do século XV. Os economistas e antropólogos que estudaram a economia africana ressaltaram, evidentemente, a importância do comércio na África pré-colonial. Alguns notaram que “[...] as economias africanas evoluíram rapidamente antes da chegada maciça dos europeus [...]”. (CURTIN, 2010, p. 104). Neste contexto, impérios medievais como os do Mali, Songhay, Benin, Kanem e Gana, por exemplo, possuíam importantes organizações social, administrativa e política e o crescimento da tecnologia e a arte eram comparados com os mais avançados do ocidente. Outro fator importante é o linguístico cuja língua – o *swahili* – tinha a mesma importância que o latim. O comércio era avançado e as trocas comerciais permitiam a subsistência destas comunidades. Segundo argumentos de Curtin (2010, p. 104):

Na realidade, nenhuma comunidade da África pré-colonial supria inteiramente suas próprias necessidades sem se dedicar a algum comércio; e eram numerosas as sociedades africanas que possuíam complexas redes de produção e exportação dirigidas às necessidades de seus vizinhos. Na orla do Saara, numerosas tribos pastoris obtinham a metade, se não mais, de seu consumo anual de calorias, trocando os produtos de sua criação por cereais. Outras produziam e vendiam regularmente os excedentes agrícolas, o que lhes permitia adquirir certos gêneros exóticos: sal, gado, manteiga de Galam, noz de cola, tâmaras.

No caso de Angola já se trabalhava o ferro entre 2000 a 1600 antes da Era Cristã e a cultura da madeira em 750 da nossa Era. O trabalho com a cerâmica já se fazia sentir no I milênio da Era Cristã em todo o território de Angola.

Do ponto de vista institucional viam-se vários movimentos de populações de alguns reinos para outros, observando-se aqui estratégias diferentes nas práticas militares, provavelmente devido à rota do ouro, de enorme retorno econômico, permitindo o alargamento das políticas centralizadoras. No campo agrícola, além do sorgo, culturas como o inhame, a cana de açúcar, banana, feijão e amendoim (jinguba) e da palmeira poderiam ser encontradas. Na pecuária, além de galinhas, também eram criados porcos, gado bovino, cabras, carneiros e o cão poderia ser encontrado como animal doméstico. Mas como se formaram os Estados africanos neste período? Com a expansão demográfica, do comércio e

das técnicas artesanais a sociedade começou a organizar-se em grupos patrilineares, raras vezes matrilineares.

O grupo *bantu*, do qual a maior parte de Angola faz parte, organizava-se de forma compacta, em aldeias. A autoridade na aldeia se baseava em princípios territoriais e, portanto, políticos. (VANSINA, 2010). Com a formação do excedente da produção agrícola, os chefes das aldeias começaram a se tornar mais importantes ao conquistarem maior poder político. Estes chefes deixavam de exercer a atividade física para se ocuparem apenas da gestão de suas aldeias, o que permitiu a formação dos Estados africanos, nos quais várias aldeias reconheciam o poder e a autoridade política do chefe das aldeias economicamente mais desenvolvidas. Assim, eram formados grandes conselhos administrativos, em torno do patriarca, constituídos por funcionários ou agentes das aldeias. A este rei, no início, era também atribuída a liderança religiosa e, com o crescimento do Estado – com seus juizes, guardas, e outros funcionários de alto escalão – ele começou a dividir o excedente agrícola com estes. Os funcionários do alto escalão começaram também a dividir seus excedentes, o que exigiu o aumento da força de trabalho. Neste sentido, os prisioneiros de guerra eram feitos escravos – não no modelo europeu, ou seja, não serviam como mercadorias – mas muitos destes tornaram-se importantes cidadãos da sociedade. Este processo de expansão, evidentemente, aumentava as guerras, já que muitas vezes, para que o tamanho dos Estados aumentasse, tinham que absorver outras senhorias ou patrilineagens.

A formação dos Estados, no entanto, não aconteceu em todo o continente. Muitos viam neste sistema uma forma de desigualdade nos seus sistemas políticos, partindo para a formação de confederações de linhagens, mas sem um chefe. No caso específico de Angola houve a formação de 14 Estados *Ovimbundus*, que se supõe terem começado antes do Século XVI. Estes povos se dividiam em três grupos: os *Nyaneca-Humbe*, os *Ovaherero* e os *Ambós*. Os dois primeiros não se organizaram propriamente em Estados, ao contrário dos Ambos que constituíram no Século XIX doze Estados, cuja organização política permitiu que três deles tivessem grande poderio militar. A junção de pequenos reinos está na origem da formação do reino do Kongo com expansão territorial até Luanda, continuando em direção ao reino do Ndongo e Matamba, sendo estes últimos forçados a fazerem a tributação ao reino do Kongo. Desta forma, ele se tornou o maior e mais poderoso reino de Angola. Quando os portugueses ali chegaram, já havia a circulação de moeda, o que supõe também a existência de um forte comércio. Existia neste uma aristocracia, cujos trabalhos agrícolas eram feitos pelos escravos. (VANSINA, 2010). Acredita-se que, quando os portugueses chegaram ao litoral de Angola, depararam-se com um grande reino: o do Kongo.

Um aspecto importante é como eram cobrados os tributos ao reino do Kongo. Para Vansina (2010, p. 650):

Os governadores coletavam impostos ou tributos, que depois encaminhavam ao rei do Kongo. O tributo compreendia o n'zumbu (conchas usadas como moeda), quadrados de rafia (que também serviam de moeda), sorgo, vinho da palma, frutas, gado, marfim e peles de animais (de leopardo e leão). [...] O rei era assistido por um corpo administrativo central, cujos membros ele podia demitir. Na capital, esse órgão incluía o chefe do palácio, que tinha os encargos de vice-rei, um juiz supremo, um coletor de impostos com os seus tesoureiros, um chefe de polícia e um chefe dos mensageiros.

O rei possuía grande autoridade, porém, não um poder absoluto, pois em algumas regiões os governadores eram eleitos pelo povo, muito embora tivessem o poder de demitir toda a administração real. Um reino no qual o rei do Kongo não exercia o poder de nomeação era o M'bata apesar de o Kongo possuir um exército forte e uma organização administrativa sólida. Em 1483, M'bata possuía seis províncias, que constituíam o conselho e nomeavam o rei. Este conselho tinha o poder de supervisionar a administração do rei, principalmente quanto às questões de guerra, nomeação dos governadores em questões de comércio, o que incluía o poder de abrir ou fechar as estradas. (VANSINA, 2010). O que se podia observar é a presença de um sistema democrático neste reino, cujos funcionários recebiam um salário. Supõe-se que houve nesta região um intenso comércio: ferramentas de ferro, cerâmicas, esteiras, cestos, sal marinho, joias de cobre, joias de marfim, quadrados de rafia e fibras originários do litoral. Ignora-se a presença de escravos, pelo menos antes de 1483. (VANSINA, 2010).

2.3 O período de contatos iniciais com os portugueses

No século XV, os europeus começaram a entrar em contato com as regiões costeiras da África tropical. Assim, neste ponto fixar-se-á o período de contatos iniciais com os portugueses, por volta de 1500 a 1880 da nossa Era ou Era Cristã. Foi neste período que se estabeleceu o comércio triangular, ligando a África, América e a Europa, estabelecendo-se, desta forma, uma nova estrutura geopolítica e geoeconômica no Atlântico. Para Malowist (2010), desde então ela teve papel principal na acumulação de capital – pela Europa, particularmente a ocidental – gerado pelo comércio e pela pilhagem, organizados em escala mundial.

Em Angola, o primeiro contato dos portugueses fez-se a partir da foz do rio Zaire, em 1482, com a chegada da esquadra de Diogo Cão. Na época, os portugueses desconheciam a

presença de uma civilização na região e o contato com o rei do Kongo – *Muene-e-Congo-a-Cuum*, isto é, o senhor do Kongo – só foi feito por Rui de Souza, em 1490. Para tanto, os portugueses tiveram que fazer dias de jornada até encontrarem o interior do rio, pois a corte se encontrava em Ambasse. Para Ki-Zerbo (2009), ao encontrar o rei, Rui de Souza beijou-lhe a mão, conforme a etiqueta da corte de Lisboa, visto que para esse, o senhor do Kongo, era gente como ele, ou seja, um cristão.

A chegada dos portugueses em Angola fazia parte das intenções do reino português de expandir os conceitos jesuítas e a exploração de novas riquezas. A intenção, portanto, ao que parece, não era a colonização deste território, pois este processo só se inicia com a fundação de Luanda e da construção dos fortes de Massangano, em 1576 e 1583, respectivamente, por Paulo Dias de Novais. Os portugueses encontraram no Kongo, em 1482, uma moeda imaginária, cujo nome era o *n'zimbu*; sendo que, por volta de 1500, quadrados de rafia circulavam, como unidade de valor, nas rotas comerciais de toda a savana meridional, ou seja, da fronteira ao Atlântico. (VANSINA, 2010).

O processo de estabelecimento de uma colônia portuguesa não foi amigável, pois desde que os reinos de Angola observaram tal intenção, as revoltas militares começaram a ocorrer. A primeira grande revolta armada aconteceu em 1491, quando *Panzo-a-N'zinga* se nega a receber, tanto o batismo europeu, quanto as novas leis impostas pelos missionários jesuítas e as ordens impostas pelos militares a mando do rei de Portugal. Estas revoltas duraram séculos, enquanto a presença de um colonizador se fez presente na terra dos *N'golas*². Para Boavida (1981), estes povos estavam em permanente rebelião e, jamais se deixavam dominar a não ser com a força e derramamento de sangue. O símbolo das revoltas contra os portugueses foi a rainha *N'zinga M'bandi*, que lutou durante, aproximadamente, quarenta anos, tanto contra os portugueses quanto contra os holandeses e alemães, sendo que suas estratégias levaram a guerras entre os próprios europeus.

O poder da revolta dos *N'golas* foi além das fronteiras angolanas, tendo chegado ao Brasil, pois foram os escravos saídos majoritariamente de Angola que fundaram a República dos Palmares, no nordeste brasileiro. Para Harris (2010), foi no Estado de Palmares que se manteve, durante quase todo o século XVII (de 1605 a 1695), uma comunidade africana autônoma, estimada em vinte mil membros, em sua maioria bantus oriundos de Angola e Congo. Tentaram organizar a comunidade segundo os padrões de sua sociedade de origem e resistiram, tanto aos holandeses, quanto aos portugueses, sendo apenas derrotados em 1695.

² Origem do nome Angola.

Este é um bom exemplo a mostrar que o processo de colonização e escravatura não foi de conformismo, visto, que onde quer que os africanos se encontrassem, a revolta contra a subjugação colonial existia.

Este ponto serviu apenas como breve introdução para a descrição de um período que talvez seja o mais importante sob o ponto de vista da evolução econômica, social e política de Angola durante o período de invasão europeia, isto é, o período colonial com sua forma mais perversa de comércio: o de comércio de escravos africanos.

2.4 O período colonial

O período colonial pode ser considerado como o divisor de águas, pois é neste período que ocorreram transformações importantes na vida dos povos que habitavam os territórios que hoje chamamos de Angola. Aqui focalizarmos, principalmente o período do comércio de escravos, fundamentado pelo comércio triangular, cuja importância econômica e geopolítica foi crucial para o crescimento econômico dos países europeus e, desestabilização de todo o continente africano.

Para Boahen (2010), até a década de 1880 apenas algumas áreas muito restritas da África estavam sob a dominação direta dos europeus. Estas áreas situavam-se, geralmente, em zonas costeiras e, no caso de Angola, principalmente Luanda. Assim, podemos estabelecer como o período mais dramático da dominação colonial o que vai de 1880 até 1935. Segundo argumentos de Boahen (2010, p. 28):

[...] As mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas – ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema.

Não podemos, no entanto, prendermo-nos a este período, pois a estrutura geopolítica do mundo já se tornava mais tensa desde os anos de 1500, pois só o comércio da África com o Oriente ou Médio-Oriente já impactava o comércio mundial. Por exemplo, em 1591 as trocas comerciais com os portugueses ampliavam-se, visto que na década de 1480 a coroa portuguesa observara ganhos em torno de 100 milhões de dólares – considerando valores de hoje – e por volta de 140 milhões em 1534, nas trocas comerciais, principalmente, com a África e, em menor proporção, com a Índia. Esta expressiva quantidade financeira faz parecer que Portugal estava entrando num longo período de expansão econômica; no entanto, isto não ocorreu, pois o reino não fazia o investimento na sua produção interna. Produtos como ferro,

bronze, sal, dentre outros não se produziam em Portugal, mas nos países africanos. Portugal os comprava de outros mercadores estrangeiros. Portugal também tinha dificuldades para a produção de cereais, principalmente pela limitação demográfica, com uma população que estava em torno de 1 milhão e quatrocentos mil habitantes, o que prejudicava a demanda interna. Outro empecilho era que o comércio de escravos estava sendo ameaçado por outros concorrentes europeus, mas Portugal conseguia sair-se bem devido à importância econômica de suas colônias. Assim, para Malowist (2010), a exportação de escravos angolanos para o Brasil, cujo número de negros era de alguns milhares de indivíduos, no século XVI, sofreu no século XVII um aumento de 400.000 a 450.000 pessoas, devido, principalmente, ao crescimento da cultura da cana-de-açúcar.

O processo escravagista não se deve apenas aos portugueses. Por volta de 1600 este rentável negócio se expande entre os europeus: ingleses, espanhóis, holandeses, franceses participam nesta disputa. Deste confronto, em 1641 os holandeses conquistam o território de Angola, numa disputa intensa que envolvia, também o território brasileiro, sendo que a associação entre os dois territórios (Angola e Brasil) apenas terminara no século IX. Como argumenta Malowist (2010), em 1648 os holandeses foram expulsos de Angola, no entanto, o sucesso que tiveram na conquista de Angola permitiu-lhes conservar uma posição favorável – nessa zona importante para o tráfico de escravos – favorecendo que no século XVI, a Holanda e a Inglaterra, e depois a França, e outros países europeus criassem companhias que asseguravam o comércio com a África e o envio dos escravos para a América.

Juntamente com o aumento dos lucros, os confrontos entre os europeus aumentavam, no intuito de obterem o controle total das feitorias que se encontravam na costa africana. A mão-de-obra africana era de extrema importância para a expansão econômica, principalmente, das plantações de cana-de-açúcar nas Américas, mas o problema eram os constantes aumentos do preço das peças³. Neste sentido, “Angola, que por volta do final do século XVII era o principal reservatório de mão-de-obra negra, permaneceu, durante a segunda metade do século XVIII, sob a influência de Portugal, que maciçamente continuava a abastecer o Brasil, com os escravos”. (MALOWIST, 2010, p. 51). Ainda para este autor, avalia-se em pelo menos 22 milhões o número de indivíduos levados da África para o resto do mundo entre 1500 e 1890, ou seja, 15,4 milhões através do Atlântico e 6,6 milhões pelo Saara, pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico. A Tabela 1, a seguir mostra a evolução demográfica dos angolanos de 1450 até 1970.

³ Uma peça equivaleria a uma unidade de escravo.

Tabela 1 – Crescimento demográfico em Angola (Branços e Negros)

Período Pré-Colonial		Período Colonial						
Período Pré-Colonial		Escravidura			Trabalho Forçado			
1450		1550	1700	1850	1930	1950	1960	1970
NEGROS	18.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	2.000.000	3.300.000	3.319.300	4.642.000
BRANCOS	-	-	800	1850	9.000	30.000	78.000	250.000

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Boavida (1981).

Considerando a Tabela 1, observa-se que o processo de escravatura foi muito prejudicial para os africanos. Verifica-se uma quebra demográfica dos nativos, com possíveis impactos negativos no seu crescimento e o aumento da população branca no mesmo período. Importa realçar, no entanto, o aumento da população negra durante o período de trabalho forçado⁴ – no qual o Estado português poderia forçar o indígena ao trabalho público de interesse “coletivo” – e que visava o incremento da mão-de-obra para a atividade econômica, devido à exportação de produtos deste território: café, cana de açúcar, minerais, algodão, sisal, frangos de corte, por exemplo.

O processo de comércio de escravos, evidentemente, alterou desastrosamente a estrutura socioeconômica e política dos países africanos. Constitui, por conseguinte, um dos principais motivos do atraso econômico e conflitos internos e entre os Estados da região. Também a nova delimitação territorial do continente decidida pelos europeus na Conferência de Berlim, entre 1884 a 1885, teve como principal objetivo alcançar a maior eficiência na apropriação dos recursos naturais da África. Esta conferência foi o núcleo duro de alguns tratados efetuados pelos grandes colonizadores da África. Por exemplo, o tratado franco-português de 1886, o tratado germano-português de 1886 e o tratado anglo-português de 1891 reconheciam a influência portuguesa em Angola, bem como delimitavam a esfera de influencia britânica na África central. (UZOIGWE, 2010). Mas esta partilha não foi vista pelos africanos de forma pacífica, pois as guerras contra os colonizadores eram constantes. Portugal, por exemplo, só conseguiu dominar todo o território angolano no decorrer do século IX, com o aumento de seu poder militar e com a influência cada vez maior da Igreja Católica (através da Companhia de Jesus).

⁴ Trabalho forçado instituído pelo artigo 106 da então Constituição portuguesa.

Sabemos que os resultados destas revoltas é a ascensão da independência política e econômica, embora não se negue a existência do neocolonialismo. Das lutas de resistências contra a escravatura e colonialismo, da formação das resistências impostas pelos reinos de Angola – Kongo e N'dongo, principalmente – surgiram movimentos de Libertação Nacional: (MPLA, UNITA e FNLA)⁵, os exemplos contemporâneos.

Como um breve resumo do período colonial em Angola, Esteves (2002, p. 22), o define num intervalo entre 1575 e 1975, distinguindo-o em quatro momentos principais:

O primeiro período, com a chegada de Paulo Dias em 1575 até a conferência de Berlim 1884-1885. O segundo período, com a montagem do sistema colonial e de destruição das últimas resistências armadas africanas, que começou a partir de 1635 e prolongou-se até 1771, ou até mais tarde em algumas colônias. O terceiro período, do domínio colonial, em que na maioria dos casos se estendeu de 1900 até cerca de 1950. E o último período que surgiu sob a influência de uma nova e bem sucedida forma de resistência política africana contra o domínio estrangeiro, que ganhou força e começou a ser chamada de nacionalismo. Um nacionalismo orientado para a recuperação da independência africana dentro das fronteiras coloniais, aceito pelos africanos como sendo o ponto de partida para as novas nações independentes que queriam construir. Isso começou a se realizar a partir de 1950 [...].

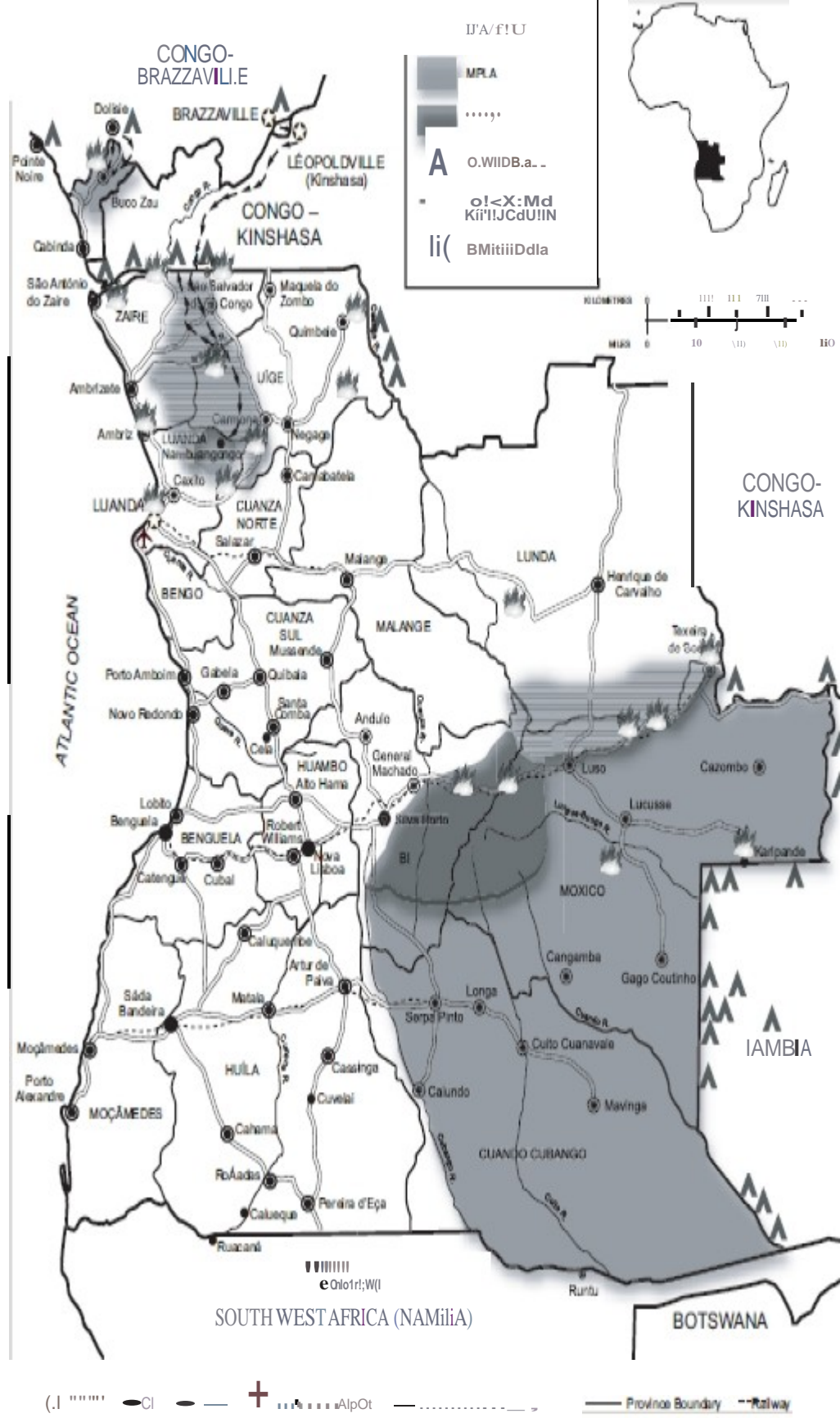
O ponto a seguir será breve digressão histórica sobre o período pós-independência de Angola, naturalmente contextualizando o período de formação dos principais movimentos de libertação, ou seja, o último período observado por Esteves em seu trabalho.

2.5 O período pós-independência

A República de Angola é um país que se situa na região sudoeste do continente africano. Possui 1.246.700 km² de superfície, ao qual corresponde uma costa marítima de 1.650 km de norte a sul, banhado pelo oceano Atlântico e, a 4.837 km de território fronteiriço, na sua plataforma continental. No Mapa 1 pode-se ver Angola, suas fronteiras e as regiões onde ocorreram as principais guerras para a Independência nacional entre 1961 e 1974.

⁵ Estes três partidos participaram dos acordos de Alvor/Portugal que levou à Independência de Angola. MPLA é o Movimento Popular de Libertação de Angola. A UNITA é a União Nacional para a Independência Total de Angola, que acabou fazendo a guerra armada contra o governo do MPLA até 2002. A FNLA é a Frente Nacional para a Libertação de Angola, que acabou abandonando a guerra um ano após a Proclamação da Independência de Angola em 11 de novembro de 1975, anunciada pelo MPLA

Mapa 1 – A evolução da guerra de libertação nacional em Angola, 1961-1974



Fome: George (2005).

Desde a invasão portuguesa na década de 1480, os reinos em Angola, começaram a efetuar uma nova organização militar com o objetivo de derrotar, principalmente, a escravatura que impuseram contra os povos nativos. Estas lutas permitiram que, na década de 1950 do século XX, pudessem ser formados vários movimentos de libertação que lutaram contra o colonialismo português (MPLA, UNITA e FNLA), o que permitiu a independência de Angola, em 1975.

A formação dos três movimentos de libertação nacional começa no final da década de 1940, com o MPLA a organizar-se nos muceques⁶ de Luanda. Em 1956, um grupo de jovens, principalmente de origem Kimbundo, reúne-se clandestinamente para formar o MPLA, sob a presidência de Viriato da Cruz. Por outro lado, outro grupo de jovens, na sua maioria Kikongo, forma em Kinshasa, no Zaíre (atual República Democrática do Congo), a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), que se transforma na FNLA em 1961, sob a presidência de Holden Roberto. Por último, ainda em 1961 forma-se a UNITA, de maioria Umbundu e liderada por Jonas Malheiro Savimbi.

São estes três movimentos que vão participar dos acordos que, posteriormente, levaram à independência de Angola. No entanto, apesar do objetivo inicial, ou seja, o da luta contra o colonialismo português, estes movimentos vão confrontar-se com ajuda de intervenções estrangeiras, nomeadamente, da URSS, China, Cuba, África do Sul e EUA, entre outras. Convém salientar, como argumenta Esteves (2002), que a formação dos três movimentos baseados em grupos étnicos, deveu-se, principalmente à facilidade de comunicarem-se e conspirarem contra o regime português sem serem entendidos e, conseqüentemente, não levantarem suspeitas. Enfatizando esta argumentação, o mesmo autor ressalta que a outra razão foi a de recrutar pessoas que se encontravam na mesma localidade, já que ninguém se locomovia de uma província para outra com facilidade a não ser para cumprir prisão ou trabalho forçado, pois qualquer sinal de rebeldia era considerado atividade subversiva com punições severas, tais como a deportação para campos de concentração em Cabo Verde, ou para prisões de São Tomé e Príncipe. Portanto, a visão tribal que muitos pesquisadores enfatizam está baseada no senso comum ou em uma falácia da história eurocentrista. Inclusive muitos líderes destes mesmos movimentos eram naturais de regiões cujos grupos étnicos eram totalmente diferentes da maioria grupal, como ocorre até hoje nos grupos que se transformaram em partidos políticos, tanto da base do governo do MPLA, quanto da oposição, liderada pela UNITA.

⁶ Muceques são os bairros periféricos da capital Luanda, onde, na época, residiam os negros assimilados e brancos de baixo escalão.

Durante aproximadamente três décadas, Angola lidou com um conflito armado, que teve seu início dias antes da proclamação da sua independência em 1975 anunciada ao mundo por um dos partidos (MPLA) de forma unilateral⁷. Diante da exclusão do processo político, os dois outros movimentos (FNLA e a UNITA), sobretudo a FNLA, ingressaram numa guerra contra o MPLA neste mesmo ano. Não podemos, no entanto, concluir que a tomada do poder pelo MPLA fosse a única intenção deste movimento de libertação. Argumentar que havia intenção única de tomada de poder pelo MPLA é desconhecer a história, as tensões existentes, principalmente fruto dos Acordos de Alvor⁸. Isto é, é desconhecer o jogo de interesses dos três movimentos com relação às três potências nucleares da época (China, EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), da África do Sul, de Cuba e da ex-República do Zaire (atual República Democrática do Congo). Ou seja, os acordos que levariam à proclamação pacífica da independência estavam, na prática, sendo violados pelos três movimentos de libertação. Por exemplo, no dia 22 de janeiro de 1975, o comité 40 da CIA⁹ se reuniu e aprovou uma pequena ajuda de 300.000 dólares para a FNLA, que também recebia ajuda da China e da Romênia – mas rejeitando a ajuda para a UNITA –. (GEORGE, 2005). Ainda para este autor, a ajuda fornecida à FNLA a transformou no movimento militar mais forte, porém, uma semana depois (30 de janeiro de 1975), o embaixador da União Soviética, no Congo-Brazaville, reuniu-se com José Eduardo dos Santos¹⁰ (representante do MPLA), prometendo-lhe ajuda militar ostensiva. Assim, no ponto seguinte, descreve-se, de forma resumida, o contexto militar e político para a proclamação da independência de Angola.

2.5.1 A batalha de Quifangondo

Quando se fala na independência de Angola, existe um núcleo duro que é o desejo da tomada do poder pelos três movimentos de libertação nacional. O ponto central deste núcleo duro é exatamente a batalha de Quifangondo, na qual vão enfrentar-se os militares das FAPLA¹¹ (MPLA) e do ELNA¹² (FNLA), definindo o futuro político e militar do país, incluindo o fortalecimento da UNITA, através do seu braço armado, as FALA¹³. Para Castro¹⁴

⁷ Unilateral, no caso da proclamação em Luanda (a Capital), pois os outros três movimentos o fazem em outras duas províncias. Veremos este desenrolar nos próximos pontos.

⁸ Acordos que definiam as questões legais para a independência de Angola, no dia 11 de novembro de 1975.

⁹ Agência Americana de Inteligência, focada nas ações externas.

¹⁰ José Eduardo dos Santos, atual Presidente da República de Angola, assumindo este cargo após a morte do primeiro Presidente de Angola, o Especialista em Medicina Tropical, António Agostinho Neto, que falecera em setembro de 1979.

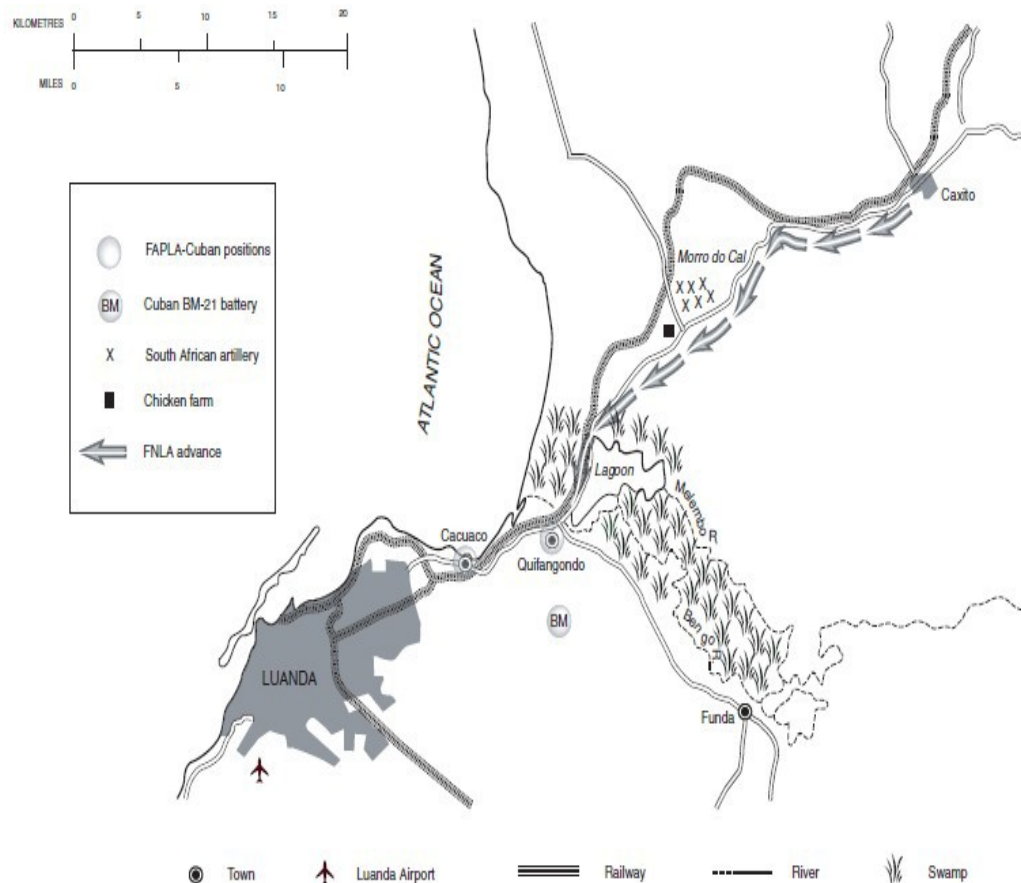
¹¹ FAPLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

¹² ELNA, Exército de Libertação Nacional de Angola.

¹³ FALA, Forças Armadas de Libertação de Angola.

(2011, p. 15), “[...] a batalha de Quifangondo enquadrava-se nos esforços empreendidos pela FNLA que, depois de expulsa da capital Luanda, decidiu organizar forças e marchar para a ela voltar antes do dia 11 de novembro, data marcada pelos acordos de Alvor para a proclamação da independência de Angola. Ainda para Castro (2011, p. 15), o que se pretendia com esta incursão era impedir a realização isolada do ato da independência pelo MPLA, “[...] além de intimidar a população de Luanda, e desencorajá-la a participar do evento, através de ações de flagelamento de artilharia pesada a partir do morro da Cal¹⁵, seguido de um assalto à capital com o apoio de mercenários e tropas zairenses, portuguesas e sul-africanas”. No Mapa 2 estão localizados as regiões desta Batalha.

Mapa 2 – Principais localidades da Batalha de Quifangondo.



Fonte: George (2005).

A batalha tinha como objetivo principal a tomada da capital pela FNLA até o dia 10 de novembro. Portanto, as movimentações para o Morro da Cal começaram no dia 9, com flagelamentos à capital e o consequente avanço para a vitória final. No entanto, o

¹⁴ Tonta Afonso de Castro, hoje General reformado das Forças Armadas Angolanas (FAA), era o Comandante das Forças do ELNA, na ocasião.

¹⁵ Morro da Cal situa-se a aproximadamente 20 km de Luanda. É um ponto mais alto que o planalto de Luanda.

entendimento das diferentes forças de que cada grupo deveria atuar de forma diferente, ou seja, sem um comando único, aliada à desorganização da incursão das tropas da ELNA e seus aliados, enfraqueceu a quantidade de homens e materiais, o que levou a ruína da própria FNLA. “A FNLA sofreu nesta batalha o pior revés de toda a sua existência e as perdas em vidas seriam ainda maiores se as FAPLA e os cubanos tivessem projetado e organizado uma perseguição depois da batalha [...]”. (CASTRO, 2011, p. 20).

Fatores preponderantes foram os acordos efetuados entre estes dois movimentos e seus aliados externos, sendo os cubanos a escolha mais acertada. Neste sentido, como enfatiza Castro (2011, p. 20): “[...] enquanto a FNLA saiu desta batalha debilitada, o MPLA demonstrou o seu poderio, a sua organização e o discernimento de escolha de um parceiro à altura, sendo o fim da FNLA, que militarmente nunca mais conseguiu recompor-se [...]” de forma a poder seguir num projeto de tomada de poder central. Ou seja, “[...] Quifangondo foi uma batalha desgastante que arruinou a FNLA e proporcionou o avanço das FAPLA e cubanos à fronteira com o então Zaíre, sem encontrar resistência”. (CASTRO, 2011, p. 20).

Cabe argumentar que após esta derrota Holden Roberto vai exilar-se, o que permitiu então a reorganização e o fortalecimento da UNITA como única força militar contrária ao governo pró-comunista que se instalara em Angola. A derrota da FNLA permitiria também que a maior ajuda técnico-financeira, outrora dada a ela pelos EUA e outros países ocidentais, fosse encaminhada para a UNITA, que já recebia apoio da China comunista, o que se traduz num *trade-off*, com a URSS que apoiava o MPLA pró-comunista.

No entanto, a batalha de Quifangondo, que surgira a partir do norte com apoio do Zaire, se desenrolava ao mesmo tempo com atividades militares ao sul de Angola, não só com ações da UNITA, mas também com incursões da África do Sul, como premissas da Operação *Savannah* mesmo que, como argumenta Lodge (1983), já tenha havido em 1963 uma aproximação entre a FNLA e os racistas da África do Sul, observando-se aqui outro *trade-off* entre as intenções do ELNA e a política de minoria branca do governo sul-africano.

2.5.2 A operação Savannah

A operação *Savannah* vai desenrolar-se num momento, em que se vivenciam os efeitos da crise econômica da década de 1970, onde as duas superpotências da época – EUA e URSS – aumentam os tentáculos da guerra fria para Angola, ainda que, por outro lado,

existisse a “*pax calidum*”¹⁶. Para Gleijeses (2003) e Sá (2011), o envolvimento dos EUA e da URSS no território angolano – entre 1974 e 1976 – foi em certa medida surpreendente, devido ao fato de se viver na época um ambiente internacional dominado pela chamada *détente* bipolar, período em que, as duas superpotências acordaram em reduzir, a tensão na balança de poder entre o Leste e o Oeste, como resultado dos atritos da fase anterior. (BELL, 1977). Vivencia-se ainda a expansão da liberdade de muitos países da África Subsaariana, isto é, a saída da submissão colonial, o que vai impactar a política externa da República da África do Sul, ou seja, a política do regime do apartheid. Segundo argumentos de (Gleijeses, 2003¹⁷ *apud* Sá, 2011, p. 61):

O início da descolonização de Angola coincidiu com um momento em que a *détente* estava já em crise, quer devido às controvérsias em torno da política soviética nos Estados Unidos, quer pela adoção de uma estratégia externa ofensiva por parte do Kremlin. Também o contexto interno norte-americano não deixava antever uma intervenção maciça de Washington em Angola, uma vez que esta estava absorvida por uma sucessão de crises que iam desde o trauma do Vietname, ao escândalo do «caso Watergate», passando pelos inquéritos aos serviços secretos, até às «guerras» no interior da administração Ford e entre esta e o Congresso.

No entanto, observando uma possível expansão de um regime pró-socialista na sua fronteira namibiana¹⁸, ou seja, com o apoio da ex-URSS, é criada pela África do Sul uma estratégia de guerra, com apoio dos EUA, cujo codinome era *Savannah*.

A operação *Savannah* foi a argumentação para uma invasão da República “racista” da África do Sul, pois estaria em jogo o impedimento da expansão comunista na África Austral. Porém, a permanência de um governo socialista em Angola evidentemente poderia ameaçar a existência do sistema racista do *apartheid*, com um possível apoio ao *ANC*¹⁹ e a *SWAPO*²⁰, o que em anos posteriores vai ser constatado, ao resultar na independência da Namíbia e na libertação de Nelson Mandela.

A permanência do MPLA no poder equivaleria a de um inimigo perpétuo ao seu regime e não seria de bom grado a existência, em sua fronteira namibiana, de um regime que, *a priori* se tornaria hostil à sua política externa, com possível apoio de forças nacionalistas

¹⁶ *Pax calidum*, ou seja, paz quente refere-se aqui a uma paz em função da *détente* bipolar, na qual a política armamentista e de expansão do poder das duas superpotências se fazia com base na defesa da política externa. É uma paz inerente à própria Guerra Fria que inclui as tensões de guerra.

¹⁷ GLEIJESES, Piero. *Conflicting Missions*, Havana, Washington, Pretoria. Galago, 2003.

¹⁸ Nesta época a República da Namíbia, que faz fronteira com o sul do território angolano, era território de dominação sul-africana. A Namíbia vai tornar-se independente apenas em 1990, com ajuda de Angola.

¹⁹ Congresso Nacional Africano (ANC ou CNA), principal partido armado sul-africano que lutou contra o Apartheid, cujo líder mais influente foi Nelson Mandela.

²⁰ Organização do Povo do Sudoeste Africano, braço armado que lutava pela independência da Namíbia e que vai ser o primeiro partido a Governar a Namíbia independente.

que combatiam dentro dos territórios por si ocupados. Portanto, para a África do Sul racista, a intervenção militar era uma questão *sine qua non* para a continuação de sua política externa e a segurança de suas intenções de dominação da região Austral potencialmente rica em petróleo, ferro, diamante, dentre outros recursos. Ademais, somando-se a sua localização estratégica militar com o possível controle, tanto do Índico, quanto do Atlântico, em toda a costa austral africana.

Importa salientar que a ajuda zairese objetivava impedir o apoio de Angola, aos rebeldes *catangueses*²¹ que faziam frente ao regime do ditador Mobutu, o que ajudaria também na criação de um possível governo da FNLA comandado por seu cunhado Holden Roberto ou mesmo da UNITA comandado por Jonas Savimbi.

A decisão de invadir Angola pela sua fronteira sul vai ser sustentada também depois da derrubada do governo português dirigido pelo ditador Salazar. Com o golpe de Estado militar que ocorreu na madrugada de 24 a 25 de abril de 1974, em Portugal, a África do Sul vê-se numa condição quase isolada, uma vez que seu parceiro europeu na região teria que preocupar-se com as suas questões internas na Europa. Por este fato, segundo argumentações de Sá (2011, p. 62):

Os sul-africanos se envolveram no país por motivos próprios e tiveram sempre a sua própria estratégia, o que é fácil de perceber, uma vez que eles eram de todos os atores externos, os que mais perderiam com o resultado da descolonização angolana, estando inclusive em causa a sua sobrevivência (i.e., a sobrevivência do regime de minoria branca), pois não só estavam na iminência de perder um aliado indispensável para os equilíbrios de poder na África Austral – Portugal – como havia o risco sério da ascensão ao poder em Luanda de um governo hostil que apoiasse a atividade da guerrilha namibiana (a SWAPO) na fronteira com a Namíbia.

Para muitas lideranças, inclusive africanas, os Estados Unidos da América (EUA) deveriam intervir com ímpeto na questão angolana. É o que enfatiza Sá (2011, p.71):

Todavia, a administração Ford só começou a interessar-se por Angola em Abril de 1975, na sequência de uma visita do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, aos EUA e dos alertas deste para o facto de a União Soviética estar a intervir em Angola com conselheiros militares e armamento, pondo em risco os aliados norte-americanos na região, uma versão credibilizada pelos serviços secretos que por essa altura começaram a produzir relatórios alertando para a existência de uma «ponte aérea» soviética de transporte de armas para Brazzaville, de onde eram transferidas para Angola.

Isto quer dizer que, para os americanos, Angola, ainda não fazia parte de sua preocupação central na África, mesmo com a existência de inúmeras empresas ocidentais, principalmente petrolíferas. Entretanto, no dia 18 de julho de 1975 é aprovado pelo governo

²¹ Forças compostas por militares e policiais da região da Catanga, que se exilavam em Angola, e que se opunham ao regime do Mobuto.

americano um programa secreto para a questão angolana, ou seja, a “Operação *Lafeature*”, que sustentava o apoio de 32 milhões de dólares à UNITA e à FNLA, para treinamento, equipamento e transporte de tropas e 16 milhões para fornecimento militar via Zaíre e para recrutamento de conselheiros militares. Esta era uma ótima oportunidade para a invasão sul-africana, pois as tropas das FAPLA, apesar de mais organizadas em relação às FALA e o ELNA, respectivamente, eram menos numerosas.

A Operação *Lafeature* coincidiu no tempo com o início da intervenção militar da África do Sul em Angola, acabando por se constituir em um elemento crucial da estratégia do governo dos Estados Unidos para o caso angolano. (SÁ, 2011). Assim, em agosto de 1975 entraram no território angolano as primeiras tropas sul-africanas, o que segundo Sá (2011), legitimou uma nova ofensiva soviética, traduzida na escalada do fornecimento de armas ao MPLA e no transporte de tropas cubanas para Angola, o que virou a balança da competição bipolar a favor de Moscou e remeteu Washington para a contraofensiva. Portanto, a Guerra Fria estava enraizada no contexto angolano, com os interesses estratégicos das duas superpotências, ou seja, os pressupostos de uma guerra armada generalizada, com nuances de conflito mundial – China, EUA, URSS, Zaíre, África do Sul e outros aliados pró-ocidente e pró-socialista – estavam criados.

No entanto, mesmo com o avanço das tropas da África do Sul dentro do território angolano, em 19 de dezembro de 1975 houve a interrupção da Operação *Lafeature*, devido a tensões internas entre a Casa Branca e o Congresso americano.

A situação de Angola era complicada e preocupante, tanto para os chineses, quanto para os americanos, que estavam preocupados com a presença da URSS e sua expansão na África. É o que demonstra a conversa de extrema importância sobre o contexto angolano, mantida por Gerald Ford e Henry Kissinger com Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping, em Pequim, no dia 2 de Dezembro de 1975:

[...] Mao: - Sou a favor de expulsar a União Soviética de lá. Ford: - Se ambos fizermos um esforço, vamos consegui-lo. Mao: - Através do Congo-Kinshasa, Zaire. Deng Xiaoping: - O que complica este caso é a África do Sul, o envolvimento da África do Sul. Isso ofendeu toda a África negra. E complicou toda a questão. Mao: - A África do Sul não tem uma reputação muito boa. Ford: - Mas eles estão a combater para impedir o expansionismo soviético e nós pensamos que isso merece admiração. (...) Deng Xiaoping: - Quer dizer que admira a África do Sul? [...]. (KISSINGER, 1976, p. 6).

Mesmo com esta preocupação, em julho de 1976, a Emenda Clark torna definitivo o fim da Operação *Lafeature*. Com base na decisão dos americanos, a URSS não poupou

esforços para vencer a guerra fria na região austral, ao intensificar a ajuda militar com armas soviéticas e, segundo USA²² (1976), o envio de 30 mil combatentes cubanos até o mês de março de 1976. Como consequência, a África do Sul viu-se isolada na região, retirando-se do território angolano ainda em janeiro do ano de 1976, dando bases ao reconhecimento legítimo do governo de Angola pela maioria dos países africanos.

Apesar desta retirada inicial do território angolano, os sul-africanos racistas, no entanto, realizaram incursões esporádicas, principalmente com argumentações da sua segurança nacional, isto é, ao atacar locais onde acreditavam existirem guerrilheiros da *SWAPO* e do *ANC* em Angola. Ou através da ajuda militar à *UNITA*, que, nesta época, estava mais fortalecida, ao aproveitar-se da lacuna deixada pela *FNLA* na guerra contra o *MPLA*, com ações de guerrilha em todo o território nacional e, com o apoio da China e dos EUA. Neste sentido, Davies (2007), argumenta que o número de militares da racista África do Sul, na fronteira namibiana com Angola, em dois anos, (de 1974 a 1976) triplicou de 15 mil para 45 mil homens. É plausível argumentar, portanto, que a África do Sul estaria preparando uma nova incursão armada, o que vai acontecer com a Batalha do Cuito Cuanavale, entre 1987 e 1988.

2.5.3 A Batalha do Cuito Cuanavale

Não se pode ignorar que a Batalha do Cuito Cuanavale, seja o ponto de tensão militar mais importante na história contemporânea da África Austral. Porém, afirmar que é o núcleo duro da historiografia militar de todo o continente africano não é uma falácia, uma vez que o fechamento deste conflito ditou não só o futuro regional, mas também o futuro de todo o continente, pois ali começava o fim de um sistema político e de distribuição econômica obsoleto, isto é, o sistema do *apartheid* assentado na dominação de uma minoria branca num país multirracial de maioria negra. No contexto interno angolano, o fim da batalha vai significar o início de uma série de negociações para um possível acordo de paz, no qual a *UNITA* e o *MPLA* vão mostrar seu peso na guerra interna, com vantagens nas negociações para um regime multipartidário. Os preliminares da batalha ocorreram, no entanto, com os combates em Mavinga, uma região situada a sul do Cuito Cuanavale e que era o território avançado que guarnecia o Quartel General da *UNITA*, a Jamba²³. No Mapa 3, pode-se observar as principais incursões militares entre 1976 até 2002.

²² USA é o mesmo que EUA.

²³ Jamba fica ao sul de Mavinga, que se situa ao sul do Cuito Cuanavale. Ficava próxima da fronteira da Namíbia, na época ocupada pela África do Sul.

A sangrenta batalha do Cuito Cuanavale começou em novembro de 1987, e terminou em março de 1988, transformando-se no conflito regional mais longo e ininterrupto de dimensões mundiais, pois envolveu, tanto direta, quanto indiretamente, as maiores potências ocidentais e socialistas do mundo, incluindo o *trade-off* China/URSS, num contexto de guerra fria. Segundo George (2005, p. 192), “[...] a incursão sobre Mavinga iniciou a fase mais violenta do conflito armado angolano, na qual só a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas investiu mais de 4 (quatro) bilhões de dólares em equipamento militar”.

Com o avanço das tropas das FAPLA em Mavinga, a República “racista” da África do Sul vê-se ameaçada, uma vez que uma vitória militar do MPLA poderia fortalecer as ações, tanto da SWAPO, quanto do ANC. Portanto, uma incursão armada convencional generalizada em Angola seria necessária. Assim, em setembro, a África do Sul faz a sua incursão oficial na nova guerra de Angola, mesmo que, segundo Evans (1984), já houvesse intenção, *a priori* – na política externa da potência regional – com a expansão de sua autoridade através de sabotagens, incentivos a dissidências de altos funcionários e militares dos Estados beligerantes. No centro destas ações, portanto, estaria como objetivo principal a desestabilização econômica dos Estados de orientação socialista o que, em caso de derrota, forçá-los-ia a submeterem-se ao regime do *apartheid*, obtendo como lucro a derrota dos inimigos internos principais: ANC e SWAPO. Para Döpcke (1998, p. 141):

[...] Os objetivos principais da política sul-africana de desestabilização eram a “neutralização” dos Estados da Linha de Frente²⁴ (com respeito à política e postura anti-apartheid) e a eliminação da ameaça à dominação branca, representada pelas atividades do CNA, da SWAPO e, em menor grau, do CPA (Congresso Pan-Africano) [...].

Esta política sul-africana vai ser incentivada com a vitória nas eleições americanas, em 1980, do republicano Ronald Reagan, transformando-se no maior apoiador da história da UNITA e do projeto *apartheid*. Reagan, durante a sua presidência (até 1989), vai influenciar todo o conflito armado angolano, atuando diretamente no processo de *linkage* implementado em 1982, ou seja, que condicionava a saída das tropas sul-africanas do território da Namíbia à saída das tropas cubanas de Angola. O *linkage* estaria, portanto, numa estratégia que

²⁴ Estados ou países da Linha de Frente (Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia, Zâmbia), criado em abril de 1977, é um grupo de coordenação e integração regional da África Austral que visa (visava) a mobilização e cooperação de esforços dos movimentos de libertação contra a opressão colonial, ou seja, tinha como objetivo a libertação total dos povos e territórios oprimidos da África Austral, que estavam sob dominação política, social e econômica.

enfraqueceria a base da Resolução 435/78, do Conselho de Segurança das Nações Unidas²⁵, o que poderia causar tensão interna e dismantelar o regime do *apartheid*. Ou seja, a saída de Cuba da jogada militar direta de Angola, poderia fortalecer a UNITA, principalmente sob o ponto de vista político, já que uma das suas argumentações era a luta contra a “opressão” cubana em Angola. A saída cubana ainda favoreceria a África do Sul, devido a sua proximidade com Angola, numa possível incursão armada de grande envergadura. Ou seja, o *linkage* seria uma manobra americana para desestabilizar as negociações sobre a retirada sul-africana da Namíbia e favorecer o fortalecimento da UNITA, através do seu braço armado. (DÖPCKE, 1998).

Neste contexto, quando as tropas sul-africanas da SADF²⁶ entram no conflito da Mavinga forçam o recuo das FAPLA e das FAR²⁷ para a região do Cuito Cuanavale, o que vai motivar o avanço dos militares sul-africanos para esta região estratégica. Ou seja, (Döpcke, 1998, p. 141), era colocado, na prática, o “*total strategy*” da política sul-africana:

- a) Desestabilização militar direta, através de intervenção em larga escala, combate às tropas regulares e ocupação de território sem formal declaração de guerra, como no caso do sul de Angola;
- b) Assistência aberta de combate a grupos antigovernamentais, como no caso da FNLA (antes de 1975) e da UNITA (a partir 1975), em Angola;
- c) Assistência financeira e logística, no armamento e no treinamento, bem como a oferta do seu território nacional como área segura de retirada a guerrilheiros e terroristas que lutavam contra os governos dos Estados da Linha de Frente: UNITA em Angola, por exemplo;
- d) Sabotagem a alvos econômicos e militares nos Estados da Linha de Frente, realizada por comandos sul-africanos, como os diversos ataques espetaculares às instalações petrolíferas de empresas norte-americanas em Cabinda;
- e) Coerção econômica contra aqueles Estados da Linha de Frente que eram dependentes da África do Sul e da sua rede de transporte, especialmente Zimbábue, Moçambique e Lesoto;
- f) Envolvimento em golpes militares e tentativas de golpe, como no caso de Lesoto e das Seychelles e;
- g) A chamada “forward defense”, ou seja, ataques militares, assassinatos e atentados contra o CNA e a SWAPO, suas bases, escritórios, representantes e militantes comuns, e, também, contra campos de refugiados e membros da polícia e militar local, simpáticos aos dois movimentos, em quase todos os Estados da Linha de Frente, como ocorreu em Angola.

²⁵ Resolução que ditava os acordos para a independência da Namíbia.

²⁶ South African Defence Force (Forças Armadas da África do Sul de 1957 até 1994, substituída pela Força Nacional de Defesa da África do Sul).

²⁷ Fuerzas Armadas Revolucionarias de Cuba (Forças Armadas Revolucionárias de Cuba)

Com base no conhecimento desta política da África do Sul, FAPLA e FAR vão reforçar sua estratégia defensiva para um futuro ataque, num conflito que, segundo Döpcke (1998), teve perdas materiais – incluindo 1,5 milhão de vidas perdidas – estimadas em 60 bilhões de dólares dos EUA, desde 1975.

A vantagem sul-africana que estava na sua força aérea vai ter um forte contraponto quando pilotos das FAPLA e das FAR vão engajar-se nas manobras aéreas com caças Mig23 oriundas da URSS. Assim, também as tropas cubanas foram aumentadas depois da vitória contra as SADF no controle da barragem de Calueque²⁸, para 50.000 homens, sendo que 40.000 destacados na região sul. Como argumenta Döpcke (1988), com a vitória das tropas angolanas e cubanas em Calueque, Cuito Cuanavale vai ser o “Stalingrado da África do Sul²⁹”, com a perda de superioridade aérea no sul de Angola, e o avanço de tropas angolanas e cubanas até curta distância da fronteira entre Angola e Namíbia. Desta forma, em julho do ano de 1988, os sul-africanos começam a fazer o recuo de suas tropas, transformando-se assim de ofensiva para uma ação defensiva, com possível incursão dentro das fronteiras por si controladas.

O recuo na Batalha do Cuito Cuanavale vai forçar um acordo de paz entre Angola e a África do Sul. No entanto, este acordo não impediria a continuação do apoio por parte dos sul-africanos à UNITA, o que força Döpcke (1998, p. 146), a interrogar-se “se o Estado sul-africano não tinha uma dupla agenda na política regional ou se os militares conseguiram agir e realizar os seus próprios objetivos, sem o controle do Estado”. Para este autor, esta interrogação é plausível, pois era o que ocorria na política interna do país.

Mas o que levou os sul-africanos a proporem negociações para o fim das hostilidades? A Batalha do Cuito Cuanavale seria o núcleo duro de uma possível vitória da África do Sul e seu governo baseada num modelo de dominação da minoria branca. Com a intensidade dos ataques das FAPLA/FAR e com uma possível entrada do conflito dentro do território namibiano – cujas baixas de seus jovens soldados aumentavam – a África do Sul vê-se obrigada a acatar os Acordos de Nova York, que são a base da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU. Desta forma, George (2005, p. 246-247) sustenta que “[...] após o término de fato das hostilidades no dia 27 de junho de 1988 as negociações de paz entre as

²⁸ Calueque fica na Província do Cunene e era uma importante fonte de distribuição de energia à Namíbia. Sua construção iniciou em 1972, tendo sofrido o primeiro ataque em 1975, fruto da guerra contra o colonialismo português. Foi com base no pretexto da salvaguarda de vidas e do interesse econômico sul-africano, que aí se encontrou o primeiro ponto da invasão armada pelas SADF, em 1975.

²⁹ Referindo-se, evidentemente, à derrota da Alemanha, na URSS, na Segunda Guerra.

três partes – FAPLA, FAR, SADF – entraram na sua fase final [...]”, ocorrendo em quatro períodos, como descritos a seguir:

- a) Maio-julho de 1988: define-se o quadro de liquidação e obtenção de acordos recíprocos com a assinatura, em 13 de julho, dos princípios dos Acordos de Nova York;
- b) Julho-agosto de 1988: término da guerra transfronteiriça e cessação das hostilidades entre a SADF, SWAPO, FAPLA e FAR, com assinatura no dia 5 de agosto do protocolo de Genebra;
- c) Agosto-novembro de 1988: cronograma de retirada e associação trilateral do acordo negociado, com o cronograma sobre a retirada cubana, assinado em 15 de novembro, e;
- d) Novembro-dezembro de 1988: verificação dos protocolos, fiscalização da comissão conjunta, que definira as datas da assinatura e implementação dos acordos. Portanto, no dia 22 de dezembro foram então assinados os Acordos de Paz de Nova York.

Com base nestes acordos, a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas pode ser implementada, tendo como cerne a independência da Namíbia e consequentemente o desmantelamento do regime de segregação racial que vigorava na África do Sul, dando lugar a uma vivência pluripartidária e democrática entre os sul-africanos³⁰.

Mas quem foi, afinal, o real vencedor com o fim das hostilidades entre Angola e a África do Sul? Para Cation (2008, p. 2), “não houve vencedores claros ou perdedores na guerra angolana: ambos os lados reivindicaram a vitória”. Os vencedores de um conflito são os que têm mais poder, e onde o poder é amplamente estendido em linhas militares³¹, ou seja, a partir dessa visão de mundo, um Estado prevê a sua segurança através de armamentos, cujo objetivo final é manter um equilíbrio global de poder³². (CATION, 2008). E esta não é só uma questão de poder entre Estados beligerantes, mas também entre grupos rivais que se confrontam militarmente dentro de seu próprio território, como é o caso da guerra interna entre a UNITA e o MPLA, no período de 1975 até 2002. As vitórias têm a ver com o poder de barganha que cada um possui durante, por exemplo, as negociações de paz³³. Neste sentido, uma importante questão se levanta com o final da batalha do Cuito Cuanavale: afinal, as FALA (da UNITA) não teriam alcançado os seus objetivos na guerra interna contra o governo

³⁰ Veja ANEXO A, Cronograma dos principais eventos da guerra de Angola no período de 1956 até 1991 (Vide George, 2005, para mais detalhes).

³¹ Teoria do “realismo” ou teoria do líder realista, nas relações internacionais (CATION, 2008).

³² Teoria de equilíbrio de poder, a teoria do líder realista, é apropriadamente aplicada na guerra Sul-Africano-cubano, em Angola, por causa das alianças soviéticas–cubana/americano–sul-africanas (CATION, 2008).

³³ Para mais detalhes sobre as nuances dos acordos advindos de uma guerra veja: Keynes, J. M. As Consequências Econômicas da Paz; IPRI, São Paulo, 2002.

do MPLA – ou seja, ganhado terreno – enquanto as FAPLA defendiam o território angolano de uma invasão externa?

Apesar do fim da batalha do Cuito Cuanavale, a guerra armada interna em Angola prosseguia, pois a UNITA se fortificara durante o período de 1987 até 1988, ocupando espaços importantes do território angolano, enquanto as FAPLA centravam as suas forças no combate contra o hegemônico regional. Portanto, a UNITA estava em posição de melhor barganha nas negociações de paz com o MPLA. Neste sentido, o principal ponto de inflexão político, após a batalha do Cuito Cuanavale, foi marcado em 1991, pelos acordos de paz que levaram Angola à realização das primeiras eleições livres e democráticas. O país passou então de uma economia centralizada para uma economia de mercado. O MPLA, até então, único detentor do poder em Angola, opta pela abertura da sociedade a um sistema de democracia pluripartidária. Na visão do governo, os recursos que eram atraídos para as despesas da guerra seriam investidos na reconstrução do país, na desmobilização dos ex-combatentes e principalmente em projetos sociais, cujo objetivo seria o crescimento econômico do país.

2.5.4 O período após Cuito Cuanavale

Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1990, e da guerra com a África do Sul em 1988, deu-se no país a continuidade da abertura da economia de mercado e do multipartidarismo, cujas primeiras eleições aconteceram em 1992. No entanto, com a vitória do MPLA, o maior partido de oposição – a UNITA – rejeita os resultados da eleição e após tensas negociações forma-se em 1994 um governo de Unidade e Reconciliação Nacional, integrado pelos partidos com assento no Parlamento advindo das eleições de 1992. Este acordo, no entanto, não vingou, com a retomada ainda em setembro 1992 da guerra pela UNITA, apesar de muitos de seus deputados e militares continuarem na Assembleia e Exército nacional, respectivamente. Em aproximadamente dois anos, a UNITA passou a controlar pelo menos 60% do território do país, usando fortemente as divisas advindas da venda ilegal de diamantes³⁴, pois o governo do MPLA não estaria pronto para a retomada da guerra. É o que enfatiza George (2008, p. 280):

Com os acordos de Nova York pretendeu-se criar um contexto mais amplo para a paz em todo o território ao sul da África, e nos meses seguintes parecia ter-se cumprido com esse objetivo, pois houve um acordo de paz entre o MPLA e a UNITA – os acordos de paz de Bicesse (Maio de 1991) – culminando com as primeiras eleições livres, em Angola (setembro de 1992). O que ninguém antecipara – muito menos Washington que apoiou a UNITA até o dia das eleições – é que

³⁴ Na época, havia sanções sobre o comércio de diamantes de Angola, justamente para evitar-se que eles fossem usados para financiamento em um eventual conflito armado.

Jonas Savimbi estava usando a calma na luta para reconstruir as suas forças, e relançar as hostilidades, apenas algumas semanas após a derrota da UNITA nas eleições. Ao longo dos dois anos seguintes, Savimbi desencadeou uma catástrofe nunca feita pelo homem sobre a população angolana – após o regime colonial – matando centenas de milhares de civis e reduzindo a escombros o pouco que se manteve de infraestruturas em Angola, de 1961 até 1990.

Com a possível vitória dos rebeldes da UNITA, o governo angolano recorreu ao apoio internacional. Com o desmembramento do seu aliado tradicional, a União Soviética, o governo angolano volta-se então para a França de François Mitterrand. Neste contexto, houve um crescimento na importância do petróleo e dos diamantes, que veio a reforçar-se pesadamente na política externa de Angola. Esse novo contexto seria, então, uma nova ruptura da visão política, sendo um bom argumento de como o governo de Angola, passou a utilizar pró-ativamente as suas reservas, não só de petróleo e diamante, mas de outros recursos naturais, como poder e afirmação nas suas relações internacionais e regionais. (FERREIRA, 2005).

A comercialização das armas necessárias para enfrentar inicialmente a UNITA tinha um custo de, pelo menos, 630 milhões de dólares americanos. Sem dinheiro para pagar diretamente esta quantia, o governo angolano delineou um sistema de empréstimos com juros altos, garantidos pela futura produção petrolífera. Os que organizavam o fornecimento de equipamento militar recebiam um valor inicial, à cabeça; depositavam este dinheiro e encomendavam as armas. Um empréstimo garantido por petróleo era, então obtido dos bancos franceses e desembolsado à partir de Paris, para cobrir os restantes custos e honorários³⁵. (WATTS, 2011).

A disputa sobre o controle dos campos de petróleo e diamantes tornou difícil o acordo de paz de 1991 entre o governo de Angola e a UNITA. Antes da independência de Angola – 1975 – o país era o quarto maior produtor de Diamantes do planeta. O Banco Mundial calculou exportações no ano de 1993 próximas dos 295.000 quilates e 517.000 em 1994, cujas reservas em kimberlitos rondavam os 200 bilhões de quilates.

Com o reinício da guerra, os investimentos em petróleo começaram a ser cada vez maiores. A situação da guerra se inverteu, pois o governo de Angola mudou a sua estratégia

³⁵ Este procedimento – que se denominou por *Angolagate* – foi interpretado, *a priori*, como ilegal pela justiça francesa, o que levou a um processo judicial, na França, envolvendo, inclusive o Ministro do Interior francês, juntamente com um dos filhos do ex-presidente Mitterrand e outros políticos e empresários da França. No entanto, ao longo do processo foi considerado como legítimo, tratando-se da defesa de um Estado por um Governo legítimo, neste caso, o de Angola.

militar ao usar fortemente seu poder petrolífero, na compra de armas mais sofisticadas. Considerando-se 14,4% das despesas orçamentais com a guerra e segurança e somando-se só entre 1997 e 2000 – as despesas não classificadas – é possível, então afirmar que Angola tenha gasto mais de 20% das suas receitas no esforço da guerra. (ALVES, 2007). Esta guerra durou até 2002, culminando com a morte, em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Como consequência da guerra, a maior parte das infraestruturas ficou destruída ou estagnada, quais sejam: estradas, pontes, ferrovias, escolas, fábricas, incluindo as relacionadas à produção agrícola, que, no ano de 1973, tornaram Angola o segundo maior produtor de frango do mundo e o terceiro produtor mundial de café.

Esta guerra causou milhares de mortos e feridos e, a emigração de muitos quadros nacionais. A juventude do país, principal força motora para o arranque do crescimento econômico era, na sua maioria, absorvida para as atividades de caráter militar, e enormes gastos financeiros se direcionaram para a guerra, em detrimento das políticas públicas de caráter social.

O investimento que o governo fizera para enfrentar a África do Sul foi imenso. Só em danos materiais a invasão sul-africana – na Batalha do Cuito Cuanavale – custou, pelo menos, 6,7 bilhões de dólares dos Estados Unidos da América aos cofres do Estado angolano. (GEORGE, 2008).

Em 2002, a estratégia em segurança militar da década de 1990 do governo do MPLA foi incrementada e ampliada, de tal maneira que influenciou militar e politicamente toda a região. O petróleo angolano permitiu – entre outros fatores – a consolidação de uma posição importante como potência regional, como foi a intervenção no Congo, lançando as bases para uma expansão consolidada de determinados interesses geoestratégicos na região, mesmo com alguma pressão de países francófonos (ao norte) e anglófonos (ao sul). (ALVES, 2007).

Apesar da guerra interna e externa que o governo do MPLA enfrentava, o país tinha que seguir com sua política social e econômica. Portanto, saber o desenrolar principalmente da política econômica, para podermos compreender melhor o país no período em estudo, é primordial.

2.6 Considerações Finais

Conhecer o contexto histórico de Angola é de extrema importância, principalmente porque se sabe que, a guerra vivenciada até início de 2002 foi consequência dos arranjos e rearranjos efetuados no passado, a partir da invasão europeia na década de 1480. A discussão sobre os conflitos armados entre angolanos e contra invasores externos permitiu-nos contextualizar a geopolítica do governo de Angola, principalmente, quando se observa o uso do petróleo como instrumento de negociação na compra de melhores armamentos bélicos. A dicotomia China/EUA, as relações entre Cuba/URSS e a relação Zaire/África do Sul “racista” demonstram bem, os interesses destes países nos conflitos angolanos e, salientam que o governo de Angola deve entender que são os interesses nacionais que delineiam (devem delinear) a política externa dos Estados. Quifangondo, Savannah, Cuito Cuanavale só foram possíveis devido aos interesses externos das duas superpotências da época, da China e dos seus aliados, sendo Angola a grande prenda, a noiva cobiçada e que se reveste de muito petróleo, diamante, ferro, urânio, dentre outros recursos minerais, num contexto da África Subsaariana. Assim, foi importante discutir sobre a relação entre MPLA, FNLA e UNITA no contexto angolano contemporâneo, principalmente o contexto da guerra armada, pois são estes que determinam o atual contexto político/econômico do país, governado pelo MPLA.

3 SISTEMA ECONÔMICO DE ANGOLA

As revoltas contra o colonialismo português, segundo a historiografia contemporânea, começaram desde o início da década de 1940 e vão definir o futuro político, social e econômico de Angola. A partir de 11 de Novembro de 1975, um dos três movimentos – MPLA – toma o poder unilateral em Angola e os outros dois – FNLA, UNITA – vão tentar tomá-lo pela via da luta armada. Esta tomada de poder também vai definir qual via – se socialista ou capitalista – o país vai seguir. Efetivamente, esta escolha influenciaria em muito o apoio externo que o governo instaurado teria, ou seja, qual a superpotência nuclear da época – União Soviética ou Estados Unidos da América – e seus aliados o iria apoiar. Com base neste apoio externo, definiu-se, o modelo econômico do país que, no caso de Angola, seria o de planeamento focado no poder do governo central, mesmo que este esteja mais próximo de um modelo sociocapitalista, isto é, com o convívio simultâneo entre a economia capitalista e socialista. Para Esteves (2002, p. 67):

A persistência de "setores não-socialistas" na economia exigia um controle restrito do Estado e esse controle deveria decorrer da existência de um segmento já "socializado" na economia, ou seja, um segmento originado da nacionalização do património das empresas. A partir deste segmento seria estabelecido o controle dos principais setores da economia. Mas, como isso não foi possível, esse segmento exercia uma influência deletéria sobre o sistema económico sucessor. E o resultado foi inverso: o "segmento socialista" da economia angolana acabou se tornando "dependente" do "segmento capitalista".

É evidente que este modelo sociocapitalista era adequado. Por quê? A crescente presença de cidadãos e empresas do ocidente na atividade econômica pesava para a sustentação do projeto guerra que se fez sentir desde 1975 até 2002. Ou seja, enquanto por um lado – na propaganda política – combatia-se a ameaça capitalista em Angola, por outro lado, na produção industrial, principalmente petrolífera, eram as empresas ocidentais que, na sua maioria, mantinham tanto o consumo quanto a produção econômica do governo. Este comportamento fez com que a elite angolana e, conseqüentemente, os *policy makers*, criassem uma estrutura econômica com interesses particulares com conseqüências destrutivas ao setor industrial, que não havia sido prejudicado com a guerra. Segundo Esteves (2002), este processo bloqueou o Estado angolano, uma vez que o colocou numa dependência que se consolidou de maneira que o resto dos setores da economia se acomodava nos benefícios gerados pelas receitas crescentes do petróleo e tornavam-se cada vez mais inoperantes, num grande processo de sucateamento do parque produtivo do país. Este autor é ainda mais

enfático ao argumentar que, além disso, os métodos de planejamento foram considerados excessivamente centralizadores, provocando perdas econômicas que agravavam as já existentes, geradas por administrações incompetentes.

Para Menezes (2000), a curiosa convivência de dois modelos antagônicos entre si: o socialismo em destruição e a economia de mercado só foi possível devido a lenta transformação por que passou a economia angolana. Segundo Menezes (2000, p. 38):

[...] É esta demora que favoreceu a formação das elites econômicas locais (nascida entre os exploradores do mercado paralelo, da burocracia estatal e dos chamados empresários nacionais, ou seja, os intermediários das compras do governo ou os novos empresários nascidos com a abertura do mercado econômico), que junto aos capitalistas estrangeiros passaram a se apropriar com relativa facilidade dos bens públicos privatizados, auferindo vultosos lucros com as oportunidades criadas.

Neste contexto, para melhor compreensão da estrutura econômica de Angola, antes das primeiras eleições livres, é de extrema importância separá-la – seguindo argumentações de Rodrigues (1997) – em dois períodos distintos: um primeiro período de 1975 até 1987 e um segundo que vai desde 1987 até 1992.

O primeiro período foi caracterizado por um planejamento econômico a montante, isto é, vindo do governo central, com ideologia socialista, baseado na ausência de uma economia de mercado, e cujo foco central era o surgimento de um empresariado nacional, contrário a acordos com instituições internacionais, principalmente o FMI. Neste período, no entanto, observou-se um bloqueio no crescimento econômico de Angola, uma vez que, segundo Esteves (2002, p. 57):

Logo após a independência, deu-se a fuga desordenada dos quadros técnicos e empresários portugueses que, ou não queriam conviver com o novo sistema, ou temiam a guerra. Dado o elevado número de analfabetos que o país possuía, e levando em conta o tipo de colonização que predominou, todos os setores da economia sofreram as consequências dessa fuga. Isso fez com que se tornasse mais difícil a recuperação econômica.

Evidentemente, um fator importante para este bloqueio foi a guerra armada, que convivia com as limitações, principalmente de quadros, mas argumentar que a guerra foi a delimitação *sine qua non* é uma falácia. Segundo Esteves (2002), a guerra não seria o único fator para o atraso econômico do país, mas também as políticas econômicas que eram elaboradas de forma inapropriada. Esta inadequação consistia em recorrer a consultores externos, incluindo de países ocidentais. Um fator importante a realçar é a inexistência de quadros qualificados que pudessem dar sustentação às políticas econômicas do Estado, sobretudo, em situações de conflito armado. Estes quadros poderiam dar suporte, por exemplo, ao ensino superior, cuja qualidade tem diminuído ano após ano; dar suporte à

produção industrial, como tem ocorrido com a produção de petróleo sustentada, na sua maior parte, por quadros estrangeiros, não necessariamente de nível excepcional.

Menezes (1996) argumenta que, apesar de que os primeiros anos de implementação do planejamento econômico centralizado tenham trazido avanços na economia, nos anos consecutivos esse mesmo planejamento mostrou falhas. O fracasso pode ter ocorrido devido ao êxodo de portugueses e angolanos capacitados durante o processo de libertação, deixando numerosas empresas sem seus técnicos, administradores e auxiliares. (MENEZES, 2000).

Uma observação importante é a política de importação de quadros feita pelo governo. Muitos, porém, possuíam qualificação abaixo das exigências de que o país necessitava na época. Isto aconteceu – e ainda acontece – pelo fato de serem contratados por funcionários sêniores governamentais, muitos, porém, sem nível superior, o que melhora a qualidade nas contratações. Ou seja, existe uma grande contradição na política do governo quando este contrata “quadros” estrangeiros para consultoria, muitos, porém, possuindo conhecimento abaixo dos quadros nacionais formados nas mesmas instituições de ensino superior ou, em muitos casos, em instituições melhores que a dos mesmos expatriados. Existem situações em que os consultores estrangeiros importados pelo governo angolano, apesar dos salários avultados que recebem – geralmente superiores ao dos quadros angolanos – acabam por subcontratar, mesmo que de forma indireta, quadros nacionais, para satisfazer às “exigências” do próprio governo angolano. Vários são os casos em que estes expatriados chegam a exercer papel importante em instituições chaves do Estado (Ministérios, Secretarias, Banco Nacional, Indústrias, dentre outras), inclusive na formação de “quadros” angolanos de nível superior. Muitos destes expatriados acabam participando com um peso importante na tomada de muitas decisões estratégicas do governo, porém, equivocadas. Um exemplo contundente, conforme argumenta Menezes (2000, p.28), é o de um quadro estrangeiro que exercera funções de “consultoria” para o Estado angolano:

Propus a reorganização da área de processamento de dados da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (posta em prática de imediato), colaborei com a reformulação curricular e fui muitas vezes convidado por ministros de Estado e autoridades governamentais e militares a fazer palestras e consultorias em ministérios, empresas e repartições, onde minha experiência como cidadão brasileiro contava até mais que meus conhecimentos técnicos como economista, advogado ou administrador.

Realçam-se aqui as decisões equivocadas que alguns setores chaves do Estado, na pessoa de representantes sêniores do Estado, tomavam, causando impactos desastrosos ao

país. Infelizmente, esta é uma prática que tem sido constatada até hoje em muitas instituições públicas e privadas, inclusive, em todos os níveis de ensino nacionais, não só por cidadãos do país aqui realçado, mas de outras nações (da Ásia, Europa, América, etc.), o que tem gerado muitas tensões com os quadros nacionais, muito deles com formação de excelência, adquiridas nas melhores Universidades, mundo afora.

Para estas argumentações de Menezes, faz-se necessário uma importante indagação: o que estará por trás deste comportamento de alguns setores e funcionários chaves do Estado? Muitas podem ser as respostas: além da baixa qualificação de muitos “quadros” nacionais que exercem cargos chaves no Estado, e que são responsáveis por estas contratações; outra pode estar ligada à fragilidade das instituições angolanas que, *a priori*, deveriam regulamentar a questão trabalhista e de fomento à valorização dos quadros nacionais com valor agregado de padrão internacional; ou ainda, a facilidade com que muitos estrangeiros conseguem penetrar nas instituições chaves do país. Uma resposta contundente pode estar ainda nas argumentações de Menezes (2000, p. 27 e 28): “quando cheguei a Luanda, no final de 1991, o autoritarismo ainda era muito grande (inclusive em muitas pessoas e instituições onde trabalhei); e não tardou perceber que os estrangeiros que frequentavam aquele hotel de luxo praticavam um ‘esporte’ bastante conhecido: ganhar dinheiro (e muito!)”. Parafrazeando Chang³⁶, podemos estar diante, por exemplo, de alguns estrangeiros, ou mesmo “angolanos”, que estão chutando a escada mesmo dentro de Angola, impedindo, por exemplo, que o governo faça políticas que diminuam este “esporte ou desporto”, ao absorver os quadros nacionais nas várias esferas do Estado.

Que tipo de desenvolvimento econômico pode-se esperar se insistirmos em ter nas nossas academias, nas instituições chaves do nosso Estado, “quadros” com baixo ou mesmo nenhum valor agregado para o crescimento de que o país necessita – sendo nacionais ou estrangeiros – muitos exercendo altas chefias em áreas técnicas? Que tipo de desenvolvimento econômico pode-se esperar quando docentes com doutorado são comandados nas instituições de ensino angolanas, tecnicamente, por licenciados ou bacharéis? Que tipo de crescimento ou desenvolvimento econômico o governo de Angola espera se em bancas de Doutores e Mestres, os avaliadores são Licenciados ou Bacharéis? Estas são indagações relevantes, pois têm ocorrido em todo o país, sendo um problema sério de segurança nacional.

³⁶ CHANG, Ha-Joo. Chutando a Escada: a estratégia do Crescimento em perspectiva história. UNESP editora. São Paulo, 2003.

Uma preocupação deve ser com os desmobilizados, ou seja, aqueles que participaram, ao longo dos anos, das guerras que ocorreram no país. Os desmobilizados são os que mais sofrem com o baixo grau acadêmico, pois, para muitos, houve a impossibilidade de continuarem os seus estudos nas frentes militares. No entanto, houve (e ainda tem havido) uma política de formação de quadros feita pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), inclusive com envio de militares em Universidades de países desenvolvidos. Porém, muitos, quando regressam ao país são subaproveitados (ignorados, acudados, quando não afastados); ou quando estão no exterior passam por dificuldades, que os levam a viver, às vezes, de forma desumana. Como argumentara o governo brasileiro:

Vem se verificando, de forma crescente, a inadimplência do governo angolano no tocante ao seu compromisso de manutenção regular das bolsas prometidas aos estudantes-convênio de seu país em nossas IES. Como está por demais sabido, esta omissão tem desencadeado um processo de sobrevivência desumana, com reflexos extremamente danosos ao desempenho acadêmico, a ponto de, às vezes, resultar em desligamento. Por outro lado, ao governo brasileiro, não cabe outra medida, além da ação diplomática perante o governo angolano de um lado, e da redução do número de candidatos novos; de outro: ambas as medidas estão a ser tomadas pelo Itamaraty [...] ³⁷. (BRASIL, 1998, p.1).

Estas argumentações reforçam as indagações feitas sobre o tipo de desenvolvimento que se espera de Angola. Situações como as citadas por Brasil (1998), causam constrangimentos para muitos dos oficiais, principalmente do alto escalão marcial, uma vez que estes acontecimentos mancham a reputação das FAA e a política nacional de desenvolvimento. Esta vivência desumana e o subaproveitamento afetaram – ainda em alguns casos têm afetado – de forma negativa a vida de muitos destes quadros. Muitos, inclusive, exerceram atividades de ensino e pesquisa nos países onde se formaram o que vai contra os objetivos do próprio PND de Angola: “elevar a capacidade técnica e profissional dos efetivos das Forças Armadas e a melhoria das suas condições de vida”. (PND 2013 – 2017, 2012b, p. 46). Portanto, a valorização dos quadros nacionais é uma condição *sine qua non*, para que o conhecimento e a pesquisa de excelência possam ser enraizados para toda a sociedade de forma racional e intencional. O ponto de partida deve ser a convergência do salário real entre os nacionais e os estrangeiros com o mesmo valor agregado.

Ou seja, se há no país espaço para expatriados deveria existir, pelo menos em tese, espaço para quadros nacionais com formação de excelência, sendo esta mais uma questão de segurança nacional. Segundo o relatório da Central de Inteligência Americana (CIA), ainda

³⁷ Veja no Anexo B, o FAX/DCIDePES/SESu/MEC, enviado pelo Ministério da Educação do Brasil, com o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), a todas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras onde haviam angolanos a estudar. Na época o autor era bolsista-militar das FAA.

em 2020 a África Subsaariana, continuará a ser a região mais vulnerável da Terra, em termos de desafios econômicos, tensões populacionais, conflito civil e instabilidade política, mesmo que a região sul desta sub-região continue a ser a mais estável e a mais promissora em termos políticos e militares. (CIA, 2009).

Neste contexto, para o próprio MPLA, que talvez tenha observado tais equívocos, seria necessária, portanto, uma mudança estrutural na sua base macroeconômica com programas, por exemplo, que pudessem incentivar a qualificação dos quadros nacionais e incentivar o desenvolvimento econômico, com base em incrementos reais. Para o partido que sempre representou o governo de Angola:

Desde 1983, o MPLA iniciara um diagnóstico profundo à organização econômica e social de Angola e identificou as bases essenciais em que se deveriam assentar as reformas nesse domínio, nomeadamente as estabelecidas no Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), tendo-as aprovado na sua 1ª Conferência Nacional, realizada de 14 a 19 de janeiro de 1985, em Luanda. O 2º Congresso do MPLA, realizado em dezembro de 1985, em Luanda, adoptou as grandes linhas de orientação, que imprimiram reformas sensíveis nos métodos e nas formas de direção da economia e abriram caminho à consagração do Multipartidarismo. (MPLA, 2013).

No segundo período citado por Rodrigues (1997), o governo do MPLA começou a realizar mudanças estruturais que deveriam, em tese, ir ao encontro das orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), como as adotadas em vários países em vias de desenvolvimento, principalmente da América do Sul e da África. Desta forma, em 1987, com a aprovação e implementação pelo governo de Angola do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), teve início o processo das reformas macroeconômicas que tiveram o seu ponto mais alto na adoção em 1999, da Estratégia Global para a Saída da Crise. Segundo argumentações de Esteves (2002, p. 52):

Este programa teve como finalidade a redução do grau de centralização do planejamento e da administração econômica, permitindo que os sinais do mercado fossem os principais orientadores da atividade econômica, ou seja, reconheceu-se que a guerra não era apenas o único fator que prejudicava a economia, mas também as políticas econômicas ineficazes. Por isso, esses obstáculos teriam de ser corrigidos através do reconhecimento do papel do setor privado no processo, da melhoria de coordenação econômica que compatibilizasse os objetivos do planejamento e da administração com o orçamento interno e a distribuição de divisas escassas.

O SEF seria, portanto, a tentativa do governo Central de sair da estagnação econômica, provocada por uma política que ao longo dos anos, apesar do conflito armado, foi equivocada. No entanto, levanta-se ainda a questão: este estaria assentado no Planejamento Estratégico do governo angolano ou seria apenas uma tentativa de ludibriar os organismos internacionais,

mostrando que Angola estaria pronta para uma economia de mercado, alcançando também um objetivo político? O motivo desta questão está no fato de, segundo Rocha (2006), o longo período de guerra ter sido, quase sempre, a justificativa que as autoridades governamentais apresentavam para o curto alcance de algumas medidas de políticas e as insistentes más opções estratégicas de desenvolvimento econômico. Este autor vai ampliar a sua abordagem ao fazer uma indagação de extrema contundência: os tecidos produtivos nacionais dos países africanos – exceto, talvez, a África do Sul – estariam preparados para responder ao desafio, isto é, as diferentes estruturas seriam capazes para, em médio prazo, consolidarem a estabilização e o ajustamento exigidos pelo Fundo Monetário Internacional?

Em 1989, Angola, foi aceita como membro do Banco Mundial, do FMI e de outras instituições financeiras internacionais, o que a permitiu receber assistência técnica, principalmente para a reestruturação e modernização do sistema financeiro, proporcionando-lhe a organização dos dados estatísticos dos seus agregados econômicos. Desta forma, na década de 1990, Angola enveredou por um processo de reencontro com a economia de mercado, depois de uma década e meia de um modelo econômico administrativo e centralizado. (ROCHA, 2006). Neste sentido, para Esteves (2002), com a aceitação do FMI, Angola adotou várias medidas estruturantes em sua economia, que são:

- a) Programa de Recuperação Econômica (PRE), de 1989, que valeria por um período de dois anos, ou seja, uma continuação do SEF adotado de forma urgente e, cujos objetivos seriam elevar as receitas cambiais e renegociar a dívida externa, com o intuito de equilibrar as contas externas, melhorar a gestão orçamental, equilibrando as contas internas e fomentar a produção e as exportações;
- b) Em 1990, com ajuda de assessores brasileiros, Angola apresentou o Plano de Ação do governo (PAG), que, além das propostas dos primeiros planos propunha modificações no sistema de preços, uma desvalorização de forma expressiva do Kwanza, a criação do novo Kwanza e a diminuição da base monetária mediante confisco dos depósitos bancários (depósitos à vista e poupança), como foi praticado no Brasil, durante Plano Collor I.

Com base nestes programas econômicos, Angola dava sinais de que estaria pronta para a mudança político-econômica, o que significava a passagem de uma economia centralizada, com orientação socialista, para uma economia de mercado, o que acabou por acontecer concretamente em 1992, com as primeiras eleições multipartidárias.

Analisar, neste sentido, o desempenho da economia angolana antes e depois das reformas propostas pelo FMI, apesar do conflito armado, é de suma importância. Na tabela a

seguir, podemos constatar estes dois períodos, ou seja, o período pré-reforma (1985/1990) e o período de transição para a economia de mercado (1990/2000):

Tabela 2 – Impacto das reformas macroeconômicas em Angola (%)

	TVMPIB	TVMPIBph	TVMEXT	TVMITB	ITB/PIB
1985/1990	7,6	4,7	10,5	-6,5	16,7
1990/2000	-2,7	-5,9	8,9	6,4	22,9

Fonte: Rocha (2006), com alguns ajustes do autor.

Nota: TVM = taxa média de variação; ITB = investimento total bruto; ITB/PIB = taxa bruta de investimento; TVMPIBph = taxa média de variação por habitante; TVMEXT = taxa média de variação externa.

Analisando a tabela 2, pode-se observar um pior desempenho no período das reformas (1990/2000), em relação ao período anterior (1985/1990), com exceção da taxa média de variação do investimento bruto, com um ritmo anual de 6,4. Houve praticamente igualdade no ritmo de crescimento das exportações, com ligeira queda no período das reformas, e um decréscimo das condições de vida e econômico no mesmo período. (ROCHA, 2006).

É preciso observar, no entanto, que estas comparações devem ser feitas com alguma cautela, pois existe uma enorme fraqueza de dados estatísticos em Angola, além de diferentes métodos de cálculos do PIB e do investimento bruto. Ainda para este pesquisador, o período de transição foi política e militarmente mais conturbado, com o retorno ao conflito a partir de 1992, aliado à fraca afirmação das próprias políticas econômicas, que eram de solavancos, pois as políticas eram prioritárias para a defesa e segurança do Estado, o que pode ajudar a explicar os resultados apresentados.

No que toca à política cambial, a diferença média entre as taxas de câmbio no período das reformas (1990/2000) foi de 883%, o que, segundo Rocha (2006), é uma sobrevalorização da taxa de câmbio oficial em cerca de 10 vezes, em comparação à taxa de mercado. Ainda para este autor, registou-se, no entanto, um verdadeiro corte com o passado em 1996, em que o prémio do mercado paralelo de divisas passou de 125,3% para 29,17%, e o *spread* médio até 2000 ficou em 41%, havendo, portanto, um realinhamento dos respectivos preços.

Quanto à Política Orçamental, Rocha (2006), argumenta que, em 1996 houve uma inversão da tendência do constante agravamento do déficit global do Estado (redução dos subsídios às empresas e ao investimento público, aumento do controle dos funcionários públicos e das folhas salariais, dentre outras). Isto significa que o período das reformas macroeconômicas – em relação à função econômica do Estado – foi menos claro do que o período anterior, isto é, houve um desinvestimento público a uma taxa média de 1,5% (contra

uma taxa de quase 6% positivos no período de 1985/1990) e uma menor taxa média de investimento (3,95% contra 4,28%, no período pré-reforma).

Em relação à Política Monetária, a partir da segunda metade da década de transição, os resultados começaram a dar sinais de comportamento positivo, convergindo com as reformas macroeconômicas, com a maior tendência de controle da inflação, embora ainda com valores altos: em 2000 estava em torno dos 268,4%, e a média na década de 1990 rondava os 977,5%. (ROCHA, 2006). Ainda para este autor, houve menor financiamento monetário do déficit, com as receitas de senhoriagem diminuindo enquanto percentagem do PIB, ou seja, um desempenho muito fraco tendo em vista os limites de 1,5% ou de 3% para as receitas de senhoriagem na década de 1990.

3.1 Evidências das reformas econômicas no período da paz contemporânea (de 2002 até 2013)

Com o final da guerra em abril de 2002, Angola transformou-se – nas décadas seguintes – no país com a maior taxa de crescimento médio do PIB no mundo, superando, inclusive o crescimento da China. É provável, no entanto, que não seja só o fim da guerra que tenha motivado este crescimento, mas também a estabilidade política e institucional na maioria dos países da região. Estes fatores, bem como o aumento da produção de petróleo, têm motivado o crescimento dos investimentos estrangeiros diretos (IDE). Assim sendo, para a Agência Brasileira de Exportação e Investimentos (APEX):

Em 2008, o estoque do IDE no país era de 26,7 bilhões, correspondendo ao segundo melhor resultado entre os países da África Austral, abaixo apenas da África do Sul. Neste mesmo ano, o país recebeu cerca da metade dos fluxos de IDE dos países menos desenvolvidos. Entre janeiro de 2003 e janeiro de 2010, os países que mais anunciaram investimentos em Angola foram o Reino Unido, Estados Unidos da América, China, Austrália, Brasil, Itália, Portugal, França, Rússia e Bélgica, para os setores de petróleo, setor financeiro, construção, comunicação, transporte e o setor de hotelaria. (APEX, 2010, p. 68).

No ano de 2008, Angola importou cerca de 20,4 bilhões de dólares dos Estados Unidos da América, enquanto que as exportações rondaram em torno de 64,7 bilhões de dólares, cujos principais destinos foram a China, os Estados Unidos da América, a França, África do Sul, Canadá, Brasil, Países Baixos, Espanha, Chile, Índia, entre outros. Desta forma, a conceituada revista britânica *The Economist* (2011, p. 1), publicou um artigo frisando este aspecto. Nele o *The Economist* salienta que:

Com efeito, apesar de muito se falar do acordar dos gigantes, que são a China, Brasil, Índia e Rússia, o surpreendente não só é pelo fato de Angola estar no topo da tabela, mas também pelo fato de que na lista das 10 economias de maior crescimento na última década, seis serem países africanos localizados abaixo do Saara.

A Tabela 3 mostra a média anual do crescimento percentual do PIB para 10 países. Angola encabeça a lista.

Tabela 3 – Países com maior crescimento anual médio anual do PIB na década 2000

2001-2010	Média anual do crescimento do PIB, %
Angola	11,1
China	10,5
Myanmar	10,3
Nigéria	8,9
Etiópia	8,4
Cazaquistão	8,2
Chade	7,9
Moçambique	7,9
Camboja	7,7
Ruanda	7,6

Fonte: *The Economist* (2011), com mudanças do autor.

Notas: Excluindo países com menos de 10 milhões de habitantes, Iraque e Afeganistão.

O referido estudo observa, ainda que, desde a década de 1980, a maioria dos países da região da África subsaariana começou a ter uma reação positiva na sua taxa média de crescimento do PIB, inclusive de forma exponencial na década seguinte. Ainda segundo o referido estudo, este crescimento deve-se à melhor administração das economias em muitos países africanos que se beneficiaram também de grandes investimentos da China e do aumento dos preços das matérias primas. Quanto ao PIB médio de Angola em 2012 e 2013, ficou em torno de 5,4% segundo dados do FMI, com projeção para 2014 em torno de 6,3%. A recuperação da demanda global e o fortalecimento dos preços do petróleo são os principais fatores para o crescimento das taxas do PIB dos países que o exportam. (FMI, 2010).

Salienta-se que no ano de 2009 houve diminuição no peso da produção de petróleo, provavelmente devido aos efeitos da crise financeira de 2008 e a um ligeiro crescimento da construção civil neste mesmo período. Segundo um estudo realizado pela Universidade Católica de Angola e citado por Macaueh (2010), o peso da redução do petróleo na economia se acentuou, com o PIB petrolífero crescendo em torno de 3,1%, e o não-petrolífero em torno de 11,2%. Para APEX (2012, p. 5):

O intercâmbio comercial de Angola com o resto do mundo tem propiciado saldos positivos para o país. Em 2010, as exportações angolanas foram de US\$ 43,7 bilhões, tendo como principais destinos a China (52,2%) e os Estados Unidos (28,1%), enquanto o valor das importações foi de US\$ 12,6 bilhões, tendo como principais fornecedores Portugal (20%), China (15,8%), Estados Unidos (10,2%) e Brasil (7,5%). Se, por um lado, as importações angolanas mostraram-se bastante diversificadas, por outro, as exportações foram extremamente concentradas, com o petróleo e seus derivados respondendo por 98% das vendas externas.

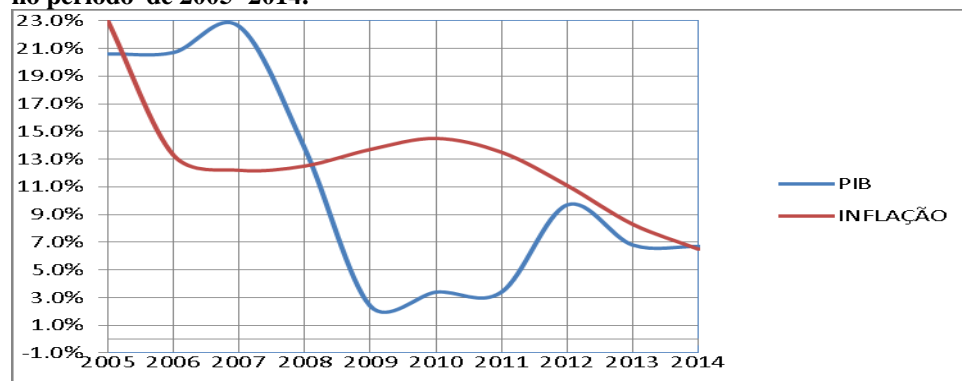
À medida que a África Subsaariana deixa para trás a contração sofrida em 2009, e devido aos fundamentos macroeconômicos que emprega, grande parte da região será colocada em condições favoráveis para beneficiar-se da recuperação mundial atualmente em curso. Ou seja, a queda de 2,6% na taxa de crescimento do PIB foi breve, limitada também por uma ampla implementação de políticas anticíclicas, possibilitadas pelo espaço fiscal que muitas economias haviam acumulado antes da contração econômica, advinda da crise de 2008. Assim, para o Banco Nacional de Angola (BNA)³⁸:

Em 2008 devido, essencialmente, à contratação de novos financiamentos para a reconstrução nacional, avaliados em cerca de USD 5 bilhões, o stock da dívida externa elevou-se para cerca de USD 15 bilhões. Contudo, tendo em conta a manutenção do crescimento do PIB em níveis relativamente altos, o stock da dívida externa sobre o PIB decresceu, situando-se abaixo de 20%. A estrutura da dívida externa mostra que ela foi contraída majoritariamente junto de credores comerciais e bilaterais. As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em junho de 2009 cifraram-se em USD 12.148,71 milhões, representando uma redução de USD 5.350,6 milhões em relação ao stock acumulado em Dezembro de 2008. (BNA, 2011, p. 2).

Ao longo de 2010, foi alcançada a estabilidade monetária e observou-se um reequilíbrio das contas externas. (BPI, 2011). Neste contexto, as autoridades angolanas têm dado sinais de abertura a uma maior flexibilização da política monetária, o que constitui um fator de estímulo ao investimento privado. Ainda para a mesma instituição, houve o retorno do coeficiente de reservas obrigatórias a níveis pré-crise e a queda das taxas de juros (corte na taxa de redesconto para 25% das taxas de colocação dos TBC's).

O Gráfico 1 demonstra o comportamento do PIB com relação a inflação de Angola, no período de 2005 até 2013, com projeção para 2014.

Gráfico 1 – Comportamento da inflação com relação ao PIB de Angola, no período de 2005- 2014.

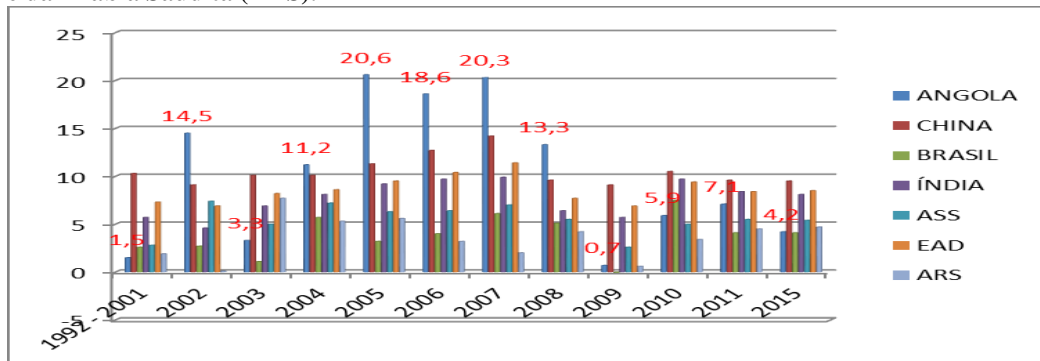


Fonte: elaborado pelo autor, com dados de Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten, Penn World Table (2012) e FMI (2014).

³⁸ O Banco Nacional de Angola equivale ao Banco Central.

Observa-se pelo Gráfico 1 que, apesar de um ligeiro aumento durante o período de 2008 a 2010, a inflação em Angola tem diminuído com a mesma projeção para 2014. Quanto ao comportamento do PIB, com a crise no final de 2007 houve forte queda, devido provavelmente à diminuição do preço do petróleo, produto no qual há dependência da exportação de Angola. Existe, entretanto, uma recuperação a partir de 2010 e hoje gira em torno de 6%. Para o FMI (2010, p. 192), Angola se situa entre os países cuja posição externa é de credor líquido. Isso significa que os ativos em moeda estrangeira do país, basicamente as reservas internacionais, superam toda a dívida externa angolana, o que se contrapõe ao fato de Angola possuir um IDH até hoje de nível baixo. O Gráfico 2 mostra a evolução do PIB médio angolano (em %), entre 1992 e 2001 e a partir do ano de 2002, comparativamente a alguns países, com projeção para 2015.

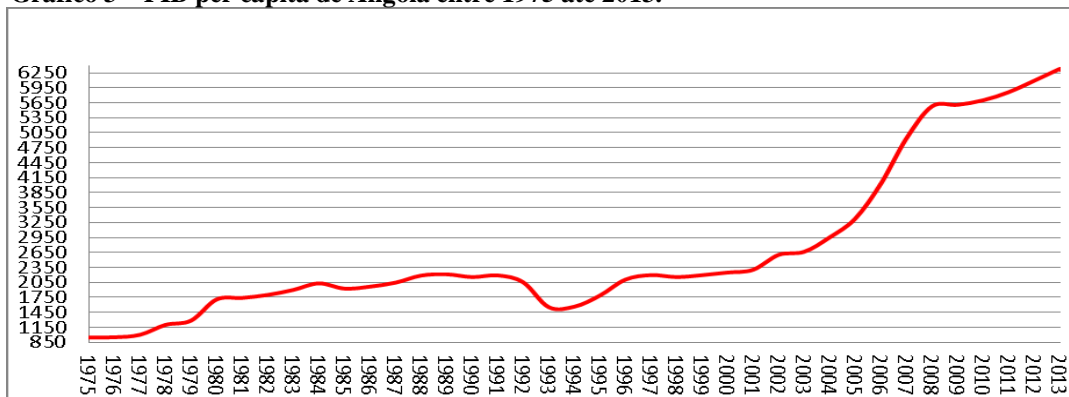
Gráfico 2 – Comparação do crescimento médio do PIB em relação à China, Brasil, Índia, Países da África Subsaariana (ASS), Economias Desenvolvidas da Ásia (EAD) e da Arábia Saudita (ARS).



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em FMI (2010).

O Gráfico 2 mostra o comportamento do PIB de Angola comparativamente a outros países da África Subsaariana e países como a China, Brasil, Índia, economias desenvolvidas da Ásia e o maior produtor de petróleo, observando melhor desempenho de Angola, principalmente no período de 2002 até 2008. No Gráfico 3 está representado o crescimento do PIB per capita de Angola entre 1975 até 2013 (mil dólares).

Gráfico 3 – PIB per capita de Angola entre 1975 até 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor, usando dados de Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten, Penn World Table (2012) e FMI (2014).

Observa-se no Gráfico 3 que, desde 1975, Angola obteve um crescimento econômico do PIB per capita, crescendo de forma quase exponencial desde então, apesar de algumas quebras de 1991 até 1993, período em que recomeçou o conflito armado entre o governo e a UNITA. É importante salientar que no ano de 1987 houve intensas batalhas entre Angola e a República “racista” da África do Sul, principalmente na região do Cuito Cuanavale.

3.2 Os recursos naturais de Angola

O continente africano, no geral, possui enormes recursos naturais, mas é indiscutível que esta concentração é maior ao sul do Saara. Esta região possui a segunda maior floresta do mundo – a do Maiombe, só depois da Amazônia – integrando a chamada floresta tropical da África ocidental e central, e tem potencial para fornecer mais de 200 mil metros cúbicos de madeira por ano. Lá se localiza a província angolana de Cabinda, a maior produtora de petróleo do país. Para APEX (2010), quando da sua independência, Angola, era um grande produtor agrícola, autossuficiente na produção de alimentos, além de exportador de banana, café, algodão, milho, sal e sisal, mas atualmente o país é dependente da importação de alimentos.

Angola, em 2006, era o sexto maior produtor mundial de diamante, em volume, e o quarto maior do mundo, no que concerne ao valor de produção. O país possuía, até 2006, 12% do mercado mundial com um diamante de alta qualidade, tendo as suas reservas sido calculadas em 40 milhões de quilates, em depósitos aluviais, e em 50 milhões de quilates, em depósitos de kimberlitos.

É em alto mar, no entanto, que se encontram as maiores riquezas de Angola. As descobertas de petróleo começaram em 1966, e desde então teve lugar um importante avanço, quando a norte-americana *Gulf Oil Company*, que entrara em Cabinda em 1957, através da sua subsidiária *Cabinda Gulf Oil Company* (*Cabgoc*). Os primeiros campos no mar (*offshore*)

foram *Limba* e *Malongo*, cujas reservas se revelaram substancialmente maiores que os depósitos já delimitados no *onshore*. Outras Companhias petrolíferas internacionais iniciaram suas descobertas de prospecção nos anos 1960. No entanto, as descobertas da *Cabgoc*, em Cabinda, continuaram a ser a mais importante fonte de petróleo de Angola. (SONANGOL, 2014).

Para valorizar e proteger a principal fonte energética do país – petróleo – o governo de Angola criou no seu primeiro ano de independência a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), que desde o início dos anos 1990 está constituída como uma *holding*, devendo atuar em pesquisa e produção, mesmo que até agora só a produção tenha sido relevante, praticamente sem nenhuma pesquisa substancial. Ela é a companhia que gera os recursos hidrocarbonetos em Angola e também a responsável pelas concessões de toda a política petrolífera no país. A Sonangol é ainda o órgão responsável por fornecer ao governo informações técnicas e científicas no ramo dos petróleos, e tem sido a maior responsável pelos investimentos de Angola no exterior (SONANGOL, 2014).

Os sucessivos avanços na região em nível internacional permitiram que Angola se tornasse em 2007 o 12º membro oficial da OPEP³⁹, sendo-lhe atribuída uma produção próxima de 1,9 bilhão de barris. A entrada histórica de Angola neste oligopólio petrolífero reforça, ainda mais, a importância do país no cenário internacional, não só pelo aumento da sua produção de commodities, mas também porque desde 1970 nenhuma nação era aceita dentro deste órgão. Neste contexto, até o ano de 2007 o continente africano já era responsável por 12% da produção mundial de petróleo, com um maior crescimento nos anos posteriores, principalmente por Angola, cujo objetivo é tornar-se o maior produtor da África Subsaariana, ultrapassando a Nigéria. O continente africano, assim, tem ganhado maior relevância global ao dobrar o volume de suas reservas, tendo a região da África Subsaariana aumentada quase três vezes, desde os anos de 1980. (OLIVEIRA, 2007).

O petróleo deve ser entendido não só como uma das commodities de maior valor econômico, mas também sob o ponto de vista da sua importância para a segurança internacional. Ele é a maior fonte de energia para o progresso industrial dos países, portanto sua falta pode tornar-se numa questão de segurança nacional. Não é em vão que este recurso natural tem se tornado militarmente estratégico para as grandes potências. (OLIVEIRA, 2007). No entanto, países em vias de desenvolvimento, como Angola, não devem ficar

³⁹ OPEP, Organização dos países exportadores de petróleo.

dependentes da produção das commodities para crescer, pois recursos como o petróleo têm tempo de duração, sob o ponto de vista da viabilidade econômica. Esta é uma argumentação que tem preocupado o próprio governo, uma vez que apesar dos esforços governamentais a estrutura econômica de Angola mantém-se pouco diversificada, onde o peso do setor petrolífero representa ainda cerca de 45% na estrutura do PIB, 60% das receitas fiscais e ultrapassa os 90% das exportações, revelando a natureza vulnerável da economia em relação aos choques externos. (SONANGOL, 2014).

3.3 Os investimentos externos em Angola

As riquezas de Angola, principalmente diamantes, petróleo, ferro, ouro, cobre, manganês, estanho, entre outros, além do enorme mercado que a reconstrução nacional e a agricultura do país representam hoje, têm atraído investidores de todo o planeta. A estabilidade política e militar de Angola, causada pelo fim da guerra armada, em 2002, a tem tornado um dos países com maiores investimentos diretos estrangeiros (IDE) da África. Em 2004 houve crescimento superior a 10%, que esteve assentado na produção de petróleo e na estabilidade da vida econômica do país. (BPI, 2004).

Desde sua independência, em 1975, o governo de Angola, ao saber de suas necessidades econômicas, soube ser pragmático ao enfrentar, os grandes países inimigos e fazer acordos com empresas pertencentes a estes mesmos países inimigos. Ou seja, as empresas de petróleo existentes em Angola, durante o período de guerra eram todas de países “imperialistas”, isto é, dos países “inimigos” do governo “marxista-leninista” angolano. Aqui nota-se já a visão estratégica deste governo, que desde o início usou os recursos naturais na sua política tanto interna quanto externa, tendo obtido sucesso econômico e político-diplomático. Esta ambiguidade era algo que, na época, parecia improvável, principalmente considerando-se um país africano, cujas pressões de seus parceiros socialistas, *a priori*, poderiam ser maiores. Desta forma, não só o capital das empresas multinacionais não foi afetado, como rapidamente se percebeu que a economia e a sobrevivência do sistema não seriam possíveis, a menos que os meios financeiros indispensáveis fluíssem da produção de petróleo e de outros recursos naturais. (FERREIRA, 2005). Assim sendo, sempre estiveram em Angola a sul-africana de diamantes *De Beers* e, no campo petrolífero, as norte-americanas *Cabinda Gulf Oil Company* (CABGOC) e *Mobil Oil* e *Texaco*, a mista belga-portuguesa *Petrangol*, a portuguesa *Angol*, a francesa *Total* e a anglo-holandesa *Shell*.

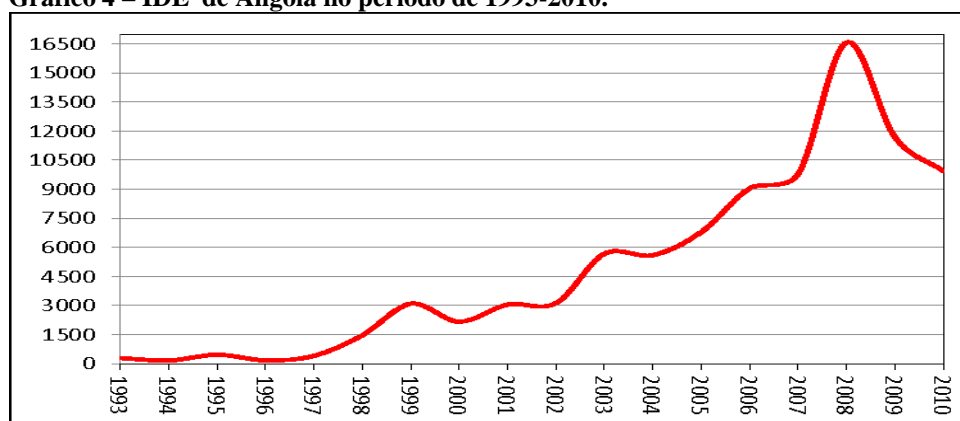
Mais recentemente, novos parceiros comerciais importantes têm surgido, com a China na liderança. Em 2004 a China aprovou uma linha de crédito de dois bilhões de dólares, dos

quais 30% para o crescimento de projetos empresariais. Assim, os chineses vão explorar a nova refinaria do Lobito que está em construção no sul de Angola. A empresa angolana *Mundostartel* e a chinesa *ZTE* têm um acordo no ramo das telecomunicações, cujo investimento é de 400 milhões de dólares americanos.

Até 1995 o IDE à África Subsaariana estava em torno dos 3,8 bilhões de dólares. Entre 1995 e 2001, os fluxos de IDE aumentaram em 7 bilhões de dólares por ano. Porém, quase dois terços destes investimentos foram destinados a três países – Angola, Nigéria e África do Sul – cujo IDE em petróleo representa 90% de todo o IDE. É importante salientar, no entanto, que metade dos países africanos nada recebeu. Como argumenta Watts (2007), hoje em dia, a África é o centro de um grande boom do petróleo, um índice da centralidade do setor da produção primária como a fonte mais importante da acumulação capitalista no continente.

O Brasil tem se tornado também num parceiro importante para a economia angolana. Esta parceria começou ainda em 1975, quando o Brasil se tornou no primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Desde a visita do ex-presidente Lula a Angola, em 2003, o comércio entre estes dois países aumentou quase cinco vezes, com exportações angolanas anuais de US\$ 460 milhões. Angola é o terceiro maior fornecedor africano do Brasil e o quarto maior importador de produtos brasileiros na África. Só em 2007 foi feito um reforço de US\$ 1 bilhão em financiamentos para que empresas brasileiras investissem em Angola em troca de petróleo.

Gráfico 4 – IDE de Angola no período de 1993-2010.



Fonte: elaborado pelo autor, com base em APEX (2012).

O Gráfico 4 demonstra o comportamento positivo do IDE de 1993 até 2010, começando a ter uma queda em 2008, muito provavelmente devido à crise financeira da época.

E quanto aos investimentos que Angola tem feito no exterior? Esta é uma questão a ser vista no ponto seguinte.

3.4 Os investimentos de Angola no exterior

Nos últimos anos, Angola tem se tornado um importante investidor estrangeiro, principalmente no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ao usar o petróleo como arma negociável, muitas nações produtoras – como é o caso de Angola – podem de alguma forma, mostrar a sua importância, tanto regional quanto também globalmente. A partir desse fato, aumentou o interesse de muitas empresas internacionais em associar-se ou receber os serviços da petrolífera angolana Sonangol, sendo esta a maior responsável pelos maiores investimentos do governo de Angola no exterior. A Sonangol tem como sua sede de exploração o Rio de Janeiro e escritórios em Londres, Hong Kong, Houston e Singapura, cujo foco está na comercialização do petróleo angolano. Como argumenta Macaueh (2010), o projeto de Angola em tornar-se preponderante no equilíbrio das relações econômicas no espaço lusófono foi tornado possível devido ao afluxo, sem precedentes, das receitas advindas da venda de petróleo, sendo também uma forma de aceder ao “*know-how*” de que as empresas angolanas carecem no setor financeiro, por exemplo. Para este autor, os investimentos de Angola no exterior, só em 2008, atingiram 1,2 bilhões de dólares dos Estados Unidos da América.

A internacionalização da Sonangol começou no próprio continente, com investimentos iniciais ainda durante a década de 1980, em São Tomé e Príncipe, subsidiando a transportadora aérea angolana (TAAG). A Sonangol, ainda tem mostrado interesse na modernização do Porto de São Tomé e na exploração de petróleo na zona de exclusão econômica são-tomense. Assim, em São Tomé e Príncipe, onde o governo de Angola sempre teve uma presença ativa, o abastecimento de petróleo é feito pela ENCO, onde a Sonangol detém 50% do seu valor. Estes empréstimos financeiros fortalecem a grande influência econômica e política, que segundo Ferreira (2005, p. 13) é “*incontornável*”, naquele país.

Na República de Cabo Verde, participa na distribuição de combustível, detendo 32,5% do capital da empresa mista Enacol-Sonangol. Na África, a Sonangol possui ainda investimentos na área petrolífera na Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial e tem feito estudos para a exploração de bauxita na República da Guiné Bissau, mesmo com as tensões políticas, nos últimos anos, entre o governo deste último e o de Angola.

Em Portugal, Angola tornou-se acionista do maior banco privado do país, o *Millenniumbcp*, cujo interesse principal é obter participação importante nas Energias de

Portugal (EDP), a maior empresa portuguesa. Na área de energia, destaca-se ainda a Galp Energia, com 51% do Capital, e a Sopor, com 49%. Ainda, Angola é um importante investidor no Banco Português de Investimentos (BPI). Existem em Portugal ainda três bancos de origem angolana: o Banco Privado do Atlântico, o Banco BIC português e o Banco Africano de Investimentos-Europa. Na área de comunicação, destaca-se a compra da empresa proprietária do seminário Sol pela privada angolana *Newshold*.

No Brasil, a Sonangol detém a concessão para a exploração de petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, na Bahia. Em 2009, Angola fez a compra da empresa brasileira Starfish Oil & Gás, operando no Estado do Rio Grande do Norte, passando assim a ter o *know-how* na exploração de águas profundas, mesmo que anteriormente – como acionista da Galp – já participasse indiretamente do campo do Tupi, do pré-sal, na bacia de Santos.

Na Venezuela, a Sonangol constituiu uma *joint-venture* com as empresas petrolíferas estatais da Venezuela (PDVSA) e a empresa nacional cubana Cubapetroleo (CUPET). A PDVSA deterá uma participação de 60% na nova sociedade, ficando os restantes 40% distribuídos, em partes iguais, pelas outras duas. Esta nova empresa tem como objetivo produzir um total de 94 milhões de barris de petróleo ao longo de cinco anos. (JORNAL ECONÔMICO, 2014).

No Iraque, em dezembro de 2009, a Sonangol adquiriu, na Província de *Nineveh*, a concessão para a exploração de dois campos de petróleo.

No entanto, a constatação mais relevante dos investimentos de Angola no exterior – não só pelo volume financeiro, mas pela importância do país – foi a participação da Sonangol com 540 milhões de dólares na construção do terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Pascagoula, Mississippi, nos Estados Unidos da América, o que é considerado por Ferreira (2005) um investimento estratégico no *downstream*, em projetos que complementam os recursos angolanos de hidrocarbonetos. Ainda nos Estados Unidos da América, a estatal angolana Sonangol é sócia da mineradora Cobalt.

Entre os anos 2005 e 2010, os três principais destinos das exportações de Angola foram a China, os Estados Unidos e a França. Nesse período, a China aumentou a sua participação em mais de 20 pontos percentuais, passando de 31,2% para 52,2% do total das vendas externas do país. Contrariamente, os Estados Unidos reduziram a sua participação de 41,9% para 28,0% do total das exportações, uma perda de quase 14 pontos percentuais. A França seguiu essa tendência, de 8,3% para 4,9%. Na quarta posição, aparece a África do Sul, com 1,4%, aumentando para 4,6% em 2010, representando um crescimento absoluto médio de 46,5% ao ano, ao longo do

período. Juntos, esses países concentraram, em 2005 e 2010, 81,4% e 85,1%, respectivamente, das exportações totais. Já Canadá, Portugal e Brasil, participaram em 2010, com 3,6%, 1,7% e 1,1%, das exportações totais, respectivamente. (APEX, 2012, p. 68).

Pode-se afirmar que, o governo angolano tem sabido aliar, junto à comunidade internacional, o peso estratégico do seu principal recurso natural, o petróleo, e também os diamantes e outros cuja potencialidade se sabe existir, com a importância da sua posição regional. (FERREIRA, 2005).

Fazer uma breve digressão sobre os investimentos de Angola no exterior foi importante, pois podemos ter uma noção, mesmo que pequena, da estratégia do governo de Angola, em várias linhas, principalmente, quanto as suas relações econômicas com o exterior. Por isso, mostrar a relação política (focalizando o econômico) do governo angolano com a China e os EUA, também é de extrema importância, até para situarmos Angola no contexto internacional.

3.5 China e Estados Unidos na economia de Angola

Fazer uma breve discussão sobre o papel dos Estados Unidos da América e, hoje, principalmente da China, na economia angolana tornou-se relevante, pois se tratam dos atuais principais jogadores econômicos e consumidores mundiais, e dois grandes jogadores nas guerras de Angola. O uso deste argumento assenta-se pela maneira de como a China tem se tornado o parceiro mais importante para a economia africana. Destarte, observar as caminhadas do país que mais cresce no mundo, principalmente nas últimas décadas, é indispensável.

Na batalha entre estes países, o governo de Angola tem obtido vantagens não só econômicas como também políticas, e sua influência na região tem aumentado cada vez mais. É bom salientar que tanto os Estados Unidos como a China foram inimigos⁴⁰ históricos do governo de Angola, apoiando tanto a FNLA quanto a UNITA. Porém, em 1983, a China estabeleceu relações diplomáticas com Angola – dez anos antes que o reconhecimento dos Estados Unidos da América – num contexto em que este precisava aumentar as suas fontes de abastecimento de energia, como base para a continuação do crescimento de sua economia.

⁴⁰ Os EUA foram os grandes apoiadores abertos da UNITA, ao menos até 2001 e a China sempre apoiou a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), outro grupo que lutou pelo fim da colonização portuguesa, tendo depois da derrota da FNLA pelo MPLA apoiado a UNITA.

Para o governo do MPLA, esta parceria, além de permitir financiamento sem imposições, contrariamente ao que ocorre geralmente com os empréstimos advindos de países ou instituições do ocidente, também poderia enfraquecer a UNITA, que nesta época recebia tanto o apoio dos EUA quanto da África do Sul racista e de outros parceiros ocidentais. A China não faz exigências draconianas, isto é, não pede reformas econômicas, não exige projetos que demandem o cumprimento de avaliações de estudos de impactos ambientais, ou em relação aos direitos humanos ou mesmo à transparência política no uso desses recursos. No caso de Angola, a única imposição da China é que se reconheça apenas a existência de uma só China. Desta forma:

Com o final das hostilidades internas, a relação bilateral entre a China e Angola vêm progredindo bastante, especialmente devido aos crescentes fluxos comerciais entre os dois países, além dos investimentos na exploração de petróleo e dos empréstimos concedidos pela China com o objetivo de financiar a recuperação da infraestrutura do país. Assim como em outros países africanos, Angola tem se voltado aos investimentos e ao apoio financeiro chineses, ao invés dos tradicionais parceiros ocidentais, devido à flexibilidade e a não imposição de uma agenda política pela China aos países africanos. (APEX, 2010, p. 13).

Como argumenta Ferreira (2005), segundo decisões do II Congresso do MPLA, realizado em 1985, haveria a necessidade de equacionar os problemas de fundo que se opõem nessas relações, nomeadamente, sobre o papel do investimento estrangeiro. Para o próprio presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, a China precisa de recursos naturais de Angola e Angola precisa da China para o seu desenvolvimento⁴¹. Neste sentido, a China emergiu como um país rival dos Estados Unidos da América no setor de exploração petrolífera em Angola, tanto na área comercial quanto em termos de investimentos. (APEX, 2010). Em 2009, ela fez um empréstimo de 1 bilhão de dólares para o setor agrícola, através do Banco estatal chinês.

Em março de 2004, o governo de Angola e a China assinaram, em Pequim, um acordo que garantia, ao primeiro, uma linha de créditos de dois bilhões de dólares dos Estados Unidos da América concedidos pelo banco chinês Eximbank, em troca do mesmo valor em petróleo angolano. Em fevereiro de 2007, Angola transformou-se no maior fornecedor mundial de petróleo à China, ao ultrapassar pela primeira vez a Arábia Saudita, vendendo 2,12 milhões de toneladas do crude⁴², contra os 1,98 milhões daquele país do Golfo. (ALVES, 2007). Para APEX (2010), isto se deve, em grande parte, ao acordo para a exploração,

⁴¹ Discurso feito pelo presidente da República em 2008.

⁴² Crude é o petróleo extraído dos poços e é composto por uma mistura de Hidrocarbonetos e por uma parte de não hidrocarbonetos.

firmado entre a Sonangol (maior empresa angolana do setor) e a Sinopec (maior empresa chinesa do setor). Em 2008, graças ao petróleo, Angola foi o maior parceiro comercial da China na África, com trocas comerciais avaliadas entre 25 a 31 bilhões de dólares, e um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares para investimentos na construção de infraestruturas, tendo como contrapartida a importação de petróleo angolano. (MACAUHUB, 2010).

Em janeiro de 2010, Angola foi o maior fornecedor de petróleo para a China, num momento em que as petrolíferas chinesas procuraram consolidar posições no *offshore* angolano, com a subida de 53% no valor das importações petrolíferas angolanas, a par de uma diminuição de 7% nas importações da Arábia Saudita. (MACAUHUB, 2010).

Para Macauhub (2010), apesar da crise de 2008, as relações comerciais entre Angola e a China atingiram os 17 bilhões de dólares americanos. Este modelo de parceria permite a Angola beneficiar-se, em contrapartida, de infraestruturas importantes para o seu desenvolvimento, as quais são construídas por empresas chinesas. As linhas de crédito são canalizadas para o financiamento de vários projetos nas áreas de energia, urbanização, saneamento e educação, entre outros.

Quais são os benefícios para a China com estes acordos? Muitos analistas buscam dar resposta a esta questão. Será a busca, pela China, de um *balance power* entre ela e outras potências, principalmente ocidentais, além da compra de petróleo? Ou por parte do governo de Angola do *bandwagoning*, ou seja, como interroga Alves (2007), a procura pelos Estados menos poderosos de parceiros fortes para coligação mutuamente vantajosas que permite-lhes dar um salto para o patamar almejado? Para este autor, além dos instrumentos de *hardpower*, a China tem apostado numa presença com o uso do *softpower*⁴³.

Os acordos entre China e Angola, no entanto, vão além das questões comerciais. Eles envolvem a migração de cidadãos chineses para Angola, que tem aumentado a cada ano. Em 2007, o número de chineses era de mais de 27 mil, com um aumento no ano seguinte de mais de 50 mil. Muitos hoje exercem atividades no comércio informal, como vendedores ambulantes. Isto, certamente, é uma falha de controle do governo de Angola. Hoje, em toda Angola, veem-se chineses, mesmo nos muceques⁴⁴ (nas periferias), principalmente da capital

⁴³ Softpower significa domínio por via cultural.

⁴⁴ Usando um entendimento com o Brasil equivaleria à favela.

Luanda, incluídos os que vivem de forma ilegal, exercendo atividades de toda a espécie, principalmente na construção civil e em serviços de copiadoras.

Acordos entre países são indispensáveis, mas ter sempre em conta a segurança nacional é condição central para os Estados, principalmente, contra o crime organizado e o terrorismo. Para a CIA (2006), as mudanças dos padrões geoestratégicos determinam a atividade dos sindicatos do crime organizado, fazendo alianças uns com os outros, devendo-se alastrar nos países ricos em recursos naturais e que estão a passar por significativas transformações políticas e econômicas. Ainda para o mesmo relatório, estes sindicatos do crime são consequências dos atuais padrões de migração, o que deve exigir maior controle dos Estados – respeitando a Carta Universal dos Direitos Humanos – para que a sua segurança não seja ameaçada, atentando às especulações imobiliárias e financeiras, ao monopólio dos serviços, principalmente de interesse estratégico nacional, o que parece estar a ocorrer com a fabricação de material de construção civil e importação de alimentos, em Angola, praticamente monopolizadas por cidadãos (empresas) da China e Índia, respectivamente. Esta deve ser uma preocupação central na política governamental, ou seja, “se de um lado há o Estado de direito, com sua legalidade e legitimidade, apoiado na sociedade civil, na ordem, nas normas e na justiça; de outro lado, completamente separado, há o crime organizado, que, com suas ações ilegais e nefastas à ordem, ameaça os valores, as instituições e a segurança do Estado e de seus cidadãos”. (CEPIK; BORBA, 2012, p. 9). Os dois últimos autores fazem esta argumentação para criticar a visão dualista que se tem do crime organizado, isto é, que enfatiza o fator exógeno a ele inerente. Por este fato, ampliam a sua abordagem, focalizando o fator endógeno do crime organizado, ou seja, para eles “[...] o crime organizado se insere em uma profunda, complexa e dinâmica matriz na qual a sociedade é, ao mesmo tempo – por diversos motivos e de modo ambivalente –, vítima de suas demonstrações violentas de força e beneficiária dos bens e serviços que provê”. (TOKATLIÁN, 1999, p. 169⁴⁵; *apud* CEPIK; BORBA, 2012, p. 9-10).

O que se denota, tanto na abordagem de Cepik e Borba, quanto na abordagem de Tokatlián é que o crime organizado é sustentado pelas próprias políticas dos Estados nacionais, onde este crime se insere. Para tanto, usam a abordagem de Andreas (1999), para enfatizar esta relação:

⁴⁵ TOKATLIÁN, Juan Gabriel. **Drogas, dilemas y dogmas**: Estados Unidos y la narcocriminalidad organizada en Colombia. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

“[...] a relação Estado-contrabandista é paradoxal: [...] o contrabandista é perseguido pelo Estado, mas ao mesmo tempo é mantido no negócio pelo Estado. O contrabandista é dependente do Estado em múltiplas formas. A mais óbvia e essencial é que as leis criadas pelo Estado oferecem a abertura para (e a alta rentabilidade do) contrabando acima de tudo”. (ANDREAS, 1999, p. 91⁴⁶; apud CEPIK; BORBA, 2012, p. 10).

Naturalmente o processo migratório internacional, principalmente ilegal é um dos sustentos deste crime organizado, devendo merecer um controle constante das políticas de segurança nacional dos Estados. A própria CIA (2006, p. 192), chama atenção a este fato, argumentando que “as mudanças nos processos de migração podem introduzir alguns tipos de crime organizado em países onde não existiam antes”, como é o caso de Angola que deve buscar novos parceiros comerciais para a sua política de desenvolvimento, sem ignorar o fator segurança interna ou segurança nacional, mesmo nas suas relações com a China. Ou seja, nas relações internacionais estão em jogo também a segurança nacional dos Estados, portanto, o governo de Angola não pode ignorar que tanto a China, quanto outros parceiros internacionais deverão estar a preservar os seus interesses nacionais e a sua segurança interna.

O contínuo crescimento da China é o motivo principal para a busca de novas regiões que possam sustentar as suas enormes necessidades por fontes energéticas e, conseqüentemente, o reforço do poder. Para Alves (2007), este comportamento é motivado por um *animus dominandi*⁴⁷ que encontra na figura do Estado o elemento central e que o impele a atuar, de modo concertado e racional, e de modo a procurar a segurança (desde logo a energética) e a sobrevivência. “As crescentes necessidades de energia por parte de Pequim devem fazer com que a China aumente seu papel ativo no mundo – no Oriente Médio, África, América Latina e Eurásia”. (CIA, 2006, p. 152). “A crescente demanda por energia – especialmente por parte das potências emergentes – terá, até 2020, forte impacto nas relações geopolíticas”. (CIA, 2006, p. 147). Esta tem sido a principal preocupação do governo dos Estados Unidos da América, cuja balança comercial com relação a Angola tem diminuído, ao contrário da China. Comparando as exportações de petróleo destes dois países, a partir de Angola, nos anos 2001 a 2005, e segundo argumentos de Oliveira (2007), as aquisições efetuadas pelos Estados Unidos cresceram 120%, enquanto que as aquisições efetuadas pela China cresceram em mais de 1000%.

⁴⁶ ANDREAS, Peter. Smuggling wars: law enforcement and law evasion in a changing world. In: FARER, T. (Org.). **Transnational crime in the Americas**. Londres: Routledge, 1999. p. 85-98.

⁴⁷ Alves (2007) cita o seguinte exemplo: admitindo que se tome de empréstimo a Aymeric Chauprade, admitindo ainda que a metade da população chinesa atinja um nível de crescimento equiparado ao que se vive no ocidente, o mercado interno chinês será equivalente ao NAFTA e a União Europeia.

Estas preocupações são relevantes, pois os Estados Unidos vêm seu poder, na África, ameaçado. Só Angola, juntamente com a Nigéria, representa quase 4 (quatro) milhões de barris de petróleo por dia – quase a metade da produção da África – sendo que as companhias americanas, só na última década, investiram 40 bilhões de dólares na região ocidental da África, com investimentos em torno de 30 bilhões entre 2005 a 2010. Desta forma é necessário que estes investimentos americanos retornem e que estes mercados não diminuam, principalmente com relação à China, seu principal rival econômico.

Em 2004, o governo de Angola renovou uma concessão do bloco zero (que produzia 400 mil barris de petróleo por dia) que fora concedida à Chevron-Texaco por mais de vinte anos. Esta concessão envolvia negociações que se arrastavam há muitos anos e que expiraria em 2010. No entanto, o presidente de Angola foi recebido pelo presidente Bush antes que o acordo fosse firmado, permitindo maior aproximação entre os dois Estados. Em 2008, Angola foi o quinto maior exportador para os EUA e o segundo para a China, em trocas comerciais que alcançaram a cifra de, aproximadamente, 25,3 bilhões de dólares americanos, o que fez 14 vezes os valores de 2000. (VINES et alii, 2009).

Deste modo, pode-se concordar com Alves (2007), segundo o qual, nas relações internacionais, são os interesses e as conjunturas que ditam a maior parte do processo de decisão. É o que tem ocorrido com Angola, que passou a ter um posicionamento estratégico privilegiado, ao produzir 2,2% do petróleo mundial no ano de 2007, além de possuir 0,7% das reservas mundiais conhecidas até este período (APEX, 2010).

São os rearranjos internacionais que devem determinar os caminhos a serem seguidos pelos países na via do desenvolvimento econômico. Cada país, com base na sua conjuntura ou estrutura interna, deve traçar políticas que diminuam as possíveis tensões existentes, fazendo acordos bilaterais ou multilaterais com outros países, mas que possam ser vantajosas para si. Cada país, cada governo, cada Estado, deve sempre, em seus acordos, preservar os interesses coletivos de seus cidadãos; povo este, que é, e deve sempre ser a sustentação de toda a política econômica que leve – ano após ano – à melhoria da segurança interna, preservando sempre os direitos fundamentais de seus cidadãos, principalmente as liberdades individuais.

Portanto, a segurança e defesa de seus cidadãos devem estar assentadas em modelos econômicos que sustentem os interesses nacionais. Mas qual o modelo econômico, no âmbito da segurança que Angola segue? No ensaio 3 seguinte, faremos uma abordagem teórica sobre

a relação entre economia e defesa, para posteriormente vermos, através de um modelo de regressão, se a política de gastos militares feita pelo governo de Angola influenciou de forma positiva (ou negativa) no seu crescimento econômico no período de 1975 a 2013.

3.6 Considerações Finais

Neste ensaio objetivamos trazer as discussões envolvidas sobre a política econômica de Angola, a partir de 1975, pois é recorrente ouvir-se nos discursos dos governantes angolanos que foi a guerra o motivo dos fracassos econômicos do país. No entanto, o que se mostrou no ensaio 2 é que o fracasso destas políticas esteve (está) sustentado basicamente nos equívocos da política econômica escolhida, principalmente devido à escolha do viés político do MPLA que esteve (em muitos casos hoje, ainda está) assente numa política centralizadora, de viés socialista, baseada, muitas vezes, nos interesses particulares das elites do país.

Importação de quadros estrangeiros sem a qualificação que o país necessita; o autoritarismo; os esquemas ou apadrinhamentos; a desvalorização dos quadros nacionais e, uma possível formação do crime organizado internacional em Angola são fatores que, certamente impactam negativamente no desenvolvimento de Angola e, portanto, ameaçam a segurança nacional. A perspectiva histórica e os acordos econômicos entre Angola/China, entre Angola/EUA são pontos essenciais quando se quer estudar a economia angolana contemporânea, pois foram estes, juntamente com a URSS que – direta ou indiretamente – “forjaram” o contexto político/militar e social atual de Angola.

Realçar alguns investimentos que o governo de Angola tem feito no exterior, através, principalmente da Sonangol permitiu-nos verificar o uso do petróleo em sua política externa e dar a sustentação da sua importância geopolítica, particularmente regional.

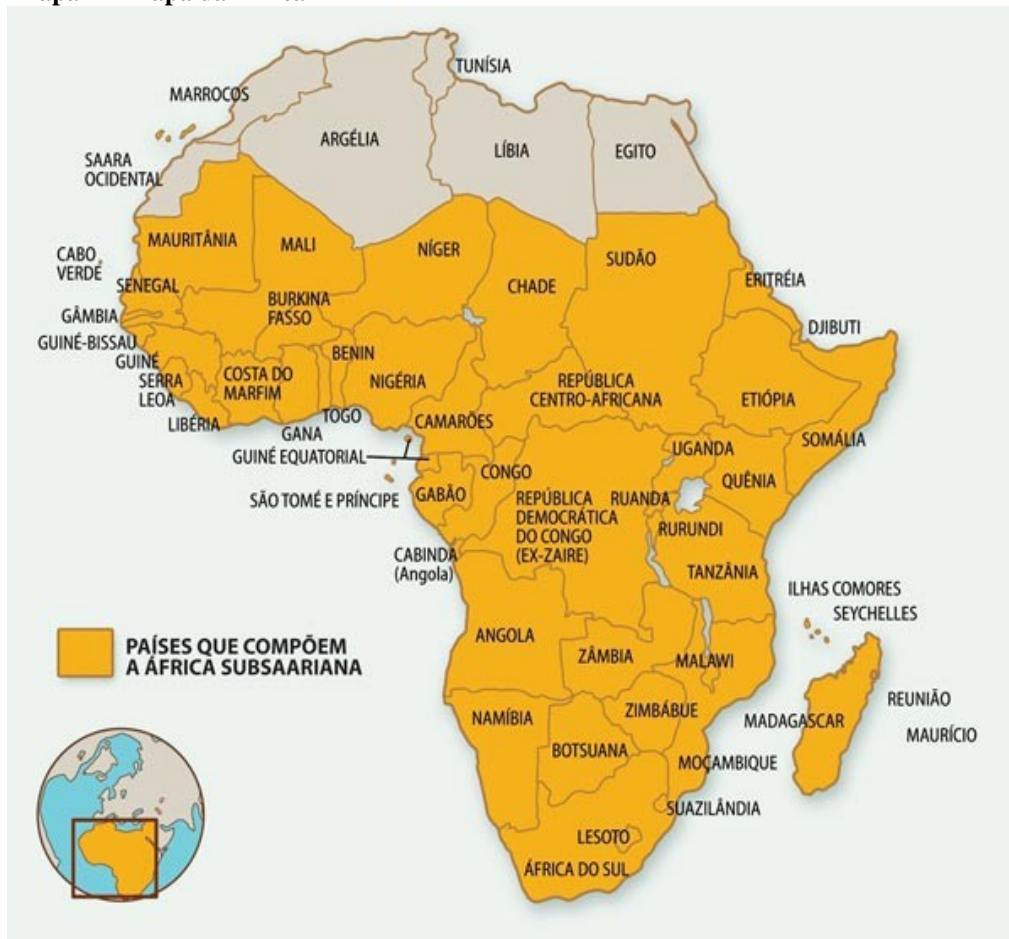
4 GASTOS MILITARES NA ÁFRICA SUBSAARIANA

Descrever os gastos militares efetuados na região da África subsaariana é de extrema importância, pois estes gastos implicam maior ou menor preocupação com a segurança nacional dos países em estudo. Este é o objetivo principal deste ensaio.

4.1 A geopolítica da África subsaariana

O continente africano tem cerca de 30,2 milhões de km, possuindo 52 países, três vezes o tamanho da Europa. O termo “subsaariana” deve-se ao fato de 47 países se situarem a Sul do Deserto do Saara, cuja população é majoritariamente de cor negra. No Mapa 4, pode ser vista toda a África, com a sua região Norte e Sul.

Mapa 4 – Mapa da África



Fonte: Google Map⁴⁸.

Os recursos naturais africanos sempre foram motivos para grandes disputas entre as maiores potências internacionais, como aconteceu com a Conferência de Berlim. Por

⁴⁸ Hoje o Sudão está dividido em dois países: Sudão e Sudão do Sul.

exemplo, como argumenta Boavida (1981), o conjunto Congo – Zâmbia – Rodêsia⁴⁹ – Malawi – Moçambique – África do Sul – Angola⁵⁰ constituiria o maior império minério do mundo, a mais formidável concentração de metal do planeta, produzindo metade dos diamantes, metade do alumínio, um terço do cobre e do cromo, sessenta por cento do ouro e do cobalto, quarenta por cento do manganês, quinze por cento do chumbo e do estanho e dez por cento do urânio mundiais.

Ainda, para Boavida (1981), para que nada falte, as jazidas de petróleo são consideráveis, principalmente em Angola, Nigéria, Gabão, Argélia e Líbia. É verdade, no entanto, que outros recursos com potenciais econômicos consideráveis foram descobertos e explorados, como é o caso do Ferro, Cobre, Níquel, Estanho, Urânio, etc. Com o final da Primeira Guerra Mundial, houve uma nova partilha do continente africano, e a Alemanha – a derrotada – viu-se excluída de suas pretensões de colonizar o sul de Angola. Desta forma, os caminhos ficaram livres para a França e a Inglaterra, que se ocuparam da África Ocidental e Oriental, respectivamente. Assim sendo, Angola e Moçambique, por exemplo, nos anos vinte, tornaram-se alvos potencialmente vantajosos, política e economicamente viáveis aos interesses dos britânicos. (BOAVIDA, 1981).

A região da África subsaariana, também chamada de “África Negra”, foi quase totalmente explorada durante a época do comércio de escravos, e seus territórios são frutos advindos dos Acordos de Berlim, com suas consequências já citadas anteriormente, o que levou a muitos conflitos internos e externos.

A atual contextualização geopolítica da África pode ser feita com base em um compartimento de características próprias, embora existam tensões sociais, militares e econômicas muito parecidas⁵¹.

Por uma parte se distingue o norte da África Ocidental (Magreb) e a Oriental (Masrek). Estados com fisionomia árabe e mediterrânea, mais ligados ao mundo Mediterrâneo do que com seus vizinhos do Sul (África subsaariana). Nesta região estão Mauritânia, Saara Ocidental, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito e em menor proporção o Sudão (dividido hoje em Sudão do Norte e Sudão do Sul).

Duas grandes potências regionais são a Nigéria e a África do Sul, que, junto com a Argélia, Egito e Senegal, impulsionam a Nova Associação para o Desenvolvimento da África (NEPAD), orientada para reforçar a capacidade de atuação política dos Estados africanos,

⁴⁹ Atual Zimbábue.

⁵⁰ Segundo Boavida (1981) o subsolo do Malauí e do atual Zimbábue é muito menos rico que os demais.

⁵¹ Para maiores detalhes desta caracterização veja: ESPANHA, 2013.

relançar suas economias e inverter o processo de desestabilização e desintegração política e social que muitos se encontram. Nigéria e África do Sul são hoje as duas maiores economias e potências militares da África. De um lado, a Nigéria se apresenta como a maior potência regional do Golfo da Guiné, mas vive intensa instabilidade política e militar devido, principalmente, ao que acontece na atualidade num conflito interno com o grupo Boko Haram, que recentemente raptou mais de 300 crianças do seu país. Por outro lado, a África do Sul é a maior potência regional na região da África Austral, possuindo também o melhor ensino de todo o Continente. Tem, porém, um dos maiores índices de contaminados pelo vírus HIV, devido, principalmente, à antiga política de segregação racial do Apartheid.

Outro grupo de países é o que é caracterizado por sua grande fragilidade política, econômica e social e por sua fraca abertura para o exterior: Mali, Níger, Chade e a República Centro Africana. Para Espanha (2014), suas estabilidades se encontram fortemente relacionadas com fenômenos tão antagônicos como suas variações climáticas, as turbulências internacionais ou a instabilidade de países vizinhos como a Nigéria. Existe nestes países uma forte presença francesa, o que por um lado pode ter contribuído para a estabilidade dos mesmos, mas por outro, devido à sua política imperial, aumentou a instabilidade regional.

Outro grupo de países são os que tiveram nos últimos anos um alto crescimento agropecuário, o que lhes permitiu diversificar sua economia e a substituição progressiva das importações. São eles Tanzânia, Quênia, Madagascar, Uganda, Camarões e um grupo de nações mais estáveis, que se estende do Senegal até a Nigéria. No entanto, este modelo está hoje em crise, devido à pressão da dívida externa, à exaustão e má exploração dos recursos, à ausência de mecanismos estabilizadores dos mercados internos e à volatilidade nos preços internacionais das commodities de exportação. (ESPAÑA, 2014). Uma questão importante é a presença constante em muitos destes países de potenciais conflitos, somando-se ao estancamento econômico causado por políticas de concentração de renda e pelo empobrecimento da maior parte da população, que procura na emigração a melhor forma de vida (Costa do Marfim, Serra Leoa e Libéria, por exemplo).

Outro importante grupo é o que é caracterizado por suas políticas de exportações de minerais (Guiné, Mauritânia, Libéria, Níger, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Zâmbia e Mauritânia) ou (Angola, Gabão, Congo e Nigéria), cuja dinâmica está associada aos solavancos nos preços das matérias-primas, às estratégias das empresas multinacionais e às fórmulas na produção, comercialização e espraçamento dos frutos das vendas executados por estes Estados, muitos deles presos na corrupção e nos constantes desvios de fundos estatais. Esta região do Golfo da Guiné possui forte importância regional, uma vez que “[...] se ha

convertido en un área estratégica de importancia creciente, siendo el petróleo el factor geopolítico fundamental, por el que compiten de manera creciente las compañías europeas, norteamericanas y, recientemente, chinas⁵². (ESPAÑA, 2014, p. 21).

Há ainda aquela região que frequentemente vive em tensões bélicas, muitas fundamentadas por questões étnicas, ou por disputas por determinados territórios devido a questões de água: Somália, Sudão do Norte, Sudão do Sul, Burundi, Ruanda, República Democrática do Congo, Etiópia e Eritreia.

Por último, existe um conjunto de países que possuem bons modelos econômicos, o que tem permitido estabilidade política devido a uma boa gestão dos seus recursos minerais e boa abertura para o exterior, obtendo ganhos de capital. São eles Botsuana e as Ilhas Maurício.

Apesar destas separações, estes Estados, principalmente os da África subsaariana, possuem, na sua maior parte, fatores de riscos parecidos e, devido as suas repercussões geopolíticas, podem ser destacados os seguintes: nível de corrupção alto, tensões militares, baixo nível de saneamento, falta de água e eletricidade, forte presença de enfermidades de alto risco (HIV, por exemplo), dentre outros. Portanto é plausível fazer um modelo econométrico usando parte do conjunto destes países.

4.2 Economia da defesa e crescimento econômico

Uma das características fundamentais para se definir um Estado é a sua soberania, que o permite tomar decisões que possam fazê-lo enfrentar as ameaças contra a estabilidade sócio-política e econômica da sua sociedade. Esta soberania está ligada ao poder que o Estado tem de defender os seus cidadãos – também sob o ponto de vista militar – tanto das ameaças internas quanto das de invasores externos. Neste contexto, os gastos com a defesa ou segurança interna surgiriam através das decisões soberanas, tendo como ponto central os diferentes níveis de percepções que estes Estados têm quanto às ameaças presentes e futuras sobre seus territórios.

Sabe-se que gastos com a defesa, evidentemente, criam custos de oportunidades cujos impactos podem afetar negativamente os investimentos que poderiam ser feitos nos financiamentos das políticas sociais, principalmente as de diminuição da pobreza e na área da saúde e educação, por exemplo. Levando em conta esta visão, Baddeley (2005), argumenta que o conflito armado, a guerra, particularmente a civil, tem efeitos de longo prazo sobre as

⁵² Converteu-se em uma área estratégica cada vez mais importante, sendo o petróleo o fator geopolítico essencial para empresas norte-americanas, europeias e recentemente chinesas.

economias dos países em crescimento. Por outro lado, para Benoit (1972, 1978), os conflitos incentivam o crescimento de recursos humanos e são essenciais para alavancarem as infraestruturas das economias pobres, ou seja, conflitos trazem efeitos positivos para determinadas sociedades. Esta última visão de Benoit, no entanto, parece equivocada, partindo-se do pressuposto de que um dos objetivos da guerra é o de tornar inertes as infraestruturas dos inimigos, a fim de deixá-lo enfraquecido, causando-lhes tensões sob o ponto de vista geopolítico, social e econômico. Ou seja, segundo Clausewitz (2007), para se vencer uma guerra, o oponente deve ser convencido da derrota, isto é, deve ser obrigado – usando-se a força letal – a fazer a nossa vontade. É neste sentido que Michelle Baddeley, contrapondo-se aos argumentos de Benoit, argumenta que:

“This view underplays the negative impacts of conflict in terms of the destruction of essential institutions within poor countries, particularly financial institutions. War and conflict will retard/reverse the evolution of financial institutions and will create substantial and prolonged constraints on the availability of finance in developing economies”. (BADDELEY, 2005, p. 1)⁵³.

Portanto, ignorar a importância das instituições que compõem a sociedade de um país em guerra armada – como foi o caso de Angola até 2002 – é desconhecer os objetivos de uma guerra. Que efeitos, afinal, teria uma guerra, se não causassem tensões que pudessem ameaçar a existência das instituições governamentais de um país; se não tivesse como um possível objetivo a destruição das infraestruturas que dão suporte à manutenção da guerra do oponente? No caso do governo de Angola, em que a segurança interna ou a defesa nacional⁵⁴ dependiam da presença de instituições que serviam como instrumentos de coerção ou dissuasão para a atividade da guerra, a existência de infraestruturas era de indispensável importância para a continuação de um governo legítimo e para a aceitação de um Estado legítimo e soberano pela sociedade interna e externa.

No entanto, apesar de parecer equivocada, a visão de Benoit, quando olhada sob o ponto de vista da oferta, como ocorrera nas Grandes Guerras, nos EUA, os efeitos dos gastos militares para o crescimento econômico podem sim ser positivos. Observando-se mesmo o lado da demanda é possível haver efeitos positivos, uma vez que os investimentos em defesa podem passar para os investidores, por exemplo, a ideia de estabilidade interna e de segurança

⁵³ Essa visão subestima os impactos negativos do conflito em termos de destruição de instituições essenciais nos países pobres, particularmente as instituições financeiras. Guerra e conflito retardam ou invertem a evolução das instituições financeiras e criam restrições substanciais e prolongadas sobre a disponibilidade de financiamento nas economias em crescimento.

⁵⁴ Neste trabalho consideraremos o conceito de Defesa Nacional e de Segurança Interna como sinônimos.

no retorno dos seus investimentos, o que incentiva novos investimentos, impactando de forma positiva no crescimento econômico dos países.

Ou seja, a presença de instituições governamentais é de vital importância para o fornecimento à sociedade dos bens públicos que possam satisfazer às necessidades básicas de sua população, sendo a defesa ou segurança do Estado uma dessas necessidades. Portanto, os aspectos da instabilidade política/institucional são de extrema importância quanto aos seus efeitos sobre o crescimento, tendo uma relação inversa entre estas variáveis. (BARRO (1991) e ALESINA e PEROTTI (1996)). Ainda para Barro (1991), o crescimento econômico de um país depende tanto dos investimentos em capital físico (equipamentos, edificações, fábricas, pontes, estradas, etc.) quanto dos investimentos em capital humano (educação e saúde que podem gerar como impacto a elevação do nível de produtividade da força de trabalho). Ou seja, os investimentos em segurança poderão incentivar o crescimento destes fatores e, portanto, olhando o lado da demanda, os gastos militares podem ter efeitos positivos no crescimento econômico. (AIZEMANN; GLICK, 2003) Esta (o lado da demanda dos gastos militares) será a abordagem seguida neste trabalho.

Para Milla (2005, p. 17):

Por lo tanto, em términos estrictamente económicos, la Defensa y Seguridad se encuentra en la categoría de un Bien Público al igual que otros como son la Educación y la Salud. En consecuencia, la producción de este Bien Público estará en relación directa a una función Demanda y a una función Oferta por este Bien. Esto significa que el Estado es el único responsable y único ofertante o proveedor del bien público Defensa y Seguridad Interna en forma permanente, en términos de seguridad nacional, incluyendo la seguridad externa como la seguridad ciudadana⁵⁵.

Neste sentido, considerando a economia como o estudo da alocação eficiente dos recursos escassos dentre os vários possíveis usos, a Economia da Defesa é o ramo da economia que envolve o estudo e a aplicação do racionamento econômico aos temas relacionados à defesa. (SANDLER e HARTLEY, 1995). Para Milla (2005), a Economia da Defesa é o ramo da economia que se encarrega de estudar e analisar os recursos atribuídos às Forças Armadas pertencentes ao sistema de Defesa Nacional com a finalidade de satisfazer a necessidade natural dos Estados em gerar um poder militar dissuasivo ou coercivo que lhe permita alcançar seus objetivos em matéria de segurança.

⁵⁵ Portanto, em termos estritamente econômicos, a defesa e a segurança se encontram na categoria de um bem público, tal como outros, como a educação e a saúde. Como consequência, a produção deste bem público estará em relação direta com uma função demanda e uma função oferta por este bem. Isto significa que o Estado é o único responsável e o único ofertante ou provedor do bem público defesa e segurança interna de forma permanente, em termos de segurança nacional, incluindo a segurança externa, bem como a segurança dos seus cidadãos.

Não se pode ignorar, portanto, o papel social que a Segurança Nacional tem para a estabilidade dos Estados. Ou seja, a defesa é um insumo de extrema importância para a estabilidade interna dos países, isto é, a produção constante da segurança interna ou da defesa nacional deve ser fator preponderante para a estabilidade e para o crescimento econômico dos países. Assim sendo, a maneira como um país faz o uso de seus insumos – como no caso particular da defesa ou segurança nacional – é o que define o nível de expansão de seu produto interno.

Considerando-se a taxa de crescimento populacional e o crescimento da poupança pelo modelo de Solow (1956), pode-se concluir que os países mais pobres tendem a ter uma taxa de crescimento maior que as dos países ricos. Ou seja, quanto menor o nível inicial do PIB per capita, maior é a sua taxa de crescimento, como o que tem ocorrido com Angola, principalmente nos anos de paz. Para este e outros autores, no longo prazo as economias tendem a convergir para um estado estacionário, porque economias com baixas relações capital/trabalho tendem a observar altas taxas de retorno para o capital e, neste sentido, altas taxas de crescimento. (Ramsey (1928), Solow (1956), Cass (1965) e Koopmans (1966)). Isto também pode ocorrer devido a uma eficiente política governamental e capital humano inicial, por isso enfatiza-se aqui que o governo de Angola deve incentivar e investir no crescimento e valorização dos quadros nacionais, focalizando o ensino e a ciência de excelência. (BARRO ; SALA-I-MARTIN, 1995).

Lucas (1988) e Romer (1994), argumentam que a taxa de crescimento de longo prazo deve ser determinada dentro dos modelos, ou seja, modelos de crescimento endógenos que levam em consideração o enfoque da tecnologia e do conhecimento. Ou seja, Lucas e Romer vão trazer à tona o papel das inovações incorporadas no modelo shumpeteriano, incorporando, desta forma, o capital humano e os efeitos de *spillover* em seus modelos. Para Barro (1991), o gasto do governo pode ser visto como um complemento do gasto privado. Ou seja, os gastos públicos possuem características improdutivas quando voltados a áreas as quais competem com o setor privado. Assim sendo, os gastos fiscais refletem decisões políticas, nas quais alguns grupos são mais privilegiados, isto é, mais influentes do que os outros. Porém, no caso da defesa do Estado, dar ao setor privado esta incumbência poderia criar instabilidade, porque a sua melhor escolha seria o de maximizar o seu lucro, podendo incorrer ao risco de atropelos aos direitos humanos, na defesa de regiões cujo incentivo para o seu lucro econômico fosse maior, em detrimento da segurança de todos os cidadãos.

No entanto, qualquer que seja o pressuposto teórico sobre crescimento econômico, quando se trata da economia da defesa importa salientar que não existe um melhor modelo,

mas sim o modelo que melhor se ajusta aos dados e melhor explica o gasto da defesa ou gasto militar de um país, conjunto de países ou regiões. É o que descrevemos a seguir.

4.3 Modelos econômicos dos gastos militares

Os gastos que são feitos para a defesa ou segurança dos Estados provocam externalidades para as economias dos países e podem causar *trade-off* com relação aos investimentos produtivos em saúde, educação e infraestrutura, como foram constatados em vários estudos. (DUNNES et alii, 2002; DUNNE e VOUGAS, 1999; ASSEERY, 1996; WARD e DAVIS, 1991; SCHEETS, 1991). A busca de evidências que possam verificar se tais externalidades são positivas ou negativas, ou seja, se os impactos decorrentes dos gastos militares têm provocado para as economias dos Estados efeitos positivos ou negativos, é o foco deste trabalho.

Para Wilkins (2004), os gastos em defesa ou em segurança são componentes da política fiscal que têm inúmeros impactos teóricos possíveis sobre a economia, podendo ser positivos ou negativos, dependendo da maneira como estes gastos são feitos. Para Dunne et alii (2013, p. 2), “[...] the standard economic account of the determination of military expenditures by a nation emphasizes perceptions of: the threats to its security; its ability to pay, usually measured by GDP; and the opportunity costs of military expenditures [...]”⁵⁶. Enfatizando esta ideia, Dunne e Smith (2010) argumentam que estas percepções são medidas por instituições políticas e burocráticas internas, incluindo, talvez, um complexo militar industrial.

Os primeiros estudos sobre a influência dos gastos militares surgiram para verificar se os gastos em defesa melhoram ou pioram o crescimento econômico dos países. Um dos trabalhos iniciais foi o de Benoit (1972, 1978), o qual proporcionou argumentações para trabalhos posteriores com diferentes perspectivas teóricas. Destas discussões surgiram vários modelos keynesianos, neoclássicos e estruturalistas, com especificações para diferentes países, o que permitiu que se fizessem estudos para países, individualmente.

O uso de modelos econométricos faz-se necessário quando se quer inferir sobre a influência dos gastos militares ou em segurança interna sobre o crescimento econômico ou até mesmo sobre o desenvolvimento econômico de determinado país ou conjunto de países. Vários são os modelos, mas o seu uso vai depender do tipo de dados existentes e da

⁵⁶ A contabilidade econômica padrão para a determinação dos gastos militares de uma nação enfatiza as percepções das ameaças à sua segurança, à sua capacidade de pagamento, geralmente medido pelo PIB e os custos de oportunidade inerentes aos gastos militares.

perspectiva teórica a ser utilizada. Estes modelos têm sido testados com base no uso de teorias, mesmo que, de alguma forma, estes não possam ser verificáveis.

Nos pontos seguintes, faremos a abordagem acerca dos mais importantes modelos.

4.3.1 Modelo de Feder-Ram

Um dos modelos mais populares que tentam captar os efeitos econômicos dos gastos da defesa é o de Feder-Ram. Neste modelo, é considerado o lado da oferta. Feder (1983) analisou o impacto do setor de exportações sobre o crescimento econômico de países desenvolvidos. Dividiu a economia em dois setores: um, o setor de exportação avançada, e outro o setor orientado para o consumo interno, observando uma externalidade positiva do setor avançado sobre a economia. Ele faz uma distinção no seu modelo de dois setores entre uma produção civil (C) e outra militar (M), empregando ambos os setores trabalho homogêneo (L) e capital (K), realçando que a produção militar causa efeito externo sobre a produção civil, ou seja:

$$M = M(L_m, K_m); C = C(L_c, K_c) = M(L_c, K_c) \quad (1)$$

As restrições de dotação são dadas por:

$$L = \sum_{i \in S} L_i \quad k = \sum_{i \in S} k_i \quad S = \{m, c\} \quad (2)$$

A renda doméstica é dada por:

$$Y = C + M \quad (3)$$

Para Dunne et alii (2005), este modelo possui inúmeros problemas, particularmente ao viés de simultaneidade e a falta de um fator que capture a dinâmica das variáveis, isto é, a sua forma estática, ou seja, o não uso da defasagem dos gastos com a defesa. Ainda para os mesmos autores a soma, entre “manteiga (C)” e “arma (M)”, na equação 3 só é admissível se representarem os valores monetários ao invés de quantidades de produção e, devido a estas inquietações, sugerem que este modelo deva ser evitado.

A equação 3 pode ser reescrita como:

$$Y = P_c Cr(L_c, K_c) + P_m Mr(L_m, K_m) \quad (3')$$

Onde P_m e P_c denotam as constantes unitárias, ou seja, os preços reais associados com as grandezas reais de produção (Cr e Mr). Este modelo permite que os produtos marginais de capital e trabalho possam diferir entre os dois setores, através do uso de uma constante de proporção uniforme, isto é:

$$\frac{M_L}{C_L} = \frac{M_K}{C_K} = 1 + \mu = \frac{P_m Mr_K}{P_c Cr_K} = \frac{P_m Mr_L}{P_c Cr_L} \quad (4)$$

Os dois últimos lados da equação 4 servem para destacar que as comparações das produtividades marginais através dos diferentes setores de produção dependem, necessariamente, dos preços utilizados na avaliação das produções setoriais.

A diferenciação proporcional de (3) com (1) e (2) produz a equação de crescimento:

$$\dot{Y} = \frac{M_L L}{Y} \dot{L} + C_K \frac{I}{Y} + \left(\frac{\mu}{1+\mu} + C_M \right) \frac{M}{Y} \dot{M} \quad (5)$$

Onde a notação “ponto” em $(\dot{Y}, \dot{L}, \dot{M})$ indica as taxas proporcionais de mudança e, $I = dK$, denota o investimento líquido⁵⁷.

Dunne et alii (2005), observam, no entanto, que, a noção de um diferencial da produtividade marginal dos fatores entre os setores em (4) é a fonte de uma série de armadilhas de interpretação. Para estes autores, na literatura empírica, um μ não nulo é habitualmente interpretado como a reflexão de uma situação em que um setor é "menos eficiente" ou "menos produtivo" na sua utilização dos fatores do que o outro, devido à presença de algum tipo de falha organizacional ou de ineficiência que afligem o setor. Argumentam que um sinal negativo em μ ⁵⁸ pode significar, de um lado, em comparação com o setor civil, que o setor militar é consideravelmente menos eficiente, ou, por outro, que o setor civil é mais produtivo do que o setor de defesa, pois a defesa é menos sujeita a rigores da disciplina de mercado. Posteriormente, Biswas e Ram (1986), aplicaram o mesmo modelo, usando uma seção transversal para cinquenta países menos desenvolvidos.

Como alternativa às falhas na interpretação, o que se tem feito é o uso do modelo endógeno ampliado de Solow.

4.3.2 Modelo de Solow Aumentado

O modelo apresentado a seguir está baseado em Ward et alii (1991), cujo resultado é um refinamento do modelo de Feder (1983), onde o efeito da externalidade, juntamente com as diferenciais dos fatores de produtividade, são separados dos gastos de defesa:

$$\frac{Y'}{Y_{-1}} = \alpha \frac{I}{Y_{-1}} + \beta \frac{L'}{L_{-1}} + \left(\frac{\delta}{1+\delta} - \theta \right) \frac{M'}{Y_{-1}} + \theta \frac{M'}{M_{-1}} \quad (6)$$

Simplificando:

$$\frac{Y'}{Y_{-1}} = \alpha \frac{I}{Y_{-1}} + \beta \frac{L'}{L_{-1}} + \gamma \frac{M'}{Y_{-1}} \quad (7)$$

⁵⁷ Veja mais detalhes sobre os procedimentos usados sobre Feder-Ram em Dunne et alii (2005).

⁵⁸ Citando Ward et alii (1993) e Sezgin (1997), respectivamente.

Onde Y é a produção econômica, I é o investimento, L é a força de trabalho, M são os gastos militares e o traço sobre as variáveis denotam suas diferenciais. Da mesma forma, $\frac{Y'}{M_{-1}}$ representa o tamanho do efeito dos gastos da defesa e $\frac{M'}{M_{-1}}$ representa as externalidades da defesa. O δ representa o diferencial de produtividade entre os setores militares e civis, sendo α , θ e β os parâmetros do modelo.

Para Yildirim et alii (2011), mesmo que *a priori* esperássemos efeitos positivos dos investimentos do trabalho, o estudo não ofereceu as expectativas sobre o efeito do tamanho dos sinais e o efeito das externalidades da defesa, não chegando a uma conclusão clara sobre a natureza das despesas das forças armadas em relação ao crescimento econômico. Para melhorar esta interpretação, o que tem sido usado é o modelo ampliado de crescimento de Solow.

Para Dunne et alii (2005), o refinamento do modelo original de Solow foi introduzido por Mankiw et alii (1992) e usado para medir o efeito das despesas militares no crescimento por Knight et alii (1996), cujo pressuposto fundamental era de que a parte das despesas militares (M/Y) afetavam a produtividade dos fatores através de um efeito de nível sobre o parâmetro de eficiência que controla o aumento do fator trabalho.

O ponto inicial deste modelo começa com uma função neoclássica com aumento do fator trabalho e o progresso tecnológico:

$$Y(t) = K(t)^\alpha [A(t)L(t)]^{1-\alpha} \quad (8)$$

Onde Y denota a renda real agregada, K é o estoque de capital real, L é o trabalho, e o parâmetro tecnológico A , evolui de acordo com:

$$A(t) = A_0 e^{gt} \quad (9)$$

Onde g é a taxa exógena de progresso técnico Harrod-neutro e m é a parcela das despesas militares do PIB.

Usando a especificação 9, uma mudança permanente em m não afeta a taxa de crescimento de longo prazo no estado de equilíbrio, mas tem um potencial efeito permanente no nível do PIB per capita ao longo do tempo de crescimento de estado estacionário e, afeta as taxas de crescimento transitório ao longo do caminho para o novo equilíbrio de estado estacionário. (DUNNE et alii, 2005, p. 12).

Portanto, inclui uma variável defasada da defesa, do lado direito da equação e, que é dinâmica, ao contrário ao que ocorre no modelo de Feder-Ram, que é estático.

A equação (10) a seguir aproxima as dinâmicas transitórias de produção por unidade de trabalho eficaz em um momento do estado estacionário:

$$\frac{\partial \ln Y}{\partial t} = (\alpha - 1) + (n + g + d) \left[\ln y(t) - \ln \dot{y} \right] \quad (10)$$

Onde n é taxa constante de crescimento da força de trabalho, d é uma taxa determinada de depreciação do capital e, \dot{y} é o nível de estado estacionário por unidade de produção de trabalho efetivo.

Este modelo exclui os gastos não militares feitos pelo governo, além de excluir os efeitos das externalidades da defesa, o que reduz a possibilidade da presença de multicolinearidade. É o que se demonstra a seguir:

$$\begin{aligned} \Delta \ln y(t) = & \beta_0 + \beta_1 \ln y(t-1) + \beta_2 \ln s + \\ & + \beta_3 \ln(n + g + d) + \beta_4 \ln m(t) + \\ & + \beta_5 \ln m(t-1) + \mu \end{aligned} \quad (11)$$

Onde Δ representa a diferença (variação), Y é a renda nacional, s especifica a poupança do setor privado como fração do PIB, g é o progresso tecnológico, n é a taxa de crescimento da força de trabalho, d é a depreciação do capital e m denota os gastos do PIB com a parcela da defesa.

A equação 11, geralmente, é usada em modelos nos quais se pretende estimar dados *cross-section*, ou seja, utilizando-se dados do início e do final de um ano. (DUNNE, 2005). Observa-se que também neste modelo a variável dependente é a taxa de crescimento do PIB, que é uma função do grau de investimento (neste caso $I=S$) e da taxa de crescimento da força de trabalho, sendo que a taxa de crescimento e a fração do crescimento do produto, dos gastos militares aparecem como frações correntes e defasadas, o que garante a dinâmica do modelo.

4.3.3 Modelo de Aizenman e Glick

Aizenman e Glick (2003) usaram o modelo de Barro (1990), pois este permite explicitar as formas dos gastos do governo que são financiados a partir da cobrança de impostos, o que pode influenciar a produção através da função de produção, tendo uma função de utilidade explícita para o agente representativo. Neste estudo, os dois autores realizarão a ampliação do modelo de Barros (1990), fazendo uma interação entre o crescimento, os gastos militares e as ameaças externas. Para Dunne et alii (2005), a inovação interessante apresentada por Aizenman e Glick é que a produção é influenciada pela segurança e despesas militares em relação à ameaça à estabilidade dos países.

A forma reduzida do produto no modelo de Aizenman e Glick (2003) é dada por:

$$Y = A(k)^{1-a} (g)^a f \quad (12)$$

Onde A é um fator de produtividade exógena, k é a relação capital/trabalho, g é a taxa da relação infraestrutura/trabalho e $(1-a)$ mede o custo da produção das ameaças de rivais externos atuais ou potenciais. Assume-se que este custo depende negativamente dos gastos militares domésticos e positivamente do índice da magnitude das ameaças.

Para simplificar a equação 12, é dada a seguinte forma funcional:

$$f(g_m, z) = \frac{g_m}{g_m + z}; f_{g_m} > 0; f_z < 0; f(0, z) = 0; f(\infty, z) = 1; 0 < f < 1 \quad (13)$$

Onde g_m é o gasto militar nacional e z é o nível de ameaça externa. Para os autores, esta especificação implica que é medida em unidades que sejam comparáveis às despesas militares nacionais para que g_m e z possam ser agregadas.

A segurança é medida pela despesa militar em relação à ameaça externa e isso produz um efeito não linear das despesas militares. Estas têm um efeito positivo sobre a produção quando a ameaça é alta, e um efeito negativo quando é baixa. Os horizontes temporais destes efeitos são muito diferentes: alguns são de curto-prazo, outros de longo-prazo, sendo que todas as medições e uso de modelos devem ser feitos com base em seus contextos particulares.

No modelo 13, pode ser introduzida a corrupção como gasto de impostos fiscais na atividade de gastos militares e não-militares do governo, com uma taxa t_c e, desta forma, o produto com a corrupção é representado como:

$$Y = A(k)^{1-a} (g[1-t_c])^a \frac{g_m^{1-t_c}}{g_m[1-t_c] + z} \quad (14)$$

Como se sabe, a segurança de pessoas e de bens contra ameaças internas ou externas é essencial para o funcionamento dos mercados, sendo os principais incentivos para o investimento e inovação e, conseqüente, melhoria das infraestruturas. Ou seja, à medida que as despesas militares aumentam e, conseqüentemente, aumenta a segurança interna de um país, pode-se aumentar a produção. Isto ocorre uma vez que os investidores se sentem mais seguros, pois “em muitos países pobres, a guerra e a falta de segurança são os principais obstáculos ao crescimento econômico”. (DUNNE et alii, 2005, p. 4). Expandido a equação 14 e usando a taxa ϕ dos gastos em infraestruturas não militares temos:

$$g_m = \phi g \quad (15)$$

O esforço fiscal total de ambos os gastos militares e não militares é dado por:

$$(1+\phi)g \quad (16)$$

Para Aizenman e Glick (2003), o resto da especificação do modelo é igual à encontrada em Barros (1990), sendo que o desembolso fiscal é financiado por um imposto ou taxa proporcional τ :

$$(1+\phi)g = \tau y \quad (17)$$

Desta forma, seguindo ainda a metodologia sugerida por Barros (1990), pode-se obter a taxa de crescimento do Produto:

$$\dot{\gamma} = \frac{\dot{y}}{y} = \frac{1}{\sigma} [(1-\tau) \frac{\partial y}{\partial k} - \rho] \quad (18)$$

Os efeitos positivos dos gastos militares têm limites e variam de país para país, devendo-se levar em conta as eficiências e o grau dos gastos, o fator de corrupção, tanto das transações, quanto de outras instituições dos países, bem como o nível de conhecimento dos agentes sobre determinada tecnologia militar (eficácia das despesas militares na luta contra a ameaça).

Neste sentido, o ponto a seguir faz uma digressão sobre o modelo que foi usado para analisar o impacto dos gastos militares contexto da África Subsaariana, fazendo uma aproximação para Angola.

4.4 Estimação não-paramétrica para os gastos militares de 32 países da África Subsaariana

Como fora argumentado no decorrer deste trabalho, buscar as evidências sobre os impactos dos gastos militares no crescimento dos países não é um processo simples, principalmente porque existem limitações nos dados existentes, como ocorre no caso específico de Angola. Para diminuir o impacto desta restrição, o modelo que foi elaborado considera um conjunto de países da África Subsaariana (dados em *cross-section*). Naturalmente, os resultados podem variar de acordo com os fundamentos teóricos, as especificações do modelo, a amostra dos países abrangidos e o período de tempo analisado. (DUNNE et alii, 2013).

Seguiremos neste trabalho a abordagem de Aizenman e Glick (2003) e Dunne et alii (2013), usando a ferramenta de Bootstrap, observando principalmente o lado da demanda e partindo da hipótese de que gastos militares advindos de uma possível ameaça externa podem impactar positivamente o crescimento econômico.

4.4.1 Metodologia

Para a elaboração do modelo de regressão, fizemos o uso dos dados de despesas de defesa anuais fornecidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*, e para os dados do PIB foram usadas as informações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Devido a limitações nos bancos de dados para estas duas fontes, usamos como estratégia o uso de médias anuais de dois períodos: 1975 até 2001 e de 2002 até 2013. O uso destes dois intervalos, mesmo se tratando de uma amostra de 32 países, justifica-se pelo fato de, em média, os referidos países estarem ou em guerra ou com tensões militares internas. Portanto, acreditamos diminuir o erro na análise usando estes territórios, como forma de obtermos uma especificação mais robusta. Para a análise gráfica individual para Angola, usamos – em milhões de dólares americanos – tanto os dados anuais do FMI e *SIPRI*, quanto os do *PENNWORLD*, todos disponíveis em 2014.

Para proceder à nossa investigação empírica, utilizamos uma estimação não-paramétrica, que é usada quando não se tem um modelo probabilístico associado aos dados e quando a limitação no tamanho dos dados não justifica o uso de outro tipo de estimativa. Ou seja, este tipo de estimativa é usado quando não temos nenhuma suposição quanto à distribuição do conjunto de dados, isto é, quando a distribuição amostral que origina os dados é desconhecida. Aqui, usaremos as regressões de Kernel, mais conhecidas como estimações Nadaraya-Watson. Ou seja, dadas observações iid aleatórias, este estimador encontra a média condicional de Y dado $X=x$. Este estimador tem a seguinte relação, dada n observações independentes:

$$y = g(x) + \mu \quad (19)$$

Sua função é dada por:

$$\hat{g}_h(x) = \frac{\sum_{i=1}^n y_i k_h\left(\frac{X_i - x}{h_x}\right)}{\sum_{i=1}^n k_h\left(\frac{X_i - x}{h_x}\right)} \quad (20)$$

Onde K é a função Kernel e h representa o *bandwidth*, isto é, as janelas, nas observações X . O h é o parâmetro que tem a função de suavizar o grau da densidade de Kernel. Este resultado é obtido através da aplicação da função Kernel para a estimação da função de densidade. Para o caso univariado, temos que:

$$y = g(x) + \mu \Rightarrow g(x) = E\{Y | X = x\} \quad (21)$$

Assim, a partir da teoria da probabilidade, sabe-se que:

$$E\{Y | X = x\} = \int_{-\infty}^{+\infty} y f_{y|x}(y | x) dy = \int_{-\infty}^{+\infty} \frac{f_{x,y}(x, y)}{f_x(x)} dy \quad (22)$$

Como a Kernel é uma função densidade, o seu estimador também o será, ou seja:

$$\int_{-\infty}^{+\infty} K(x) dx = \int_{-\infty}^{+\infty} \hat{f}(x) dx = 1 \quad (23)$$

Assim, usando a metodologia de Kernel, podemos calcular cada função de densidade marginal e o resultado é finalmente encontrado⁵⁹.

A variável importante na regressão de Kernel é o valor utilizado para o bandwidth, ou seja, a suavização da função estimada dependerá desse parâmetro. A escolha do *bandwidth* pode ser feita manualmente (quando a amostra é pequena), ou podem ser utilizadas técnicas mais sofisticadas, por exemplo a *cross validation* (CV).

O método utilizado neste trabalho foi o *cross-validation AIC* introduzido por Hurvich, Simonoff e Tsai (1998)⁶⁰. Este método é baseado na minimização do critério de Akaike. A função a ser minimizada é dada por:

$$AIC = \ln(\sigma^2) + \frac{1 + \text{tr}(H) / n}{1 - [\text{tr}(H) + 2] / n} \quad (24)$$

Também:

$$\sigma^2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(y_i - \hat{g}(x_i) \right)^2 = Y^T (I - H)^T (I - H) Y / n \quad (25)$$

Onde σ^2 é o estimador para a variância da variável x e H é uma matriz de pesos.

A ideia central no uso da regressão não-paramétrica é a ponderação da variável de resposta Y em determinada vizinhança da variável x , já que há a ponderação da média da variável Y .

Na utilização das estimações não-paramétricas não é obtido nenhum parâmetro. Assim, os resultados são obtidos mediante a plotagem dos gráficos. Devido ao tamanho da amostra utilizada (dados em *cross-section*), foi utilizado *Bootstrap* como forma de obter a significância da variável independente. O *software* utilizado para as estimações foi R, embora no tratamento (manipulação) inicial dos dados foi utilizado o *software STATA 10.0*.

Desta forma, ao optar-se pela utilização do *Bootstrap*, foram utilizadas técnicas de diagnósticos usuais em análise de regressão para avaliar a inclusão ou exclusão de variáveis

⁵⁹ Mais informações sobre esse modelo podem ser encontradas em Hayfield e Racine (2008) e Racine e Liu (2008).

⁶⁰ Veja mais detalhes em HURVICH, C. M.; SIMONOFF, J. S.; TSAI, 1998.

no modelo, bem como a qualidade do ajuste do modelo final. A variável dependente foi o PIB per capita e a variável independente os gastos militares em defesa.

O método de *Bootstrap* usado inicialmente por Efron (1979), substitui uma distribuição desconhecida de variável aleatória por uma distribuição aleatória empírica, obtida a partir da amostra original. Ou seja, ele gera um grande número de amostras com base na amostra original e, segundo Barbosa (2009), computa as estatísticas de interesse em cada reamostragem, sendo possível estimar características da população, quais sejam: variância, média, intervalos de confiança, percentis, dentre outras.

Quanto à influência dos gastos militares no crescimento do PIB, tal técnica foi usada recentemente por Dunne et alii (2013), o qual encontrou evidências positivas entre os gastos militares e crescimento na África do Sul, no período de 1951 até 2010, com o uso de 2.000 repetições.

No presente trabalho, o PIB per capita é usado como uma *proxy* para o nível de crescimento, pois na utilização de métodos não-paramétricos queremos obter a própria função através dos dados reais, e não os dados transformados. Portanto, neste estudo usamos a mesma metodologia de Dunne et alii (2013), para verificarmos qual a relação que há entre os gastos em defesa e o crescimento econômico da região da África-Subsaariana⁶¹.

4.4.2 Especificação do modelo e resultados

Na presente análise foi estimada a seguinte regressão:

$$PIB_{PERCAPITA} = f(GastosMilitares) + \varepsilon \quad (26)$$

Para melhor observância dos efeitos dos gastos militares sobre o crescimento econômico, separamos os dados em dois períodos fundamentais:

- a) Primeiro período, de 1975 até 2001 e;
- b) Segundo período, de 2002 até 2013.

Para os dois períodos foi usada uma regressão “local linear”, no método de *bandwidth* (AIC).

⁶¹ A tabela de dados com todos os países usados está no ANEXO C.

4.4.2.1 Período de 1975 até 2001

A Tabela 4 mostra os resultados da regressão para o período de 1975 até 2001.

Tabela 4 – Estimação para o período de 1975 – 2001

<i>Model</i>	<i>PValue</i>	<i>R²</i>
<i>PIBpercapita</i>	<i>0,0075</i>	<i>0,46</i>

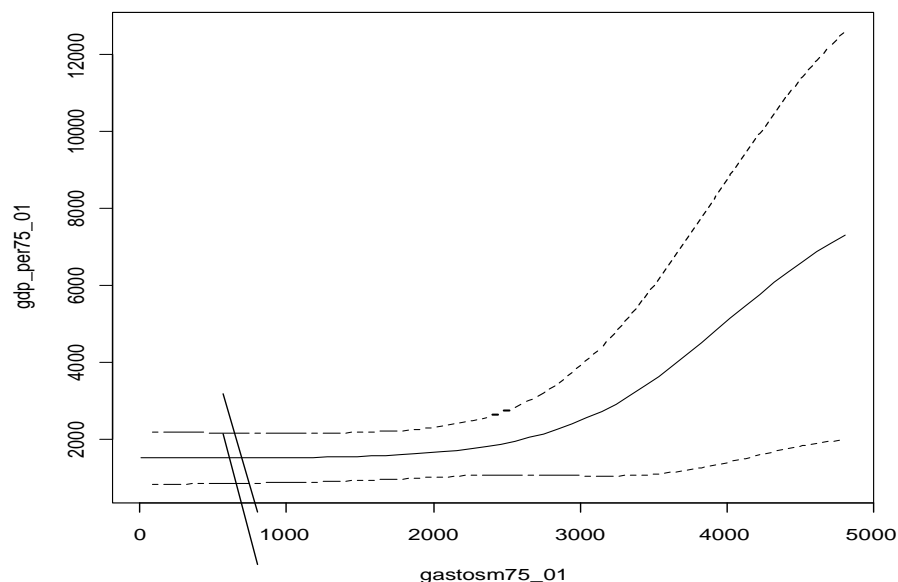
Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: O PValue foi obtido com a aplicação de *Bootstrap* (399) replicações, cujo resultado foi significativo a nível de 1%.

O *PValue* foi obtido com a aplicação de *Bootstrap* (399) aplicações, cujo resultado foi significativo a nível de 1%.

O Gráfico 5 a seguir mostra o comportamento, ou seja, a relação entre o crescimento econômico da África Subsaariana e os gastos militares efetuados no período de 1975 até 2001.

Gráfico 5 – Resultados do *Bootstrap*, para o período 1975 a 2001



Fonte: elaborado pelo autor.

Os resultados obtidos na Tabela 4 e Gráfico 5, respectivamente, corroboram as argumentações segundo as quais os gastos militares em períodos de guerra podem trazer incrementos positivos ao crescimento econômico, como o que ocorre nos países da África Subsaariana estudados. Observemos que, neste período (1975 – 2001), havia constantes tensões na região, muito fruto da Guerra Fria, ou seja, das disputas das grandes potências (socialistas e capitalistas), além de muitas guerras internas nos próprios Estados.

No caso específico de Angola, estes gastos em segurança podem ter aumentado a credibilidade em relação à estabilidade da manutenção política do governo do MPLA, que na época enfrentava uma guerra interna contra, principalmente, a UNITA, e externamente contra a África do Sul. Estes investimentos em segurança podem ter tido impactos no aumento dos

investimentos estrangeiros, obtendo-se uma consequente implicação na taxa de crescimento do PIB, com efeitos positivos no PIB per capita, o que pode ter que incrementado o crescimento econômico do país.

4.4.2.2 Período de 2002 até 2013

A Tabela 5 mostra os resultados da regressão para o período de 2002 até 2013.

Tabela 5 – Estimação para o período de 2002 – 2013.

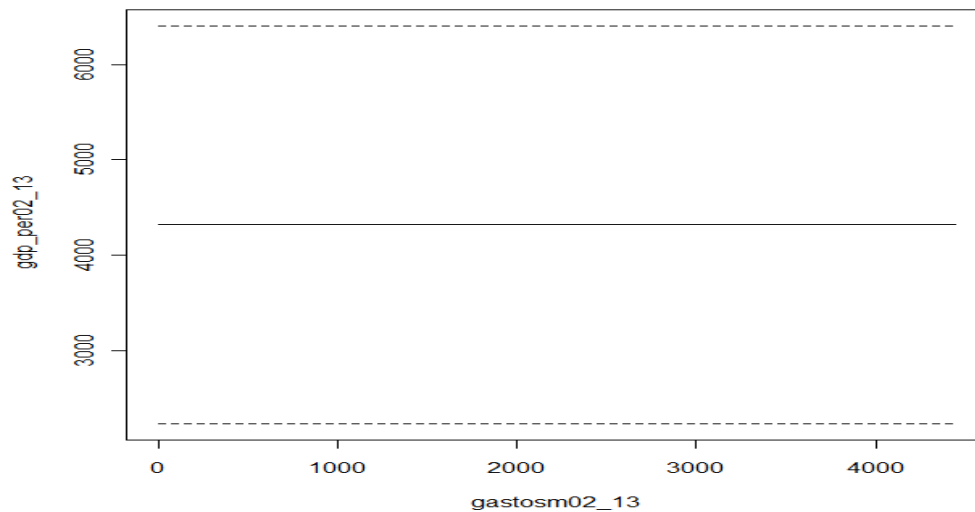
<i>Model</i>	<i>PValue</i>	<i>R²</i>
<i>PIBpercapita</i>	<i>0,043</i>	<i>0,0001</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: O *PValue* foi obtido com a aplicação de *Bootstrap* (399) replicações, cujo resultado foi não significativo a nível de 1%.

Como no período anterior, a Tabela 5 demonstra que o *PValue* foi obtido com a aplicação de *Bootstrap* (399) aplicações, mas o resultado foi não-significativo a nível de 1%. O Gráfico 6 a seguir mostra o comportamento, ou seja, a relação entre o crescimento econômico dos países estudados e os gastos militares efectuados no período de 2002 até 2013.

Gráfico 6 – Resultados do *Bootstrap*, para o período 2002 a 2013.



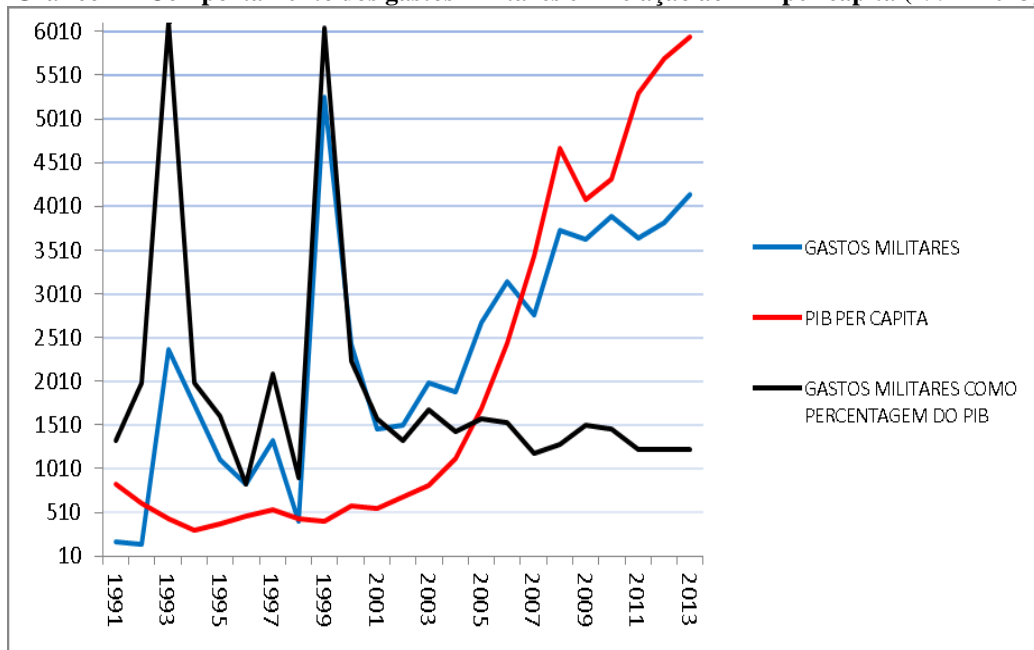
Fonte: elaborado pelo autor.

Contrariando os resultados anteriores (1975 – 2001), é possível concluir que, a partir da tabela 5 e do Gráfico 6, os gastos militares dos governos dos Estados em questão não têm tido impacto significativo para o crescimento econômico. Convém salientar que o resultado não significativo não implica que não houve aumento nos gastos militares durante o período. O número pode dever-se ao fato de, em um momento de paz, estar havendo uma ramificação dos investimentos que, em tempos de guerra, eram encaminhados para o setor militar.

Os resultados obtidos anteriormente representam a realidade de um conjunto de 32 países africanos. No entanto, não foi possível alcançar resultados exclusivos para Angola, na medida em que o tamanho da amostra condiciona a utilização de técnicas mais sofisticadas para o caso de séries temporais. Assim, não obstante as limitações realçadas, fizemos uma análise através dos dados temporais disponíveis, usando modelagem não-paramétrica.

O Gráfico 7, a seguir mostra a evolução do comportamento dos gastos militares de Angola durante o primeiro e segundo períodos.

Gráfico 7 – Comportamento dos gastos militares em relação ao PIB per capita (1991–2013)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em FMI (2014) e SIPRI (2014).

Pode-se observar pelo comportamento do Gráfico 7, que, no primeiro período, a percentagem dos gastos militares em relação ao PIB per capita teve um comportamento oscilante, porém, com picos entre 1992 a 1993, 1997 e entre 1999 e 2000. Estes picos coincidem com o aumento das incursões militares nestes períodos. Já no segundo período há um comportamento linear da percentagem dos gastos militares em relação ao PIB per capita. Há um comportamento equivalente dos gastos militares em relação ao comportamento dos gastos militares como fração do PIB per capita, sendo que no segundo período o aumento da percentagem dos gastos militares com relação ao PIB per capita é praticamente exponencial.

Ainda observando o Gráfico 7 e, considerando apenas o PIB per capita, há um comportamento exponencial até 2013, com ressalvas de queda entre 1991 até 1993, devido, provavelmente, ao reinício do conflito armado, e entre 2008 até 2009, em virtude da última crise financeira.

Portanto, o Gráfico 7 ajuda a corroborar as interpretações advindas do modelo de estimação e dos resultados do *Bootstrap* – e devido a limitação dos dados convergir os dados de estimação da África Subsaariana com Angola – e a concluir que o crescimento econômico que Angola tem alcançado pode estar a ser explicado pelo comportamento de outras variáveis macroeconômicas. Ou seja, este crescimento econômico pode estar a acontecer devido à demanda agregada, como aconteceu depois das Grandes Guerras na Europa, isto é, pode estar havendo um efeito de transbordamento (*spillover*), devido à alimentação das demandas inter-setoriais (efeito de mobilização ou efeito cadeia).

É possível que os efeitos dos investimentos em tempos de paz tenham se espreado, independentemente da proporção, em função da especificidade da política macroeconômica no período de guerra. Portanto, há que continuar os investimentos que estão sendo feitos em outros setores, dado que existem outras variáveis que estão criando impacto maior para a economia, por exemplo, na área de construção e agricultura.

4.5 Considerações Finais

A estabilidade militar (ou seja, a paz) pode ser considerada variável indispensável para esta nova fase angolana e, portanto, para melhorar o comportamento das instituições do Estado. Os investimentos devem ser considerados ótimas políticas de estabilidade social e, conseqüentemente, de estabilidade e segurança militar, uma vez que há incentivos para o crescimento de setores civis chaves para o desenvolvimento do país, diminuindo as tensões que podem levar a um novo conflito armado.

O modelo econométrico elaborado permite-nos comprovar a explanação feita ao longo deste ensaio. Apesar das limitações inerentes ao desenho do estudo utilizado neste trabalho, principalmente pelo fato de os dados terem vindo de fontes secundárias, foi possível encontrar associação estatisticamente significativa entre gastos militares e crescimento econômico para a África Subsaariana, no período de 1975 até 2001 e associação não-significativa no segundo período. Dentre as limitações, constam a ausência de variáveis que geralmente, neste tipo de estudo – gastos militares versus crescimento – são exigidas e que podem ter influência no resultado, evitando os problemas de *curse of dimensionality*, quais sejam: dados sobre produção e exportação de petróleo; período muito curto nos dados dos gastos militares e mesmo do PIB per capita; dados históricos de longo prazo para o IDE, etc.

No entanto, apesar das limitações descritas, os resultados aqui encontrados convergem com vários estudos citados neste ensaio.

5 CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo geral avaliar como os investimentos ou gastos militares para a segurança nacional influenciaram o crescimento econômico de Angola, desde 1975 até 2013. Foi utilizado o enfoque da Economia da Defesa, tendo como um dos pilares as teorias do crescimento econômico.

Partindo do pressuposto de que a guerra é a variável nuclear, a pergunta principal que este trabalho respondeu foi: os gastos militares para a segurança do país foram fatores determinantes para o crescimento ou estagnação econômica de Angola, no período de 1975 até 2013?

Em busca da resposta à pergunta principal fez-se uma breve digressão histórica sob as perspectivas social, militar e econômica da África Subsaariana, tendo como foco Angola. Mostramos que, apesar de alguma homogeneidade nestes países, suas histórias não são siamesas, uma vez que existem contextos particulares, principalmente na origem destes Estados. Para melhor compreensão destes contextos históricos, dividimo-los em cinco períodos fundamentais (antigo, pré-colonial, o de contatos iniciais com os portugueses, o colonial e, por último o período pós-independência), para que as nuances de cada um deles pudessem ser trazidas de forma mais densa.

Centralizamos o período colonial com a sua forma mais perversa, ou seja, a da escravatura do povo africano, tendo como um dos problemas enfrentado pelo continente africano devido à Conferência de Berlim que refez o mapa do continente sem respeitar a heterogeneidade e as relações entre os povos. Esta contextualização histórica foi importante, uma vez que, com base nela, pudemos descrever a origem das revoltas africanas contra os colonizadores, as quais tiveram como consequência, na historiografia contemporânea angolana, a fundação de três movimentos de libertação que lutaram contra o regime português, provocando os Acordos de Alvor, base para a independência de Angola ocorrida em 11 de novembro de 1975.

Ao longo da tese argumentamos que, mesmo com os Acordos de Alvor houve combates, principalmente entre a FNLA e o MPLA, para a tomada do poder antes da independência, tendo culminado com a guerra de Quifangondo, na qual o MPLA saiu vencedor, e unilateralmente proclamou a independência de Angola. Argumentamos que a derrota da FNLA e o exílio do seu líder permitiu o fortalecimento da UNITA, que fez uma guerra armada contra o governo do MPLA durante quase 30 anos, tendo culminado em 2002 com a morte do seu líder, Jonas Savimbi.

Argumentamos e demonstramos que entre 1975 até a década de 1990, no entanto, houve um *trade-off* entre a China e os Estados Unidos da América, os quais, apesar de a primeira ser comunista e os segundos capitalistas, apoiavam a UNITA. Este *trade-off* também estava relacionado entre a China e a URSS, esta última a superpotência comunista da época, que apoiava o MPLA.

Devido ao conflito armado entre o MPLA e a UNITA, dividimos a história de Angola em dois períodos fundamentais: o da guerra, que vai de 1975 até 2001 e, o segundo período, que vai de 2002 até 2013. A operação Savannah e a Batalha do Cuito Cuanavale deram o seu realce no contexto militar, pois tiveram extrema relevância nos gastos militares e também permitiram o fortalecimento da UNITA como braço armado contra o governo de Angola.

Durante a digressão teórica, esclarecemos pontos como o uso do petróleo, a relação China e EUA, o envolvimento de Cuba, principalmente na guerra contra a “racista” África do Sul. A relação da China com os EUA nos dias atuais no solo angolano foi de extrema importância, uma vez que estes países são os principais jogadores mundiais de demanda e consumo, sendo a China o maior parceiro comercial de Angola e o maior prestador financeiro, no contexto de uma política de troca baseada na facilidade de entrada de cidadãos chineses em Angola.

Não poderíamos embasar os gastos militares sem, no entanto, fazermos uma digressão sobre as políticas econômicas adotadas pelo governo do MPLA durante os dois períodos, uma vez que o país, apesar da guerra, precisava avançar com a sustentabilidade de seus cidadãos. Para tanto, se enfatizou que a valorização dos quadros deve estar no foco das políticas governamentais, principalmente focalizando aqueles que participaram da guerra, dando aos quadros com valor agregado salários reais compatíveis com os expatriados. Ou seja, concluiu-se que uma política séria de crescimento deve ter como base a qualidade dos quadros nacionais, que devem exercer cargos no Estado mediante a meritocracia, e não os apadrinhamentos que estancam o desenvolvimento econômico. Assim, identificar como e onde têm sido feitos alguns investimentos de Angola no exterior foi importante, uma vez que nos dá a noção, mesmo que ínfima, da importância de Angola no contexto regional ou mundial.

Para analisarmos a relação entre gastos militares e seu impacto no PIB per capita – este último utilizado como *proxy* do crescimento econômico – foi estimado um modelo de Regressão de Kernel com uso da ferramenta de *Bootstrap*, usando o enfoque da economia da defesa.

Assim, confirmou-se a hipótese da Tese, ou seja, os gastos militares que culminaram com a paz alcançada por Angola em 2002 foram fatores preponderantes para o crescimento econômico que tem ocorrido no país, mesmo que não sejam significativos para o período de 2002 até 2013. Este resultado pode estar relacionado com as demandas agregadas, ou seja, com o efeito de transbordamento, devido aos investimentos em períodos de guerra e aos investimentos em outras áreas.

Devido à limitação de dados, houve a necessidade de discussão teórica mais densa para que o uso do modelo pudesse ser aproximado para Angola, uma vez que foi usado um conjunto de 32 países da África subsaariana (análise *cross-section*). Aliás, a limitação de dados em países como Angola é recorrente neste tipo de trabalho, e quando existem ou são de períodos muito curtos ou são de fontes secundárias, ou os dados são de fontes duvidosas, o que prejudica o tipo de modelagem a usar e nas conclusões dos estudos. É importante, portanto, sugerirmos ao governo de Angola um grupo de estudos que organize os dados e formule modelos que possam captar os efeitos dos gastos militares no crescimento econômico de Angola em estudos futuros. Apesar destas limitações, o estudo usa uma abordagem recente, ou seja, a técnica de *Bootstrap* que se ajusta muito bem com dados curtos, pois não exige o uso de parâmetros, o que, caso contrário, tornaria a modelagem inviável.

Neste sentido, apesar de o modelo capturar um conjunto de países, ele se ajusta muito bem para Angola, uma vez que a abordagem e as ferramentas usadas puderam permitir uma convergência dos dados, cujas conclusões são não viesadas. Assim sendo, pudemos responder a pergunta da Tese, ou seja: os gastos militares para a segurança do país são fatores determinantes para o crescimento ou estagnação econômica de Angola, no período de 1975 até 2013? A resposta, portanto, é sim, mas apenas significativo para o período de 1975 até 2001.

REFERÊNCIAS

AIZENMAN, J.; GLICK, R. Military Expenditure, Threats and Growth. **NBER Working Paper**, Cidade, n. 9618, Apr. 2003. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w9618>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. Income distribution, political instability and investment. **European Economic Review**, Amsterdam, v. 40, n. 2, p. 1203-1228, Jun. 1996.

ALVES, D. B. A presença chinesa em África: o caso de Angola. ID. **Negócios estrangeiros, número 10**. Fevereiro, 2007. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000038278/documento/0001/>> Acesso em: 07 jan. 2011.

ANDREAS, P. Smuggling wars: law enforcement and law evasion in a changing world. In: FARER, T. (Org.). **Transnational crime in the Americas**. Londres: Routledge, 1999. p. 85-98.

APEX. Agência Brasileira de Exportação e Investimentos. Ministério do Crescimento Indústria e Comércio. **Angola: perfil e oportunidades comerciais**. Brasília, 2010.

APEX. Agência Brasileira de Exportação e Investimentos. Ministério do Crescimento Indústria e Comércio. **Angola: perfil e oportunidades comerciais**. Brasília, 2012.

ASSEERY, A. A. Evidence From Time Series On Militarising The Economy: The Case Of Iraq. **Applied Economics**, 28(10): 1257–1261, 1996.

BADDELEY, M. **Armed conflict, economic development and financial stability**. Cambridge Centre for Economic and Public Policy, Cambridge, UK, 2005.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA - BNA. **Título da informação**. Luanda, [2010]. Disponível em: <<http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=37&a=1028>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS (BPI). [2011]. **Estudos económicos e financeiros**. Disponível em: <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Storage/download/ficheiro.67080B01-F108-4ADE-A039-9171D6620A66.1.pt.asp?id=1C694620-D1C6-4918-9A82-19F4BCF0BDF9>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

BARBOSA, G. C. **O Modelo Aditivo Generalizado e a Técnica de Bootstrap: uma associação entre o número de atendimentos hospitalares por causas respiratórias e a qualidade do ar**. 2009. 84 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. **Economic growth**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.

BARRO, R. J. **Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth**. **Journal of Political Economy**, 1990.

BARRO, Robert, J. Economic growth in a cross-section of countries. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 106, n.2, mai. 1991, p. 407-447.

BELL, C. **The Diplomacy of Détente: the Kissinger Era**. New York. St. Martin's Press, 1977.

BENOIT, E. Growth and Defense in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**, vol. 26, pp. 271-80, 1978.

BENOIT, E. Growth Effects of defence in Developing Countries. **International Development Review**, Vol. 1, pp. 2-10, 1972.

BISWAS, B.; Ram, R. Military Spending And Economic Growth in Less Developed Countries: An Augmented Model And Further Evidence. **Economic Development and Cultural Change**, 34(2): 361–372, 1986.

BOAHEN, A. A. A Africa diante do desafio colonial. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935** / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, , 2010. 1040 p.

BOAVIDA, A. **Angola – cinco séculos de exploração portuguesa**. Rio de Janeiro. Editora civilização brasileira S. A. 1981, 139p.

BRASIL. Ministério da Educação. Itamaraty. **PEC-G: angolanos sem bolsa – retorno para a reativação da bolsa**. Brasília, 1998.

CASS, D. **Optimum growth in an aggregative model of capital accumulation**. Review of Economic Studies, n. 32, p. 233-240, Jul. 1965.

CASTRO, T. A. de. O ELNA e a batalha de Quifangondo. In: JUNIOR, Miguel (Org.). **A batalha de Quifangondo, 1975: factos e documentos**. Luanda: Mayamba Editora, 2011, p.13-22.

CATION, A. F. **The Cuban Military, Apartheid and the Cold War: facilitators of the 1988 New York Peace Accords**, 2008. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=%22cuban%20military%2C%20apartheid%20and%20the%20cold%20war%22&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Falexandroffclass.iglooeducation.org%2Fdownload%2Fwinter2007%2Fstudenta%2Ffinal%2Ffacilitato%3Fattachment%3D1&ei=gGnGTomOBYXlggf4ncxw&usg=AFQjCNGoYa2S4sjQjLcuur56WtlZHiwjyw&sig2=1Ccfy3sPuUZ-mWd8tuSxuA>>. Acessado em: 26 out. 2013.

CEPIK, M e BORBA, P. **Crime organizado, Estado e segurança internacional**, 2013. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/05%20Marco%20Cepik%20e%20Pedro%20Borba%20-%20Vol%2033%20n%202.pdf>>. Acessado em: 20 fev. 2014.

CHANG, H. J. **Chutando a Escada: a estratégia do Crescimento em perspectiva história**. UNESP editora. São Paulo, 2003.

CIA. **O novo relatório da CIA: como será o mundo amanhã.** The National Intelligence Council's. São Paulo, Geração Editorial, 2009.

CIA. **O relatório da CIA: como será o mundo em 2020.** The National Intelligence Council's. São Paulo, Ediouro, 2006.

CLARK, J. D. Pré-História da África austral. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

CLASEUWITZ, Carl Von. **On War.** Nova York. Oxford University Press, 2007.

CURTIN, P. J. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

DAVIES, J. E. **Constructive Engagement?: Chester Crocker and American Policy in South Africa, Namibia and Angola, 1981-8,** Johannesburg. Jacana Media, 2007.

DÖPCKE, W. Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998, **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº 41, fascículo 1, p. 133-161, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a07.pdf>. Acessado em: 26 out. 2013.

DUNNE, J. P. e VOUGAS, D. Military Spending and Economic Growth in South Africa. **Journal of Conflict Resolution**, 43(4): 521–537, 1999.

DUNNE, J. P.; AYE, G. C.; BALCILAR, M.; GUPTA, R.; EYDEN, R. V. Military Expenditure, Economic Growth and Structural Instability: A Case Study of South Africa. Department of Economics. University of Pretoria, Pretoria. **Working Paper**, 44, 2013.

DUNNE, J. p.; RON S.; DIRK W. Models of Military Expenditure and Growth: A Critical Review. **Defence and Peace Economics** 16: 449 – 461, 2005.

DUNNE, J. P. Economic Effects of Military Spending in LDCs: A Survey. In: **The Peace Dividend**, edited by Nils P. Gleditsch, Adne Cappelen, Olav Bjerkholt, Ron Smith and Paul Dunne. Amsterdam: North Holland, 439-464, 1996.

DUNNE, J. Paul., NIKOLAIDOU, E. e SMITH, R. Military Spending, Investment and Economic Growth In Small Industrialising Economies, **The South African Journal of Economics**, 70(5): 1–27, 2002.

DUNNE, J. P.; SMITH, R.P. Military expenditure and Granger causality: A critical review. **Defence and Peace Economics**, 21(5-6), 427-441, 2010.

EFRON, B. Bootstrap methods: another look at the jackknife. **Annals of Statistics**, 7, 1-26, 1979.

ESPAÑA. Ministério de Defesa. CENTRO SUPERIOR DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL. **Visión española del África subsahariana: seguridad y defensa**, Madri, 2013.

ESTEVEES, F. P. Angola: a Transição de uma Economia Planificada para a Economia de Mercado. 2002. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

EVANS, M. **The front-line states, south africa and southern african security: military prospects and perspectives**. Zambesia, v. XII, p. 1-19, 1984. Disponível em: <<http://archive.lib.msu.edu/DMC/African%20Journals/pdfs/Journal%20of%20the%20University%20of%20Zimbabwe/vol12n1/juz012001002.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

FEDER, G. On Exports and Economic Growth. **Journal of Development Economics**, 12: 59-73, 1983.

FERREIRA, M. N. **Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais de Angola**. IMPRI. Relações Internacionais n.º6, 15 Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.adelinotorres.com/afrika/M%20Ennes%20Ferreira-Realeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf>>> Acesso em: 11 mar. 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Editora Saraiva, 2012.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Estudios económicos y financieros. Perspectivas de la economía, oct 2010**, [2010]. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2011/update/01/pdf/0111s.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2010.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Estudios económicos y financieros. Perspectivas de la economía, oct 2013**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2013/update/01/pdf/0111s.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2014.

GEOGE, E. **The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: from Che Guevara to Cuito Cuanavale**. Nova York. Frank Cass, 2005.

GLEJESES, P. **Conflicting Missions, Havana, Washington, Pretoria**. Galago, 2003.

GOOGLE MAP. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=%C3%A1frica+subsaariana&es_sm=122&tbm=isch&imgil=Y8ZYBBBFdsJcRM%253A%253Bhttps%253A%252F%252Fencrypted-tbn0.gstatic.com%252Fimages%253Fq%253Dtbn%253AANd9GcTivLsQ1h_dd5OLSvVJqMOpS_QHoSJ6e0Rp1Yfdp1hi1YLS26cyoQ%253B600%253B528%253BqmBQodiH7YHOxM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Frevistaescola.abril.com.br%25252Fensino-medio%25252Fafrika-subsaariana-quando-futuro-bate-porta-530635.shtml&source=iu&usg=__ZwCIibjI11uYNF_opezOu5adkME%3D&sa=X&ei=ITODU8beMs2nsAT59YHIDQ&ved=0CDwO9QEwAg#facrc=&imgdii=36M_p9uKfqtEJM%3A%3B9oRkJr-3rVSBQM%3B36M_p9uKfqtEJM%3A&imgrc=36M_p9uKfqtEJM%253A%3BUr9kf88F5VkdM%3Bhttp%253A%252F%252F3.amazonaws.com%252Fmagoo%252FABAAfjScAD>

[2.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.ebah.com.br%252Fcontent%252FABAAAfjScAD%252Fafrika-subsaariana%3B800%3B600>](#). Acesso em: 01 abr. 2014.

HARRIS, J. E. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo. **História geral da África, V: África do Século XII ao XVI** / editado por Bethwell Allan Ogot.. Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p.

HAYFIELD, T.; RACINE, J. S. Nonparametric econometrics: the np package. **Journal of Statistical Software**, v. 27, n. 5, p. 1-32, 2008.

HESTON, A.; SUMMERS, R.; ATEN, B. **Penn World Table Version 7.0**. Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, May 2011.

HURVICH, C. M.; SIMONOFF, J. S.; TSAI, C. L. Smoothing Parameter Selection in Nonparametric Regression Using an Improved Akaike Information Criterion. **Journal of the Royal Statistical Society, Series B**, **60**, 271-293 (1998).

JORNAL ECONÔMICO. **Sonangol fecha parceria com petrolíferas de Cuba e Venezuela**. Disponível em: < http://economico.sapo.pt/noticias/sonangol-fecha-parceria-com-petroliferas-de-cuba-e-venezuela_106642.html>. Acesso em: 07 mar. 2014.

KEYNES, J. M. **As Consequências Económicas da Paz**; IPRI, São Paulo, 2002.

KISSINGER, H. **Kissinger Transcripts and Related Material, 1976**. Disponível em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/publications/DOC_readers/kissinger/docs/index.html>. Acesso em: 18 out. 2013.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra. Volume I**. Publicações Europa-América, Lda. Lisboa, 2009.

KNGHT, M., LOAYZA, N.; VILANUEVA, D. The Peace Dividend: Military Spending Cuts and Economic Growth, **IMF Staff Papers** 43: 1-44, 1996.

KOOPMANS, T. On the concept of optimal economic growth. In: **The Econometric Approach to Development Planning**. Pontificia Acad. Sc. Scripta Varia 28, p. 225-300, North-Holland, 1966.

LODGE, T. **Black politics in South Africa since 1945**. New York, Longman, 1983.

LUCAS JR., R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, 22 (1988), 3-42, North-Holland.

M'BOW, M. A. M. Prefácio. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

MABOGUNJE, A. Geografia histórica: aspectos económicos. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

MACAUHUB. [2010]. Disponível em:
<http://pt.macauhub.com/file/ANGOLA_PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. **História geral da África, V: África do Século XII ao XVI** / editado por Bethwell Allan Ogot.. Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEILL, D. N. A Contribution to the Empirics of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, 107: 407-37, 1992.

MENDES, C.;ADESIDA, O. Income inequality and economic development: evidence from sub-Saharan African Countries. **Economics Bulletin**, Vol. 33 No. 2 pp. 1565-1574, 2013.

MENEZES, S. Dinâmica da transição de uma economia dependente colonial para economia centralmente planejada e sua inflexão recente para economia de mercado. 1996. 406 f. Tese (Doutorado em Economia). FEAJUSP, São Paulo, 1996.

MENEZES, S. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

MILLA, F. C. P. **Gastos de Defensa: una propuesta de homologación en la region**. Tesis de Master para Optar al Título de Master em Defensa a y Seguridad Hemisférica. Universidad de Salvador, Buenos Aires e Colegio Interamericano de Defensa, Washington, D. C. EE.UU. Washington DC, Estados Unidos da América, Mayo 16 de 2005.

MPLA. História. **O Partido da Verdade, da Liberdade e do Povo**. Disponível em:
<<http://www.mpla.ao/mpla.6/historia.7.html>>. Acessado em: 21 nov. 2013.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama Geral. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

OLIVEIRA, L. K de. Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Rio Grande do Sul, 2007.

PENN WORLD TABLE. Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten, **Penn World Table Version 7.1, Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania**, July 2012. Disponível em:<
https://pwt.sas.upenn.edu/php_site/pwt_index.php>. Acesso em: 20 dez. 2013.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2013-2017. Ministério do Planeamento e do Crescimento Territorial. **Objectivos nacionais de médio e longo prazo**. Luanda, 2012a.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2013-2017. Ministério do Planeamento e do Crescimento Territorial. **Políticas nacionais de desenvolvimento**. Luanda, 2012b.

RACINE, J. S.; LIU, Q. **Nonparametric econometrics: theory and practice**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

RAM, R. Defense Expenditure and Economic Growth, In: Keith Hartley, Todd Sandler (eds): **Handbook of Defense Economics**. Amsterdam: Elsevier, 251-73, 1995.

RAMSEY, F. A mathematical theory of saving. **Economic Journal**, v. 38, p. 543-559, dec. 1928.

ROCHA, A. da. Ajustamento estrutural: avaliação dos impactos das reformas macroeconómicas em Angola. In: MOSCA, João e ZANZALA, Julien (Org.). **Economia dos PALOP: seminário internacional sobre a economia dos PALOP**. Luanda: Instituto PIAGET, 2006, p.34-60.

RODRIGUES, E. O. Ajustamento do Balanço de Pagamentos e Restrições ao Crescimento económico: a experiência de Angola. Tese (Doutoramento em Economia). Universidade de São Paulo, USP/FEAC, São Paulo, 1997.

ROMER, P. M. The origins of endogenous growth. **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, n. 1, p.3-22, winter, 1994.

SÁ, Tiago, M. de. O amigo inconveniente: os Estados Unidos, a África do Sul e a descolonização de Angola. In: JUNIOR, Miguel (Org.). **O fracasso da operação Savannah – Angola, 1975**. Luanda: Mayamba Editora, 2011, p.61-83.

SANDLER, T.; HARTLEY, K. **The Economics of Defense**. Cambridge University Press. Massachusetts Institute Technology (MIT), 1995.

SCHHEETZ, T. The Macroeconomic Impact of Defence Expenditures: Some Economic Evidence For Argentina, Chile, Paraguay and Peru. **Defence Economics**, 3(1): 65–81, 1991.

SEZGIN, S. Country Survey X: Defence Spending in Turkey. **Defence and Peace Economics** 8, 381-409, 1997.

SOCIEDADE NACIONAL DOS COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA - SONANGOL. Luanda. [2014]. Disponível em: < <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/ep> >. Acesso em: 15 fev. 2014.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, n. 70, p. 65-94, 1956.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI. **Research on questions of conflict and cooperation of importance international peace and security**. SIPRI milex data 1988-2012. Disponível em:<<http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+milex+data+1988-2012.xls>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

THE ECONOMIST. Disponível em:<<http://www.economist.com/countries/Angola/>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

TOKATLIÁN, J. G. **Drogas, dilemas y dogmas**: Estados Unidos y la narcocriminalidad organizada en Colombia. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

USA. **Angola, Hearings before the Subcommittee on African Affairs**. U.S. Senate, 94th Congress, 2nd Session, January 29, February 3, 4 and 6, 1976, Washington D.C, Government Printing Office, 1976, p.6.

UZOIGUWE, G. N. Partilha europeia e conquista da Africa: apanhado geral. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935** / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.

VANSINA, J. A Africa equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. **História geral da África, IV: África do Século XII ao XVI** / editado por Djibril Tamsir. Brasília : UNESCO, 2010. 896 p.

VINES, A.; WONG, L.; WEIMER, M.; CAMPOS, I. **Thirst for African Oil, Asia National Oil Companies in Nigeria and Angola**. Londres, Chatham House Report., 2009 p.40. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org.uk>>. Acessado em 01 jan. 2010.

WARD, M. D.; DAVIS, D.; PNUBARTI, M. Rajmária, S.; COCHRAN, M. Military spending in India: country survey . **Defence Economics**, 3(1): 41–63, 1991.

WARD, M. D.; D. R. Davis; S. Chan. Military Spending and Economic Growth in Taiwan. **Armed Forces & Society** 19, 533-50, 1993.

WATTS, M. **Empire of Oil: Capitalist Dispossession and the Scramble for Africa**.

Disponível em:

<<http://geogweb.berkeley.edu/ProgramCourses/CoursePagesFA2006/GeogC32/EmpireofOilMWatts.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

WILKINS, N. **Defence Expenditure and Economic Growth: Evidence from a Panel of 85 Countries**. School of Finance and Economics. University of Technology. Sydney, 2004.

YILDIRIM, J.; OCAL, N.; KESKIN, H. **Military expenditures, economic growth and spatial spillovers: a global perspective**. International Conference On Applied Economics – ICOAE, 2011.

ANEXO A – Cronologia das Principais Guerras de Angola de 1956 até 1991.

APPENDIX 1
 CHRONOLOGY OF PRINCIPAL
 EVENTS IN THE ANGOLAN
 WAR, 1956–91

10 December 1956	MPLA formed in Luanda from amalgamation of radical nationalist movements (including the Angolan Communist Party) with Ilídio Machado Alves as president. Agostinho Neto becomes effective leader after Machado's arrest in May 1959.
1 January 1959	Castro's guerrillas seize power in Cuba, spawning Che Guevara's global internationalist mission. Cuba sets up contacts with African liberation movements, among them the MPLA (although contacts remain weak at this stage).
October 1959	The Castro brothers and Cuban Communists take over Cuban government, radicalising the Revolution.
3 February 1960	British Prime Minister Harold Macmillan's 'Winds of Change' speech at the South African parliament heralds the wave of nationalism which sweeps into southern Africa during the 1960s.
30 March 1960	Sharpeville massacre. Sixty-nine African demonstrators killed and 176 wounded in South Africa's first anti-colonial clash. Start of internal unrest in South Africa.
2 September 1960	First Declaration of Havana, proclaiming Cuba's determination to fight colonialism, capitalism and 'American neo-imperialism' in the world.
January 1961	First Angolan uprising: 'Maria's War' in Kassanje cotton-growing district (Malanje). Portuguese reprisals leave up to 7,000 Africans dead.
4 February 1961	Second Angolan uprising: 250 MPLA militants attack police station and São Paulo fortress in Luanda to free political prisoners. Seven Portuguese police officers and forty Angolans killed.
5 February 1961	After funeral of police officers, white vigilantes massacre Africans in <i>musseques</i> around Luanda. All MPLA activists expelled from Luanda over following weeks, the survivors fleeing north to the Dembos region to set up the '1st Military Region'.
15 March 1961	Third Angolan uprising: UPA launches rebellion in northern Angolan coffee plantation zone. Over 750 white settlers killed in a wave of violence. White troops and vigilantes kill up to 50,000 Africans in retaliation. 150,000

- Guevara arrives incognito in the Congo. Backed by c. 120 Cubans, he tries to expand the CNL's war against the Léopoldville regime, but he fails to get anywhere with Kabila's guerrilla forces, leading to serious recriminations and the eventual collapse of the guerrilla front.
- 23 August 1965 Last 250 Cubans arrive in Brazzaville for triple mission: to train the Congolese militia, to prepare an MPLA relief column, and to train and fight alongside the MPLA's guerrillas in Cabinda.
- 24 November 1965 Mobutu seizes power in Zaire (with American and Belgian backing). FNLA's ties to Mobutu grow through his kinsman, Holden Roberto. Cubans are asked to leave eastern Zaire by Congolese allies, ending Guevara's operation.
- January 1966 First Tricontinental Conference held in Havana. Guevara is conspicuously absent. Castro decides to concentrate Cuban internationalist efforts on his new protégé, Amílcar Cabral of the PAIGC. Neto meets with Castro in Cuba, but both the MPLA and Cuba are thinking of curtailing their Brazzaville operations. Castro offers training in Cuba, and by October the first MPLA cadres start training to become instructors themselves on the MPLA's 'Eastern Front'.
- 12 March 1966 UNITA founded in eastern Angola (Savimbi joins his guerrillas in October).
- May 1966 MPLA launches 'Eastern Front' in Mexico from bases in Zambia.
- 27 June 1966 Attempted coup against Massemba-Débat's government by disaffected officers in Congolese army is put down by Cuban-MPLA personnel in Brazzaville.
- July 1966 Guevara returns to Cuba to start planning Bolivian guerrilla operation.
- August 1966 SWAPO launches guerrilla insurgency in Namibia.
- September 1966 'Camilo Cienfuegos' Column brings the first reinforcements in four years to the stranded 1st Military Region in the Dembos.
- 1966 Guevara leaves for Bolivia incognito to set up guerrilla operation.
- 25 December 1966 UNITA carries out first major attack in Angola, interrupting the Benguela Railway and stopping Zambian and Zairian copper shipments for a week. UNITA expelled from Zambia a year later for jeopardising its main export income.
- January–April 1967 Kamy Column attempts to bring reinforcements to 1st Military Region, but it is decimated en route, only twenty-one of its 150 guerrillas making it to Nambuanguongo alive. Remaining Cuban instructors withdrawn from Brazzaville – MPLA–Cuban alliance weakens.
- July 1967 Che Guevara is captured by the Bolivian army and taken to the village of La Higuera, where he is summarily executed the following morning. Death of the internationalist ideal.
- 8 October 1967

May 1968	MPLA completes its move from Brazzaville to Lusaka (Zambia) to concentrate its efforts on the 'Eastern Front' in Mexico.
August	Castro gives public support to Soviet crushing of 'Prague Spring', signalling his compliance to Moscow after their bitter clash earlier in the year. Cuba embarks on 10 Million Ton Harvest.
19 May 1970	Castro reveals to crowds that the 10 Million Ton Harvest will not reach its target, and hints that radical economic and political changes will have to occur in Cuba. This leads to the 'Institutionalisation' process (1971-6), converting Cuba into a model Communist state.
February 1972	Portuguese-SADF forces launch third consecutive offensive against the MPLA in Mexico, triggering the collapse of the 'Eastern Front'. Recriminations in the MPLA leadership lead to a serious outbreak of factionalism.
17 March 1972	1,000 FNLA guerrillas mutiny in base at Kinkuzu, Zaire. Mobutu sends Zairian army to crush rebels and prop up Roberto.
May to June 1972	Castro makes first African tour, visiting Conakry and Algiers. He meets with Cabral to discuss progress of the Cuban mission in support of the PAIGC in Guiné, but talks with the MPLA are at a low level, reflecting the downgrading of the MPLA-Cuban alliance.
December 1973	Roberto heads FNLA delegation to China, leading to modest military training programme which starts in early 1974.
early 1974	Soviet military aid to MPLA halted due to factionalist disputes: Chipenda's 'Eastern Revolt' faction (founded 1973) and Mário de Andrade's 'Revolta Activa' (formed 11 May 1974).
25 April 1974	Carnation Revolution in Portugal - dictatorship overthrown by progressive officers of the MFA who favour rapid decolonisation from the Portuguese African Empire. The world is nonplussed by the news. General Spínola becomes president, but his desire to curtail full dismemberment of the Portuguese Empire quickly leads to his overthrow.
26 July 1974	MPLA delegation attending 26 July celebrations in Havana asks Cuba for military aid, and though the Cubans agree no action is taken.
30 September 1974	Leftist <i>Movimento das Forças Armadas</i> (MFA) seizes power in Lisbon, removing Spínola, and promises rapid independence for African colonies. Francisco da Costa Gomes assumes presidency.
—ber 1974	Soviet aid to MPLA resumes after Neto purges break-away factions and is re-elected President of the MPLA at a Special Conference in September. Violence breaks out between FNLA and MPLA in Luanda and other provincial capitals, continuing up to and beyond independence.

15 December 1974	Chipenda expelled from MPLA. He takes his guerrillas and joins the FNLA (16 February).
31 December 1	Cubans re-engage in Angola when a two-man delegation meets Neto for talks. They carry out a detailed reconnaissance of the MPLA's operations in Zambia and northern Angola, and write an optimistic report to the Cuban leadership. However Cuba, which is exclusively focused on the final stages of 'Institutionalisation', ignores their requests for military aid.
January 1	Alvor Agreement signed. Angolan Independence Day is set for 11 November 1975.
22 January	The CIA's 40 Committee approves \$300,000 of covert support for the FNLA.
31 January 1	Transitional Government set up in Luanda, but fighting breaks out within twenty-four hours.
13 February 1975	MPLA attack Chipenda's 'Eastern Revolt' offices for second time. Fifteen-to-twenty killed and thirty wounded. MPLA-FNLA-UNITA occupy Chipenda's office afterwards.
1 March 1975	Failed right-wing counter-coup to return Spínola to power further destabilises Portuguese authority in Angola, starting ' <i>Verão Quente</i> ' (Hot Summer) of Portuguese Revolution. Heavy factional fighting continues in Angola until July when Angola divides into different spheres of influence.
May 1975	Neto meets Major Flavio Bravo, Cuban Chief of Logistics, in Brazzaville and renews his requests for arms, supplies and financial assistance. Again they meet with no Cuban action.
2 July 1975	FNLA finally driven out of Luanda by MPLA after heavy fighting.
18 July 1975	President Ford approves Operation 'IA Feature' (covert military and financial support for FNLA and UNITA to overthrow MPLA) with eventual budget of \$32 million (real value c. \$65 million).
20 July 1975	FNLA launches offensive to capture Luanda before 11 November with c. 17,000 troops, led by Roberto and supported by right-wing Portuguese military, PIDE officers and Zairian troops.
August 1975	Cuba finally decides to offer the MPLA military support, and sends investigative mission under Comandante Raúl Díaz Argüelles to Luanda to decide what form this support should take. He concludes Neto's request for aid is too modest and increases it to a 480-man mission with heavy equipment and weaponry to train sixteen battalions of the new FAPLA.
8 August 1975	Thirty-man SADF unit occupies Ruacaná hydro-electric complex and other installations on the Cunene River. Portugal protests, but weakly as its troops have withdrawn from the area.
14 August 1975	Luanda's Transitional Government collapses. The Portuguese High Commissioner officially takes over, but

	in reality the MPLA fills up all the available posts in the Government. FNLA and UNITA form alliance and withdraw from Luanda.
_____	Portuguese High Commissioner announces that Portuguese troops are starting to withdraw from Angola, despite the collapse of the Alvor Peace Process.
_____mber 1975	First Cuban instructors start to arrive in Angola and set up training camps in Cabinda, Salazar (N'Dalstano), Benguela and Henrique de Carvalho (Saurimo).
14 October 1975	Zulu Force – two battalions (one Bushman, one FNLA) and fourteen SADF officers (c.500 men) – crosses into Angola. By 3 November it is at the outskirts of Benguela, having swept all before it.
3 November 1975	Zulu Force attacks FAPLA–Cuban defensive line at Cahita and Catengue, inflicting heavy casualties and taking Benguela. First officially recognised Cuban losses of the war: four killed, seven wounded and thirteen missing in action. In reaction, Luanda sends an urgent request to Havana to send massive reinforcements to prevent the fall of Luanda to Zulu Force.
4 November 1975	The Cuban leadership agrees to send reinforcements, launching Operation Carlota.
7 November 1975	Cuban troop airlift starts: first eighty-two-man contingent leaves Havana for Luanda on special Cubana de Aviación flight. 650 arrive by the end of the week, 2,000 by 15 November.
8 November 1975	Three ships with artillery regiment, motorised battalion and other military personnel leave Cuba for Angola. First aircraft with Cuban reinforcements (MININT Special Forces) arrives in Luanda.
10 November 1975	FLEC–Zairian force invades Cabinda, but is beaten back with heavy casualties by the FAPLA–Cubans. Roberto, against the advice South African advisors, orders disastrous attack against MPLA–Cuban positions in Quifangondo (just north of Luanda), and his army is beaten back with 120 dead. At noon Portugal grants independence to 'the people of Angola'.
November 1975	Independence Day. MPLA sets up People's Republic of Angola (PRA) in Luanda. UNITA and FNLA set up Popular Democratic Republic of Angola (PDRA) in Ambriz.
12 November 1975	Zulu Force starts to advance from Lobito towards Luanda, breaching Cuban–MPLA defensive position outside Novo Redondo (Sumbe). Cuban engineers blow up bridges over Quevee river, bringing Zulu Force's advance to a halt. For the next two months both sides fight it out for dominance in Cuanza Sul.
_____	FAPLA–Cubans ambush Foxbat at Ebo as it advances on Gabela, killing c.50 and destroying seven armoured cars.
23 November 1975	Foxbat pulls back, its commander planning a revenge attack over the partially-destroyed 'Bridge 14' on the Nhia river.

- 27 November 1975 Nigeria recognises MPLA government in Luanda, citing SADF intervention as the reason for its change in policy. Three Cuban military supply ships arrive in Angola.
- 9 December 1975 Soviet airlift halted after meeting between President Ford and Soviet Ambassador Dobrynin.
- 10 December 1975 MPLA starts evacuation of Luso (Luena) as SADF-UNITA force approaches from west.
- 1 December 1975 Comandante Raúl Díaz Argüelles killed by land mine on Hengo track road in withdrawal from Nhia river. FAPLA-Cubans are driven off south bank of Nhia river, allowing South Africans to repair 'Bridge 14' in the night and launch a surprise attack the following morning.
- 12 December 1975 Zulu Force inflicts bloody defeat on FAPLA-Cubans north of 'Bridge 14', killing up to 400 FAPLA and Cuban troops and advancing as far as the Catufe river. They are prevented from going further, however, and eventually withdraw to Santa Comba (Uaco Cungo).
- 19 December 1975 US Senate votes 54-22 to attach Clark Amendment to Defence Appropriations Bill, cutting off CIA funds for covert operations in Angola.
- 24 December 1975 Fighting breaks out between UNITA and FNLA in Benguela with mortars and automatic weapons. Soviet airlift resumes after Clark Amendment passed in US Senate.
- 25 December 1975 Fighting between UNITA and FNLA breaks out in Huambo, at least twenty-five are killed. It soon spreads to Namibe and Lubango. General Viljoen informs Chipenda and Savimbi that the SADF is starting to withdraw from Angola.
- FNLA expelled from Ambriz by MPLA-Cuban forces. FNLA forces now in full retreat.
- South Africa finally starts withdrawing its troops from Angola.
- 23 January 1976 Last South African troops reach Cunene - the withdrawal has taken less than forty-eight hours. A residual rearguard numbering up to 5,000 men remains, protecting Calneque.
- 3 February 1976 Mobutu, Roberto and Savimbi confer in Kinshasa and Mobutu announces he is now 'neutral' in Angolan conflict. Cuban troop level in Angola now over 30,000.
- 8 February 1976 FNLA HQ at São António do Zaire (Soyo) falls to FAPLA-Cuban forces. UNITA HQ at Huambo falls to FAPLA-Cuban forces.
- 16 February FNLA expelled from its last foothold in Angola, São Salvador, after a last-ditch defence by foreign mercenaries. Ten mercenaries are captured, later tried and three are executed for war crimes.
- 29 February Neto and Mobutu meet in Brazzaville and establish short-lived diplomatic détente.
- 10 March 1976 Nito Alves and José van Dúnam return from Soviet Union and start plotting coup against Neto.
- 13 March 1976 Last UNITA stronghold at Gago Coutinho (Lumbala

- N'Guimbo) falls to FAPLA–Cuban forces. Savimbi retreats into bush with a few hundred guerrillas.
- 14 March 1976 Castro and Neto meet in Conakry to draw up programme for gradual withdrawal of Cuban troops from Angola at a rate of 200 per week.
- 27 March 1976 Last elements of Zulu Force withdraw into Namibia after Angolan assurances on Caluque.
- 1 April 1976 UN Security Council condemns RSA's role in Angola in a 9–0 vote (five abstentions) but makes no mention of Cuba's intervention.
- late July 1976 Neto visits Havana for 26 July celebrations and publicly thanks Castro for Cuban support. Series of economic and technical agreements signed.
-
- During a plenum of the MPLA Central Committee, the party formally adopts Marxism–Leninism. Neto moves against Nito Alves, setting up a Commission of inquiry chaired by José Eduardo dos Santos to investigate factionalism in the MPLA.
- 8 March 1977 'Shaba I': Katangese exiles (FNLC) invade Shaba province of Zaire from Angola and are quickly defeated by 1,500 Moroccan troops airlifted in by France and Belgium.
- 23 March 1977 Castro arrives in Luanda for first visit. He attends ceremonies at Quifangondo and speaks to huge crowds. Secretly he negotiates a deal with Neto to start withdrawing Cuban forces faster, but these plans get nowhere as the situation continues to deteriorate in Angola.
- 21 May 1977 Report into factionalism published, demanding expulsion of Alves and Van Dúnem from MPLA.
- 27 May 1977 Attempted coup by Nito Alves and José van Dúnem. Three Central Committee members and a large but unreported number of lesser officials, rebels and bystanders killed. Cuban tanks under Rafael Moracón recapture radio station and put down mutinous 8th Brigade. Raúl Castro visits Luanda to personally show support for Neto regime. He agrees to Cuban reinforcements to counter new threats, ending Cuban plans for a rapid withdrawal.
- 12 June 1977 President Vorster authorises SADF raids over border into Angola against SWAPO bases, starting South Africa's eleven-year cross-border campaign.
- late 1977 SADF launches Operation Reindeer. 300 paratroopers attack SWAPO bases at Cassinga and Chetoquera. Over 600 Namibians killed, sparking international outrage.
- 4 May 1978 SWAPO claims those killed were civilians, women and children; the SADF insists they were all combatants. Global revulsion at the massacre leads to passing of Resolution 435.
- May 1978 'Shaba II': Katangese exiles invade Shaba province of Zaire from Angola, capturing Kolwezi, but are again defeated in a few weeks by French and Belgian paratroopers.

July 1978	Neto and Mobutu sign deal to repatriate Katangese exiles to Zaire, Angolan refugees to Angola, and to re-open the Benguela railway line.
19 September 1978	UN Security Council Resolution 435 passed, demanding South African withdrawal from Namibia and free elections, and recognising SWAPO as the only genuine representative of the Namibian people. This Resolution becomes the backbone of (and principal obstacle to) the peace process.
September 1979	SAAF bomb Lubango and MK training camp at Novo Catengue (Benguela), killing many Angolan workers in factories.
10 September 1979	Neto dies of cancer in Moscow clinic. José Eduardo dos Santos becomes Angolan President.
November 1979	Holden Roberto exiled to Paris from Zaire. FNLA plays little further role in Angolan War.
February 1980	'Total Onslaught' adopted by Pretoria after Mugabe's Marxist government takes power in independent Zimbabwe. SADF steps up 'destabilisation' war against the Front Line States.
January 1981	Ronald Reagan sworn in as American President. Major change in American policy towards the Soviet Union and Africa, sparking the 'Second Cold War'.
April 1981	Chester Crocker proposes linking Cuban withdrawal from Angola to the Namibian peace process, triggering an angry rejection from Cuba and the Front Line States. Start of 'linkage' negotiating process which struggles on for more than seven years.
23 August 1981	SADF launches Operation Protea. 5,000 troops in tanks and armoured cars penetrate seventy-five miles into SW Angola to attack SWAPO bases and putting paid to Cuban withdrawal plans. SADF captures Xangongo and N'Giva, installing small garrisons. 16,000 Angolan refugees flee the fighting.
4 February 1982	Cuba and Angola make Joint Statement of Principles, laying down three conditions for Cuban withdrawal from Angola: Namibian independence under Resolution 435, free elections and SADF withdrawal. They insist that any Cuban withdrawal agreement will be bilateral. Paulo Jorge and Isidoro Malmierca (Foreign Ministers) sign for their governments.
2/10 August 1983	Bloody nine-day siege at Cangamba (Mozambique) between UNITA and the surrounded FAPLA-Cuban garrison. 2,000 killed and 4,000 wounded in bitter fighting. The garrison is eventually relieved by reinforcement columns sent from Huambo and Menongue, then UNITA calls in SAAF bombers to flatten the town.
3 December 1983	SADF launch Operation Askari (twelfth incursion since independence). 2,000 troops invade Cunene to attack SWAPO bases, clashing violently with FAPLA-Cubans at Cavelai, both sides sustaining heavy casualties. Both sides eventually agree to American-brokered ceasefire.

January 1984	Cuba, the MPLA and the Soviets agree in Moscow to increase Soviet military aid by \$2 billion and to boost Cuban garrison by 7,000 troops in response to SADF invasion.
February 1984	Lusaka Accord: MPLA signs deal with RSA to ban SWAPO activity in southern Angola in return for pull-out of SADF troops from Angola. However, JMC fails to enforce ceasefire and, with SWAPO's insurgency continuing, the fighting soon restarts.
19 March 1984	Cuba and the MPLA issue second Joint Statement of Principles setting basic conditions for withdrawal of Cuban troops from Angola, including a hint that they might be prepared to negotiate within the 'linkage' framework.
25 March 1984	UNITA launch raid on Sumbe (Cuanzu Sul) to capture hostages. 200 Cuban civilian internationalists help defend Sumbe, driving off UNITA guerrillas in heavy street fighting. 100 UNITA guerrillas killed; eleven FAPLA-Cubans killed and twenty-three wounded.
March 1985	Crocker presents 'basis for negotiation' to Angolan and South African governments. They balk at negotiating further, however, and the negotiations soon collapse.
21 May 1985	Two South African commandos from nine-man unit captured while sabotaging Cabinda oil installations. They reveal they have carried out three previous operations in Angola.
5 July 1985	Clark Amendment repealed – Reagan sanctions covert aid to UNITA. The MPLA withdraws from the 'linkage' negotiations in protest.
July to October 1985	First major Soviet-run offensive: Operation Congresso II. FAPLA-Cuban forces (supported by SWAPO/MK) attack Cazombo and Mavinga, capturing the former but are repulsed at the Lomba river by last-minute SADF intervention with MRLs and air power.
May to August 1986	Second major Soviet-run offensive is abandoned after SADF-UNITA sabotage supply lines, with a raid on shipping and oil storage tankers in Namiba and an SADF-UNITA attack on Cuito Cuanavale, destroying the bridge over the Cuito river.
28 May	Brigadier-General Rafael del Pino defects to USA, criticising Havana for its Angolan operation which he claims is riven with corruption and incompetence. He warns of the rise of MININT.
27 July 1987	Castro makes bid to join American negotiations, but is made to wait by Crocker.
late July	Third major Soviet-run offensive: Operation Saludando Octubre. 18,000 FAPLA troops, hundreds of tanks and Cuban-piloted MiG-23s advance east of Cuito Cuanavale, but are quickly bogged down in fighting with UNITA and forced to regroup.
4 August 1987	SADF launches Operation Modular, sending a force which grows to 2,000 men, with tanks, MRLs, G-5s and

- SAAF fighter-bombers to assist UNITA in the defence of Mavinga.
- September to October 1987 The Battle of the Lomba River. The SADF smashes the FAPLA advance on Mavinga as four brigades attempt to cross the Lomba river. 47 Brigade is annihilated and the remaining FAPLA forces are driven in headlong retreat towards Cuito Cuanavale.
- 6 November 1 At a conference in Moscow, Castro urges Dos Santos and Gorbachev to adopt a more aggressive policy against the SADF in southern Angola.
- 5 November 1987 FAR General Staff decides to send reinforcements to shore up Cuito Cuanavale in the face of renewed SADF attacks on the area. 'Maniobra XXXI Aniversario' initially involves 3,000 troops, more than 700 combat/transport vehicles and supplies. Polo appointed Chief of ATS, Ochoa is in overall command of MMCA. Castro plans a separate move into south-west Angola to put pressure on the Namibian border.
- 13 January The Battle of Cuito Cuanavale starts. 6,000 UNITA troops, backed by c.2,500 South Africans launch a series of attacks to capture Cuito Cuanavale. First attack against 21 Brigade drives it back to the river, the FAPLA losing 250 troops, four tanks and various armoured cars/artillery. South African losses are one wounded and one Ratel-90 damaged.
- 29 January Cuba officially joins the 'linkage' negotiations in Luanda, agreeing to negotiate the withdrawal of *all* Cuban forces from Angola.
- 30 January Ochoa is summoned to Havana by Castro and ordered to implement his defence strategy for Cuito Cuanavale, which involves withdrawing all but one brigade from the east of the river. Ochoa does not comply with his orders, however.
- 14 February 1988 SADF-UNITA launch second attack on Cuito Cuanavale, penetrating between 21 and 59 brigades and driving them back. Cubans launch a desperate tank counter-attack to prevent the total collapse of the FAPLA's defence. The FAPLA lose 500 men, seventeen tanks and nine armoured cars, the Cubans at least fourteen men and five tanks, the South Africans four killed and seven wounded. Castro is furious at Ochoa for not having altered the defences, and he sends Polo to Cuito Cuanavale to take personal command.
- 25 February 1988 SADF-UNITA launch third attack on Cuito Cuanavale, assaulting 59 Brigade's positions during a tactical withdrawal. South African armour gets bogged down in minefields east of the FAPLA's positions and accurate artillery and MiG-23 air-strikes, and withdraws with several killed and wounded, not having taken the positions.
- SADF-UNITA launch fourth attack on Cuito Cuanavale, hoping to complete mission before demobilisation of 20
-

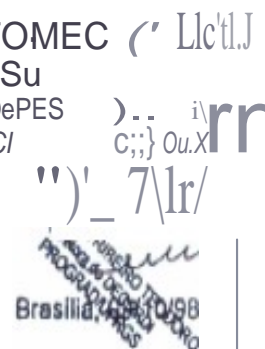
- Brigade. South African armour again gets bogged down in minefields and artillery bombardment east of 25 Brigade's positions, and is forced to call off the attack having suffered some casualties. 20 Brigade demobilised and replaced by 82 Brigade.
- 6 March 1988 Cuban troops start to move into south-west Angola as part of Castro's carefully-orchestrated escalation of the fighting in Angola.
- mid-March 1988 Several rounds of talks between Crocker, the MPLA and Cuba on setting up tripartite talks.
- 22 March 1988 Castro orders Ochoa to build up airbases at Cahama and Xangongo (Cunene) in preparation for advance up to the Namibian border.
- 23 March 1988 SADF-UNITA launch final attack on Cuito Cuanavale, but their armour once more gets bogged down in the FAPLA's defensive positions, and they are forced to withdraw with heavy UNITA casualties, abandoning three immobilised tanks which the Cubans capture.
- 3/4 May First of twelve rounds of tripartite talks under Chester Crocker starts in London, getting no further than the opening statements. General Jannie Geldenhuys and General Ulises Rosales del Toro hold a stormy meeting, both sides warning the other of the dangers of escalating the war into south-west Angola.
- 4 May 1988 FAPLA-Cubans ambush South African force south of Donguena (Cunene), killing seven men from 101 Bn and destroying three Casspirs (capturing one other). Fifty-four Cubans are killed in close-quarter fighting.
- 22 May 1988 South Africans launch bungled ambush south of Tchipa (Cunene), drawing in full Cuban company stationed nearby. Six Cubans killed, three South African Unimog trucks destroyed before South Africans withdraw to Calueque.
- 24/25 June 1988 Round two of the 'linkage' negotiations in Cairo between Cuba, Angola and RSA. Initially there is a shouting match, but they agree at the end to persist with the 'spirit of London'.
- 27 June 1988 Final Cuban-SADF clashes of the Angolan War. 61 Mech clashes with one of three 600-man FAPLA-Cuban columns coming from Tchipa, supported by thirty-five tanks. Two Ratel-90s destroyed, killing one and wounding three. The Ratel's fight back, shooting out two T-55s, several vehicles and inflicting heavy casualties before withdrawing. South Africans lose two Ratel's, one killed and four wounded. FAPLA lose two T-55s, two BTR-60s, eight trucks and c.300 killed. Cuban MiG-23s launch air-strike on Calueque, killing eleven SADF conscripts and destroying hydroelectric installations and bridge over Cunene river.
- 10/13 July 1988 Round three of the 'linkage' negotiations on Governors Island, New York. A conciliatory gesture from the new Cuban delegation chief, Carlos Aldana, breaks the

- logjam, and on the last day Cuba, the MPLA and South Africa sign the 'New York Principles', establishing the framework for the final stages of the negotiating process.
- 25 August 1988 Round five of the 'linkage' negotiations in Geneva produces the 'Geneva Protocol', laying down the conditions for the South African withdrawal from Angola and the implementation of Resolution 435, leaving the Cuban withdrawal timetable as the only remaining sticking-point.
- 30 August 1988 Last South African troops withdraw over border into Namibia, ending nearly twenty-five years of military involvement in Angola.
- 11/15 November 1988 Round ten of the 'linkage' negotiations in Geneva produces a twenty-seven-month Cuban troop withdrawal timetable, with 3,000 troops to leave before implementation of Resolution 435.
- December 1 The MPLA, South Africa and Cuba sign the New York Peace Accords, providing for the implementation of Resolution 435, and the withdrawal of all Cuban and South African forces from Angola and Namibia. Cuba and the MPLA sign a separate Bilateral Agreement covering the twenty-seven-month Cuban troop withdrawal, to be completed by 1 July 1989.
- 10 January 1989 First 3,000 pre-implementation Cuban troops start to leave Angola.
- April 1989 SWAPO attempts to infiltrate 1,200–1,800 guerrillas into Namibia before implementation of Resolution 435, sparking international crisis. The UN eventually authorises the SADF to remove the guerrillas from Namibia, and 250 guerrillas are killed in their sweep. Twenty-six South Africans killed and 145 wounded. Namibia's peace process re-starts on 19 May.
- 25 April 1989 Gorbachev visits Cuba, seeking to cut back Soviet aid. Start of major dispute between Castro and the reformist elements in the CPSU.
- 27 April 1989 Joint MINFAR–MININT investigation into drug-smuggling activities is launched, quickly honing in on Tony de la Guardia's operations as head of MC.
- 2 June 1989 Ochoa admits black-market dealings in Angola in private meeting with Raúl Castro, who subsequently decides to have him arrested.
- 9/10 June 1989 Ochoa is released for the weekend, and visits Tony de la Guardia's home, rejecting offers to escape by boat to Florida. Castro meets with Panamanian president Manuel Solís Palma who warns him DEA is closing in on MC's operations. MINFAR's Special Forces sweep on secret meeting of MININT officers at Padrón's house in Vibora Parque (northern Havana), seizing large amounts of weaponry (including crates of RPGs).
- 13 June 1989 Ochoa and Diocles Terralbas (vice-president of Council of Ministers and Transport Minister) are arrested on charges of corruption and illicit handling of resources.

22 June	The Gbadolite peace agreement between the MPLA and UNITA signed in Zaire, backed by seventeen African nations, the USA, the Soviet Union and Cuba. Fighting soon breaks out again.
26 June	Court of Honour dishonourably discharges Ochoa and strips him of his rank and 'Hero of the Republic' title.
30 June to 4 July 1989	Trial of Ochoa, the De la Guardia brothers and eleven other MININT/FAR officers. The judges recommend seven death sentences, two thirty-year, four twenty-five-year and one fifteen-year sentence.
9 July 1989	Council of State meets to decide final verdicts, Castro speaking for nearly four hours to destroy Ochoa's military reputation. Final verdict: Ochoa, Tony de la Guardia, Martínez and Padrón to receive the death sentence.
13 July	Ochoa, Tony de la Guardia, Martínez and Padrón executed by firing squad. Seven senior MININT officers resign their posts, signalling start of MININT purge.
23 July 1989	Hungary has first free elections, leading to the dismantling of the Iron Curtain with Austria, and starting the refugee crisis which precipitates the collapse of the socialist bloc.
November 1989	Voting for Namibia's first free elections. SWAPO wins, but not by a large enough majority to form a government.
9 November 1989	Berlin Wall comes down, triggering the collapse of the socialist bloc.
17 December 1989	Ceausescu orders Romanian security forces to fire on anti-government demonstrators in Timisoara, starting the Romanian Revolution which ends with Ceausescu and his wife's execution on Christmas Day.
20 December 1989	24,000 US troops invade Panama, capturing Noriega and cutting off Cuba's main source of imports.
4 February 1990	FAPLA briefly occupies Mavinga during 'O Último Assalto', but is forced to withdraw due to strained supply lines.
21 March 1990	Namibia becomes independent.
April 1991	MPLA abandons Marxist-Leninism in favour of 'democratic socialism', rapidly evolving into a corrupt political elite.
1 May 1991	MPLA and UNITA sign ceasefire, leading to peace accord at the end of the month.
25 May 1991	Last Cuban troops leave Angola on flight to Havana.
31 May 1991	Bicesse Accords signed – MPLA and UNITA agree to end war and hold free elections.
14 June 1991	Last Cuban troop ship docks in Havana, officially ending the Cuban intervention.

ANEXO B – FAX/DCIDePES/SESuiMEC. Itamaraty

MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO MEC
 SECRETARIA DE EDUCACAO SUPERIOR SESu
 DEPARTAMENTO DE POLITICA DE ENSINO SUPERIOR OePES
 DIVISAO DE COOPERACAO E INTERCAMBIO • OCI



FAX/OCUOePESISESuiMEC
 PARA:

Nome: Profr'. Mana Ribeiro Teodoro
 Cargo: Olretore do DECORO\PROORAO
 Inetitulç o: Univarsldodo Federaldo RIO Grando do Sul
 Refertncla:
 Auunto: PEC-G: Angolanoa sem bol•a – Retorno pera reabvaçAo oa bolso
 Fu : (051) 316 3524 Número de péglas (com este)- 1

SenhOra Diretora.

Vem-se verifie.ndo. oe lorma crescente, a inadimplência úo governo angolano no tocante a eu compromi sso d•manutençAo regular das bolus prometiduaos estudanteHonvênlo de seu pais em nossas IES. Como está por demais sabido, esw om luAo tom desencadeado um processo da sobrevivência desumana, oom reflexos axtemamente danooos oo deaempenho acadêmico, a ponto de, és VeleS, resultar em dosligamento.

Por outro lado, ao governo brasileiro nao cabe oulfQ medido além da acao dl ploméUce perante o governo angolano, de um lado, o da reduçAo do numero do candidatos novos, de outro: ambas as medidas estão sendo adotadupelo Itamaraty.

Uma terceira medida, da cerátar emergencia, proposta peblto.maraty, segundo decslão recente comunicada em 05 do 001rente mês, oonclate na sua dilsposiçAo de fianciar as pas18gens de retorno daquãlos eatudanteHonvllnlo angolanos que acetem viajar a Angola para tsatar da rnuvaçAo de &ue bolaa e depois voltar ao Brasil pare onlinuar o cunoo. Evidentemente. pare obter euo apolo.o angolanoo Intaraasodo daveréCQmprovar o suspenslo da boln, desempenho acadêmiCo acailévelentes dessa ausp1111aOo, interesse em concluir o cunoo no Bresll &ar recomendado pela IES que também ooncederá tranca-manto do matricule a titulo excapcional

Portanto, solicito divulgar essa Informaçáo entre os eatudantes-convênio de Angda, com a devida urgência.

Aloncioumante.

Allênio Calísio Becker
 CMfa OCI/OtPESISESuiMEC

ANEXO C – PIB per capita (dólares dos EUA) e Gastos Militares Médios (milhões de dólares dos EUA), para 32 Países da África Subsaariana, no período de 1975 até 2013.

Países	Gdp_per75-01	Gdp_per02-13	Gastosp75-01	Gastosp02-13
Angola	2001,0	4640,1	1555,3	3073,3
Benin	812,5	1380,8	46,3	63,9
Botswana	4820,4	12786,7	286,4	385,1
Burkina Faso	560,7	1150,1	61,3	109,1
Burundi	404,2	526,5	62,1	68,6
Cameroon	1570,2	2094,9	220,9	332,2
Cape Verde	1247,8	3525,1	8,3	9,2
Central African Republic	572,8	731,5	23,4	29,2
Chad	804,2	1964,0	47,8	240,5
Democratic Republic of the Congo	334,9	296,3	90,3	238,6
Republic of Congo	2330,2	3922,1	86,6	123,3
Côte d'Ivoire	1396,1	1628,1	199,4	380,7
Equatorial Guinea	1862,5	21811,8	8,2	340,0
Ethiopia	381,0	860,4	555,9	425,1
Gabon	12015,8	15528,5	4808,9	173,9
The Gambia	1130,2	1698,7	474,7	3,4
Ghana	1010,4	2442,5	1038,7	101,4
Guinea-Bissau	926,9	1102,4	339,7	15,8
Kenya	1037,7	1555,2	528,2	604,3
Lesotho	701,3	1621,6	50,4	50,3
Madagascar	667,4	881,4	77,9	88,3
Malawi	429,1	707,5	19,2	40,3
Mali	505,8	982,5	66,8	132,1
Mauritius	4721,0	12402,9	16,9	17,7
Mozambique	291,1	876,2	92,0	95,8
Nigeria	968,5	2122,2	693,9	1677,8
Rwanda	493,2	1057,4	94,0	75,9
Senegal	1095,3	1785,3	123,0	182,3
Seychelles	8878,2	20512,9	13,8	10,8
Sierra Leone	855,6	1009,1	25,3	31,4
South Africa	5414,9	9580,7	4751,6	4447,3
Swaziland	2475,1	5040,6	39,0	93,5